

----- **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA** -----

----- **Mandato 2013-2017**-----

----- **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM TREZE DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E DEZASSEIS.** -----

----- **ATA NÚMERO CENTO E VINTE E OITO** -----

----- Aos treze dias do mês de dezembro de dois mil e dezasseis, em cumprimento da respetiva convocatória e ao abrigo do disposto nos artigos vigésimo oitavo e trigésimo do Anexo I da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, e nos artigos vigésimo quinto e trigésimo sétimo seu Regimento, reuniu a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua sede, sita no Fórum Lisboa, na Avenida de Roma, nº 14, em Lisboa, em Sessão Extraordinária, sob a presidência do Presidente em Exercício, Excelentíssimo Senhor Rui Paulo da Silva Soeiro Figueiredo, coadjuvada pela Excelentíssima Senhora Patrocínia da Conceição Alves Rodrigues Vale César e pela Excelentíssima Senhora Rosa Maria Carvalho da Silva, respetivamente Primeira Secretária e Segunda Secretária, ambas em exercício.-----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados na Mesa da Assembleia, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Álvaro da Silva Amorim de Sousa Carneiro, Ana Luisa Flores de Moura e Regedor, Ana Maria Gaspar Marques, Ana Maria Lopes Figueiredo Páscoa Baptista, Ana Sofia Soares Ribeiro de Oliveira Dias Figueiredo, André Nunes de Almeida Couto, Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho, Augusto Miguel Gama Antunes Albuquerque, Belarmino Ferreira Fernandes da Silva, Carla Cristina Ferreira Madeira, Carlos José Pereira da Silva Santos, Cláudia Alexandra de Sousa e Catarino Madeira, Daniel da Conceição Gonçalves da Silva, Davide Miguel Santos Amado, Fábio Martins de Sousa, Fernando Manuel Moreno D’Eça Braamcamp, Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, Floresbela Mendes Pinto, Hugo Alberto Cordeiro Lobo, Hugo Filipe Xambre Bento Pereira, Inês de Drummond Ludovice Mendes Gomes, João Luís Valente Pires, João Manuel Costa de Magalhães Pereira, José Alberto Ferreira Franco, José António Cardoso Alves, José António Nunes do Deserto Videira, José Luís Sobreda Antunes, José Manuel Marques Casimiro, José Manuel Rodrigues Moreno, José Maximiano Albuquerque Almeida Leitão, José Roque Alexandre, Luís Pedro Alves Caetano Newton Parreira, Mafalda Ascensão Cambeta, Manuel Malheiro Portugal de Nascimento Lage, Margarida Carmen Nazaré Martins, Maria Cândida Rio de Freitas Cavaleiro Madeira, Maria da Graça Resende Pinto Ferreira, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Simoneta Bianchi Aires de Carvalho Luz Afonso, Maria Sofia Mourão de Carvalho Cordeiro, Miguel Alexandre Cardoso Oliveira Teixeira, Miguel Nuno Ferreira da Costa Santos, Natalina Nunes Esteves Pires Tavares de Moura, Nuno Ferreira Pintão, Pedro Filipe Mota Delgado Simões Alves, Pedro Miguel Sousa Barrocas Martinho Cegonho, Ricardo Amaral Robles, Ricardo Manuel Azevedo Saldanha, Rodrigo Nuno Elias Gonçalves da Silva, Rute Sofia Florêncio Lima de Jesus, Sérgio Sousa Lopes Freire de Azevedo, Vasco Miguel Ferreira dos Santos, Lúcia Alexandra Pereira de Sousa Gomes, Rosa Lourenço, Ana Paula da Silva Viseu,

Susana Maria da Costa Guimarães, Sandra Cristina Andrade Carvalho, Tiago Maria Sousa Alvim Ivo Cruz, Luis Manuel Inês Cavaco, João Gomes Boavida, Jorge Serra Almeida, Pedro Paulo Mendes, João Diogo Santos Moura, Gabriel Maria Simplício Baptista Fernandes, Patrícia de Oliveira Caetano Barata, Nelson Pinto Antunes, Luis Graça Gonçalves, Sofia Margarida Vala Rocha, Paulo Manuel Rodrigues Pires Campos Lopes e Paulo Manuel Bernardes Moreira. -----

----- Faltaram à reunião os seguintes Deputados Municipais: -----

----- António Modesto Fernandes Navarro (PCP) e Miguel Tiago Crispim Rosado (PCP). -----

----- Fizeram-se substituir, ao abrigo do disposto no artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, o qual se mantém em vigor por força do disposto, *a contrario sensu*, na alínea d), do n.º 1, do artigo 3.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do artigo 8.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- André Moz Caldas (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Alvalade, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputada Municipal Rosa Lourenço. ---

----- João Alexandre Henriques Robalo Pinheiro (PS), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Ana Paula Viseu. -----

----- Sandra da Graça Lourenço Paulo (PS), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Luis Cavaco. -----

----- Diogo Feijóo Leão Campos Rodrigues (PS), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Susana Guimarães. -----

----- Rita Susana da Silva Guimarães Neves Sá (PS), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal João Boavida. -----

----- Carlos de Apóim Vieira Barbosa (PSD), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Patrícia de Oliveira Caetano Barata. -----

----- Joaquim Maria Fernandes Marques (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Paulo Manuel Rodrigues Lopes. -----

----- Victor Manuel Dias Pereira Gonçalves (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Luis Graça Gonçalves. -----

----- Tiago Miguel de Albuquerque Nunes Teixeira (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Nelson Pinto Antunes. -----

----- Margarida Maria da Silva Almeida Saavedra (PSD), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Sofia Margarida Vala Rocha. -----

----- Deolinda Carvalho Machado (PCP), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Lúcia Alexandra Pereira de Sousa Gomes. -----

----- Mariana Rodrigues Mortágua (BE), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Cristina Andrade. -----

----- Isabel Pires (BE), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Tiago Ivo Cruz. -----

----- Maria Luisa Aguiar Aldim (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Gabriel Baptista Fernandes.-----

----- Maria Helena do Rego da Costa Salema Roseta (IND), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Jorge Serra Almeida.-----

----- Miguel Farinha dos Santos da Silva Graça (IND), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Pedro Paulo Mendes.-----

----- A Câmara esteve representada pelo Senhor Presidente da CML e pelos Senhores Vereadores: Duarte Cordeiro, Catarina Albergaria, João Afonso, Carlos Castro, Jorge Máximo e João Paulo Saraiva.-----

----- Estiveram ainda presentes os Senhores Vereadores da oposição: Alexandra Duarte e João Gonçalves Pereira.-----

----- Às quinze horas e vinte minutos, constatada a existência de quórum, **o Senhor Presidente da Assembleia em exercício, Rui Paulo Figueiredo** declarou aberta a reunião.-----

----- “Estávamos a fazer esse compasso de espera, legalmente necessário para o nosso arranque dos trabalhos-----

----- Nós temos 5 intervenções no período do público, chamar a atenção para as Senhoras e Senhores Deputados que a 1ª intervenção do público, por algumas dificuldades de locomoção, vai ser feita do espaço destinado aos Senhores Deputados e não aqui do palco.-----

----- Também para vos dar nota que foi distribuído um documento que foi enviado para os Grupos Municipais e também para os Serviços da Assembleia Municipal e que foi distribuído aos Senhores Deputados, relativamente a uma Petição que é um Jardim é que nos faz falta.-----

----- Também dar-vos conta que está a ser distribuído o Parecer da 1ª e 8ª Comissões relativo à Proposta da Carris que foi discutido na Comissão, o *draft* do Parecer já tinha sido distribuído, ele foi aprovado com alterações e, portanto, já tinha sido enviado por *email*, mas está a ser distribuído em papel, assim como os serviços também então a extrair as devidas Recomendações para serem votadas autonomamente.-----

----- Dar-vos conta e procuraremos gerir, consoante o curso dos trabalhos, temos uma agenda longa, temos, conforme foi referido na Conferência de Representantes, o Ponto nº 8, que é o debate específico sobre os relatórios de atividades de 2015 das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens de Lisboa, que é suposto iniciar-se às 18 horas e, portanto, vamos ver como é que isto se encaixa no normal desenrolar da nossa Ordem de Trabalhos.-----

----- Temos também um pedido por parte da Câmara Municipal, que também ficou pendente de gestão e avaliação durante o decurso dos trabalhos, daí o Ponto nº9, relativo à apreciação da Proposta 671/CM/2016, ‘Assunção pelo Município da titularidade administrativa do serviço público de transporte operado pela Carris’.-----

----- Também, se possível, de acordo com o andamento dos trabalhos, de ser de antecipado nessa Ordem de Trabalhos, foi consensualizado que se tal fosse possível, seria feito, mas vamos ver, ficou a cargo da Mesa essa gestão.-----

----- E, portanto, desse ponto de vista, vamos passar à intervenção do público, a 1ª intervenção a zona Luzia José Francisco da Silva Tomás, tem para nos comunicar, e a inscrição foi feita *online*, matérias referentes a um pedido de transferência de uma habitação T1 para T2, por motivos graves de saúde, e portanto, terá a palavra. -----

----- Senhoras e Senhores Deputados, mais uma vez, eu pedia que se sentassem, os Senhores Assessores que deixassem o recinto dos Deputados. -----

----- Vamos iniciar aos nossos trabalhos, vai ter a palavras a Dona Luzia Tomás e para aqueles que estão distraídos e não me ouviram, vai fazer a intervenção da bancada, já tem o microfone e, portanto, eu pedia todo o respeito, consideração e atenção pela intervenção, tem a palavra.” -----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- **A Municípe Senhora Dona Luzia José Francisco da Silva Tomás**, moradora na Rua José Cardoso Pires, Lote 7.12 8ª, Alto do Lumiar Lisboa, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- *“Boa tarde a todos. Sou Luzia José Francisco da Silva Tomás, vivo na Rua José Cardoso Pires, lote 7.12, 8º A, Alto do Lumiar, Freguesia do Lumiar, Lisboa. -----*

----- *Sou doente de anemia celular falciforme ou pinocitose, tenho 90% de incapacidade motora, tenho trombos na perna esquerda e há duas semanas fiquei a saber que os meus ombros estão muito pior por falta de cautela, isso derivado à minha patologia, conforme eu tinha dito antes moro no 8º. Andar visto que no prédio onde eu vivo há problemas muito graves com falta de elevadores, o único que funciona está constantemente avariado e o outro encontra-se avariado há três anos ou mais.-----*

----- *Subir e descer as escadas com duas canadianas é complicado para mim. Tem sido difícil para mim e além disso o meu marido não quer mudar-se para outra zona.---*

----- *Então fiquei sabendo que no lote 7.13 vagou uma casa no rés-do-chão, fui então à GEBALIS para ver se pedisse pudessem nos transferir para a tal casa, já que estamos esperando por uma transferência há muitos anos, mas não deu em nada porque vivemos em T1 e a outra casa é T2, então mandaram-me falar com a Vereadora ou escrever à Vereadora Paula Marques, que é a responsável nesta área, só ela é que podia tratar deste assunto.-----*

----- *Então escrevi à Vereadora Paula Marques, mas também não me deu resposta digna ou uma resposta positiva. No dia 5 deste mês tive que pôr o caso ao Presidente da Câmara e dia 9 recebi a resposta a dizer que têm as pessoas, as entidades que têm que resolver esse caso é a Vereadora Paula Marques ou a GEBALIS, por isso hoje vim cá pessoalmente pedir ajuda a todos os responsáveis da Câmara ou da GEBALIS para me darem uma solução porque neste momento, desde dia 1 não tenho elevador.-----*

----- *Quando eu sair daqui vou ter que subir o 8º. Andar e tem sido uma coisa complicada e é constantemente, por isso eu preciso da ajuda de todos, quem me puder ajudar nesta questão por favor, não é por mais um quarto que eu tenho que sofrer nessa situação e a cada não é distante, é mesmo próximo, é no mesmo prédio, só que a entrada é diferente, por isso por favor quem puder ajudar-me agradecia! -----*

----- *Desculpem-me pelo nervosismo porque eu nunca estive numa sala assim, por favor, desculpem-me.”-----*

----- **O Senhor Presidente, em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Dona Luzia, não tem nada que pedir desculpa e fez uma excelente intervenção, se estava nervosa não se notou nada. -----

----- A Assembleia Municipal tem um Grupo de Trabalho inserido na 3ª. Comissão, que é presidido pelo Senhor Deputado Miguel Graça, relativo às matérias da habitação e, portanto, tomaremos boa nota do seu pedido, daquilo que aqui nos disse. Este Grupo de Trabalho encetará as devidas diligências junto da Câmara, junto da GEBALIS para aprofundar essa situação e, portanto, em breve será contactada por este Grupo de Trabalho e acompanharemos e todos os Grupos Municipais também, este seu assunto e procuraremos contribuir para a sua solução e, portanto, mais uma vez agradecer-lhe. ----

----- Se tiver algum documento complementar que nos queira deixar pode entregar aos Serviços, se não tudo aquilo que aqui nos referiu e os dados que estão aqui identificados. Muito obrigado pela intervenção. -----

----- A segunda intervenção do Público foi a Dona Maria Madalena Ferreira, sobre a Associação Darque, tem uma pasta que também irá integrar sobre este assunto e que, de acordo com os dados que aqui temos depois será uma pasta que poderá ser consultada e divulgada pelos diferentes Grupos Municipais e pelos Senhores Deputados. -----

----- Dona Maria Madalena Ferreira tem 3 minutos.” -----

----- **A Múncipe Senhora Dona Maria Madalena Ferreira**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa-tarde a todos os Representantes desta Câmara, venho aqui hoje pedir ajuda de todos. -----

----- *Há 2 anos que nós não dormimos na Calçada do Desterro sobre uma Associação que é um bar, com o nome de Associação Darque. Aquela Associação trabalha desde as 23 horas até às 8 da manhã, nós moradores já fizemos de tudo para conseguirmos termos descanso naquela Rua, já fizemos Reunião na Câmara, um abaixo-assinado, fizemos a gravação de som onde nos disseram que estava acima muito da Lei, portanto, neste momento, pedem-nos novamente que o Senhor dessa Associação vá ele fazer as gravações na minha casa, que eu dei autorização, onde não estou de acordo porque esse Senhor não deve entrar na minha casa, mas aceitei porque me disseram que ia ser arquivado processo, mas se por acaso ele for fazer as gravações e não houver só vai ser a vai ser cancelado na mesma, portanto, ou não ou sim vai ser mesmo resultado que vai ter. -----*

----- *Portanto eu venho aqui pedir os direitos do ser humano, que é o descanso, neste momento perdi um filho que vivia comigo, porque não queria ir trabalhar, como não tinha descanso, teve que se ir embora. -----*

----- *O meu marido dorme na cozinha usa 3 bombas e não temos condições de trabalhar na situação sem descanso, portanto eu pedia a toda a entidade que nos pudesse ajudar nesta situação, nós chamamos todos os dias que é possível a Polícia Municipal e a PSP. -----*

----- *Muitas das vezes, eles não abrem a porta porque dizem que não têm poderes para abrir a porta à PSP, quando PSP chega ele baixa o som, vão-se embora, sobe o som novamente até às 8 9 da manhã.* -----

----- *Ultimamente recebi uma carta da Câmara onde dizia que ele tinha um prazo para fazer obras porque se não era fechado, isso não aconteceu a continuam a fazer o barulho, precisamente a mesma situação e nós... Estou aqui para ver se me podem ajudar nesta situação de nos darem o descanso que é de direito.* -----

----- **O Senhor Presidente, em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

-----“ Muito obrigado, só perguntar-lhe uma coisa: sempre se confirma a nota que os Serviços aqui me tinham dado que tinha uma pasta com documentação?” -----

----- **A Múncipe Senhora Dona Maria Madalena Ferreira**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- *“Tenho sim obrigado.* -----

----- *A outra situação que é a Polícia foi lá e disse que um documento que eu tinha já poderia pôr toda aquela gente na rua, porque aquilo não tem condições, é uma cave debaixo do meu quarto e diz que iam chamar a intervenção para pôr tudo na rua. Momentos a seguir disseram-me “Nós não temos meios, estamos de mãos e pés atados, não podemos fazer nada, a Senhora vai ter que ficar com eles aqui até às tantas da manhã.”* -----

----- *A própria Polícia disse-me “A Senhora tem que se mexer para outros lados que nós não temos meios para fazer nada.” Ele não abre a porta a ninguém, pronto, acho que isto não é normal, viver numa rua saída do Hospital São José com esta situação.* ---

----- *E a minha casa, comprámos ao banco, estamos a pagar com muitas dificuldades e sem saúde e ele alugou uma cave para fazer daquilo um bar e pôs-lhe o nome de Associação que é tudo menos isso, podem ver as fotografias que eu trago aqui.* -----

----- **O Senhor Presidente, em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

-----“ Muito obrigado, nós tomámos boa nota do problema que aqui nos colocou, vamos ficar com a pasta, ele vai ser encaminhado para os diferentes Deputados e Grupos Municipais e certamente também A Senhora Presidente da Assembleia. Muito obrigado e uma boa-tarde. Obrigado nós. A Senhora Presidente da Assembleia Municipal também encaminhará este assunto para a Comissão competente.-----

----- Temos uma terceira intervenção, que é do Senhor Carlos Santos Rodrigues que também solicitou à Câmara Municipal de Lisboa uma habitação social e, de acordo com as notas que nos foram dadas, foi-lhe atribuída uma pontuação que não permite ter acesso a essa habitação, refere que atualmente está a ser vítima de violência doméstica e que tem estatuto de vítima de violência doméstica, que a mãe está a seu cargo e está em cadeira de rodas devido a graves problemas de saúde e, portanto, venhos aqui falar deste assunto. -----

----- Penso que a mãe é que está também ali, junto à bancada Municipal do CDS. -----

----- Senhor Carlos Rodrigues tem a palavra também durante 3 minutos.” -----

----- **O Múncipe Senhor Carlos Rodrigues**, morador na Rua Quinta do Jacinto, 47-2º D, 1300-493 Lisboa, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- *“Ora, é a boa-tarde a todos, eu sou Carlos Rodrigues como referiu o Senhor Primeiro-Secretário, e aí a minha mãe aqui neste lado, Antónia Teresa Santos, com 78 horas e com uma incapacidade de 82%.”*-----

----- *Eu vim cá dar a cara, coisa que muitos homens não gostam de dar a cara, eu sou vítima de violência doméstica e a violência doméstica não tem rosto. Andam por aí a dizer que a violência doméstica é o crime das Senhoras, mas eu vejo nesta Bancada a cara das Senhoras competentes e caras bonitas, não vejo a cara das Senhoras com uma cara feia, é quem sofre de violência doméstica, mas engana-se! A violência doméstica não tem rosto, os panfletos estão cá fora a dizer que as Senhoras estão sofrendo de violência doméstica, mas isto não é verdade, é uma violência que engloba toda a gente.*-----

----- *Eu vivo numa casa com a mulher e os filhos, eu estou a ser vítima de violência doméstica por parte da mulher e fiz uma candidatura à casa da Câmara e eu tive 53 pontos, tenho os cálculos aqui ao pé, tive 53,4, e concorri às Bolsas Territoriais e à candidatura anual, isto para mim não vá lá longe e estou a dentro e um pé dentro e outro pé fora para dormir debaixo da ponte, a mulher já me disse para dormir debaixo da ponte.*-----

----- *Tenho cá a mamã e eu fosse abandoná-la porque eu fiz chichi nas costas dela em África. Por isso, não posso abandoná-la onde eu for, eu vou com ela, se puder esta Câmara ajudar-me a ter uma habitação, eu agradeço, se não puder paciência! Que é a minha mãe, é a deusa, é a minha deusa que está cá comigo.*-----

----- *Eu respeito muito as mulheres e as mães, por isso venho aqui pedir calorosamente se alguém me puder ajudar, a melhor prenda de Natal e do Ano-Novo que eu pudesse ter, de momento, era uma habitação, só para ela, pelo menos um quarto para ela dormir, eu dormia no chão sem problemas, isto é que o verdadeiro filho para ajudar, a mãe diabética, etc., etc. sem problemas.*-----

----- *Estamos com um pé dentro e o outro fora para dormir lá na rua, debaixo da ponte, por isso ainda não chegámos lá a dormir debaixo da ponte, por isso vim cá pedir calorosamente mais uma vez a este Serviço se poder ajudar, se não puder paciência, tenho cá os papéis todos, que dizem que a minha situação e a situação da mãe. Estou desempregado inscrito no Centro de Emprego, estou.*-----

----- *Um homem é capaz de fazer tudo na vida, enfrentar dificuldades e dar o peito às balas. Muito obrigado.*”-----

----- **O Senhor Presidente, em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra questionou: -----

----- *“Muito obrigado nós. Esses documentos, podemos ficar com cópia para este processo?”*-----

----- **O Múncipe Senhor Carlos Rodrigues**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- *“Pode ficar com tudo e está explícito para ajudar neste sentido. Obrigado.”*-----

----- **O Senhor Presidente, em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito bem. Tal como já referi, nós temos aqui um Grupo de Trabalho acrescido, temos um grupo de trabalho aqui no seio da Assembleia Municipal que acompanha estes assuntos e, portanto, ele será encaminhado e já agora deixe-me também cumprimenta-lo pelo à vontade e também pela coragem como referiu em que não tem rosto e não tem género a violência doméstica Que é como também referiu e, por isso é só, nós é que temos que agradecer por ter vindo aqui com esse à vontade, com essa coragem e frontalidade expor um problema e esperemos que a Assembleia Municipal dentro da sua competência esteja à altura para ajudar a resolver e fará, naturalmente junto da Câmara Municipal as necessárias diligências para procurar, pelo menos uma solução para esta situação e as Senhoras da mãe. -----

----- Nós só para dar conhecimento aos Grupos Municipais os Serviços da Assembleia com o acordo da Mesa tinham autorizasse que que a mãe do Senhor Carlos Rodrigues estivesse colocada naquele lugar, que não é habitual, para facilitar no fundo que ela também pudesse assistir e participar nos nossos Trabalhos. -----

----- Temos uma quarta intervenção do Público, é o Senhor Manuel Nobre de Sousa, o tema que ele nos traz tem a ver com os corredores verdes de Lisboa. Já teve intervenção sobre este tema na Assembleia Municipal, já esteve presente e fez intervenções no Debate Temático sobre o Parque Florestal do Monsanto e também sobre a Economia na Cidade e no Trabalho, portanto, há documentação na Assembleia Municipal que plasma essas intervenções. Senhor Emanuel Sousa tem também 3 minutos.” -----

----- **O Município Senhor Emanuel Nobre de Sousa**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “*Caríssimos, estou aqui novamente para vos falar da experiência do levantamento que fiz em relação às novas plantações nesta Cidade. Lisboa continua a repetir os mesmos erros, ou seja, estamos a fazer plantações massivas sem acautelar as necessidades de rega que essas plantações necessitam de rega, essa rega tem uns custos, esses custos e os meios por vezes não são suficientes.*-----

----- *Como já vos disse fiz o levantamento das árvores que morreram, fiz uma amostra das árvores que morreram por Lisboa nestas condições, o que tenho aqui um documento, depois podem consultar, em que no Corredor Verde Oriental estão assinaladas as áreas onde morreram a muitas árvores, perto de 459 árvores morreram. Muitas mais correram porquê, porque houve uma roçagem dos terrenos ainda árvores vivas, pronto, para além disto a eu vou continuar a mostrar os maus exemplos que existem nesta Cidade em relação à gestão do arvoredo, porque é inadmissível que se repitam constantemente os mesmos erros e que não haja uma correção, é isto que eu vos estou a dizer. Pronto, estão aqui os números, como podem ver é falado que existem plantações, mas, quando vamos ver em pormenor que existem áreas concretas onde existe uma grande taxa de mortalidade destas árvores, que está aqui, e podem consultar, se quiserem.*” -----



----- **O Senhor Presidente, em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra questionou: -----

----- “Muito obrigado Senhor Emanuel de Sousa, também um agradecimento pelo rigoroso e escrupuloso cumprimento do tempo, aliás, ainda tinha cerca de 40 segundos, nós também vamos ficar com a documentação e naturalmente também será divulgada aos Grupos Municipais. -----

----- A última intervenção da parte do Público é da Dona Maria da Graça Almeida e vem referir-nos um assunto relacionado com eventuais irregularidades no prédio sito na Rua Ana Castro Osório, está identificado o processo camarário e, portanto, vamos já dar-lhe a palavra também com 3 minutos e com a mesma Recomendação, se tiver documentação que possa completar a intervenção que nos deixe ficar.”-----

----- **A Muniçipe Senhora Dona Maria das Graça Almeida**, moradora na Rua Ana Castro Osório nº 10 3º C, 1500-039 Lisboa, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “*Muito boa tarde a todos os presentes. Venho aqui relativamente ao prédio sito na Rua Ana de Castro Osório, como foi dito, e focando 2 pontos: o primeiro quanto a um dispositivo de extração de fumos e cheiros a e depois também a uma autorização de alteração de utilização de um espaço.*-----

----- *Relativamente ao dispositivo de extração de fumos, está colocado numa janela do 3º andar D e quando ele está colocado ilegalmente e quando é colocado a trabalhar os fumos e cheiros extraem-se da cozinha e vão entrar no 3º andar C, que é pertença de essa Dona Maria dos Anjos Mourinho, isto deu origem a um processo camarário de 5207- EXP de 2013, depois ao processo de intimação ao proprietário, que é o processo nº. 1426, mas que tem data de 2014. Mas até este momento, o proprietário não tirou, recusa-se, ao fim de quase um ano de notificações, o mesmo continua com a Ventax e os cheiros tornam-se nauseabundo e intoleráveis na habitação do 3º C, recusa-se terminantemente a retirá-lo.*-----

----- *Curiosamente os processos de intimação que existe na Câmara deram origem ou deu lugar agora a uma possível autorização para a legalização de tal equipamento. Existe inclusive um relatório técnico Delegação de Saúde a dizer que tal não será possível, mas em todo o caso será a Câmara que terá tratar dessa situação, esse relatório já é de 2013 até ao momento não se conseguiu fazer nada, mas houve agora um volte face e a Senhora já tem uma certa idade e sente-se incapaz para tratar, para travar deste esta situação.* -----

----- *A outra situação é um processo de autorização da alteração de utilização de uso. É um espaço que não consta nem da propriedade nem da licença de utilização, nem na propriedade horizontal no mesmo prédio não tem fração autonomizada e está como um equipamento comum. Inicialmente era até para lavandaria, agora o a administração do condomínio na qual e faço aqui um parênteses, esse tal vizinho que tem a Ventax, esse equipamento de extração de fumos também foi durante muito tempo administrador, o que dificultou toda esta situação também para a proprietária do 3ª C, estão agora a tentar legalizar uma vez que não é possível alteração das propriedades horizontais fazem-no por esta via tentando autorização, curiosamente,*

*também há um processo que, curiosamente, nestes 2 processos de intimação e também do pedido de alteração é a própria Câmara que sugere a legalização de situações que não serão passíveis de legalização. Neste último caso a desde logo diga-se que não há uma fração autonomizada, é um equipamento coletivo e implica também um agravamento do défice de estacionamento afeto a nova atividade, existem escadas, portanto, não há uma fração autonomizada, também aqui há da parte do processo camarário, uma indicação pela possibilidade de legalização. Ponho isso então à consideração de Vossas Excelências a análise do presente caso dos 2 pontos em consideração. É só.”*-----

----- **O Senhor Presidente, em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado pela intervenção. Agradecia que nos fizesse deixar chegar toda a documentação, como já tinha dito. Até as minhas desculpas de estarem aqui a suscitar outras matérias com prontos a seguir com a condução dos trabalhos, mas fique bem ciente que nós tomámos boa nota daquilo que nos expôs, que a sua intervenção será integralmente transcrita na Ata e que toda esta documentação terá o necessário encaminhamento para as Comissões e que não ficará em saco roto. Muito obrigado pela participação.”-----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

----- **PONTO 1 - APROVAÇÃO DA ATA Nº 117, DE 13 DE SETEMBRO DE 2016**-----

----- **O Senhor Presidente, em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Vamos votar a provação, se assim for votado, da Ata nº117 para depois, entrarmos nos pontos da Ordem de Trabalhos, e depois há aqui uma matéria relacionada com o Parecer referente ao ponto 4º na Ordem de Trabalhos, estava aqui a ser suscitado pela Deputada Municipal Ana Gaspar, que é a relatora do Parecer da 7ª Comissão Permanente.-----

----- E, portanto, relativamente à Ata número 117, com a salvaguarda habitual, que ficará registado, que os Senhores Deputados que não estiveram presentes nesta Sessão da Assembleia Municipal será considerado que não participam nesta votação.-----

----- Vou pôr à votação. Não há votos conta e nem abstenções. Está aprovada por unanimidade.-----

----- (o Grupo Municipal do MPT estava ausente e não participou nesta votação).

----- De forma a dar cumprimento ao disposto no DL. n.º 4/2015, de 07 de Janeiro, que aprova o novo Código de Procedimento Administrativo, mais precisamente no n.º 3 do seu artigo 34.º, não participaram na votação da Ata 117, os Senhores Deputados Municipais que abaixo se referenciam, em virtude de não terem estado presentes na reunião a que a mesma respeita.-----

----- Ata n.º 117, Sessão Extraordinária, realizada em treze de setembro de dois mil e dezasseis, não estiveram presentes os seguintes Senhores Deputados Municipais: Augusto Miguel Albuquerque (PS), Hugo Cordeiro Lobo (PS), José Deserto Videira (PS), Pedro Cegonho (PS), Rui Paulo Figueiredo (PS), Ana Paula Viseu (PS), Sérgio

Azevedo (PSD), Sofia Vala Rocha (PSD), Paulo Campos Lopes (PCP), Paulo Moreira (PSD), Ana Páscoa Baptista (PCP) Lúcia Gomes (PCP), Tiago Ivo Cruz (BE), Sandra Cristina Andrade (BE), Gabriel Fernandes (CDS-PP), Jorge Almeida (IND) e Pedro Mendes (IND).” -----

----- **PONTO 2. APRECIACÃO DA PETIÇÃO 12/2016 - POR UM BAIRRO MELHOR, AO ABRIGO DOS ARTIGOS 85º E 86º DO REGIMENTO; PARECER DA 4ª COMISSÃO PERMANENTE; RECOMENDACÃO 1/128 (4ª CP)** -----

----- (A **Petição nº 12/2016** fica anexada à presente Ata, como **Anexo I** e dela faz parte integrante). -----

----- (O **Parecer da 4º Comissão Permanente** relativa à **Petição nº 12/2016** fica anexado à presente Ata, como **Anexo II** e dela faz parte integrante). -----

----- (A **Recomendação da 4º Comissão Permanente** relativa à **Petição nº 12/2016** fica anexado à presente Ata, como **Anexo III** e dela faz parte integrante). -----

----- **O Senhor Presidente, em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra continuou: -----

----- “Vamo-nos passar o Ponto 2 da Ordem de Trabalhos, ‘Apreciação da Petição nº12/2016 - por um bairro melhor’ -----

----- Quem vai usar da palavra pelos peticionários é Dona Elisabete Pires, tem 10 minutos. -----

----- Depois, temos inscrito, numa dupla qualidade, o Senhor Deputado Municipal Diogo Moura, enquanto relator, e depois também usará da intervenção. -----

----- Outros Grupos Municipais ou Senhores Deputados que queiram fazer intervenção neste ponto, eu preferia que telefonassem para a Mesa, não tanto os gestos, embora aqui a Senhora Deputada Rosa Maria tomou boa nota dos sinais que estavam a ser feitos para a Mesa. -----

----- Portanto, Dona Elisabete, tem 10 minutos, quando se estiver a aproximar do final eu darei aqui um sinal sonoro.” -----

----- **A Muniçipe Senhora Dona Elisabete Pires**, no uso da palavra fez a seguinte apresentação: -----

----- “*Muito boa tarde, Senhor Presidente, boa tarde Senhores Deputados, boa tarde ao público em geral.* -----

----- *Eu venho aqui para falar da Associação Real Urinol, situada na Rua Josefa Maria, nº4B, no Bairro Estrela de Ouro, um dos bairros ícones de Lisboa, na Graça, Freguesia de São Vicente.* -----

----- *Os moradores entregaram-me a Petição a pedir à Câmara para terminar com esta Associação, que finge ser uma Associação mas é um bar.* -----

----- *Ao fim de um ano, a situação mantém-se, a Associação continua a laborar toda a noite, os clientes continuam a privar os moradores do descanso necessário. Sempre que entra ou saem falam alto, gritam ou permanecem na rua, não respeitam quem trabalha cedo ou estuda, e até aos mais idosos sentem receio quando ouvem o barulho.* -----

----- A PSP é chamada ao local, mas não resolve o problema, dizem que é à Câmara que compete reduzir o seu horário, quando a PSP se vai embora as pessoas continuam a entrar, mas que horário devem cumprir? Se eles afirmam não ter horário. -----  
----- Laboram toda a noite, mas eles dizem que se reúnem em reuniões essas diárias e sempre noturnas até de madrugada, aquilo não é um bar, mas as pessoas saem de lá a beber e deixam garrafas e copos espalhados pela rua. -----  
----- Quando têm eventos, o fluxo das pessoas é maior e o ruído também, a vizinha que mora mesmo ao lado, continua a ouvir a música, apesar dos Senhores terem dito que isolaram o local e que gastaram imenso dinheiro para isolar o espaço. -----  
----- Seria benéfico se as medições de som fossem realizadas nesses dias que fazem os eventos, na rua não se mede o som, mas se a Associação não estivesse a funcionar as pessoas também não ficam ali durante a noite. -----  
----- Eles afirmam que têm que se reunir para poderem pagar a renda, nós moradores também temos que trabalhar para podermos pagar as rendas e as prestações das nossas casas e não perturbamos os outros, só exigimos poder descansar e continuarmos a ter uma boa vizinhança no bairro. -----  
----- Na Graça sempre ouve e há e continua a haver cafés, clubes, coletividades e nunca estiveram abertas toda a noite. -----  
----- Importa apurar como é que vão fiscalizar, como é que vão provar que há trocas comerciais lá dentro, porque não abrigam que as reuniões e os eventos sejam feitos dentro do horário estabelecido, que é entre as 6 e a meia-noite? -----  
----- É isto que os moradores pretendem, nós só queremos ter direito a descansar e que seja apurada a verdade, porque a Associação Real Urinol não é uma Associação cultural, é um bar camuflado, onde se vendem bebidas todos os dias, e nós moradores queríamos simplesmente descanso e termos boa vizinhança. -----  
----- Já terminei, muito obrigado, não foram necessários os 10 minutos, obrigado de boa tarde a todos. ”-----

----- **O Senhor Presidente, em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, e obrigado pela boa utilização e gestão do tempo. -----

----- A Deputada Rosa Carvalho da Silva vai dar a palavra.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS-PP)** no uso da palavra, enquanto relator, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Dizer que, relativamente a esta Petição 12/2016, ela foi remetida pela Senhora Presidente da Assembleia Municipal para a 4ª Comissão, e dizer que esta Petição foi entregue, não costuma ser habitual, nos foi entregue através da Senhora Presidente da Junta de Freguesia de São Vicente, Natalina Moura. -----

----- Não vou aqui perder tempo a descrever aquilo que são os propósitos da Petição, porque a peticionária responsável já o fez e, portanto, passaria ao restante documento dizer que a Comissão no âmbito das suas competências, efetuou diligências ouviu em 1º lugar, os peticionários e, seguidamente, a Senhora Presidente da Junta de Freguesia de São Vicente e, posteriormente, 2 representantes da Associação Real Urinol. -----

----- E quais é que foram as conclusões da Comissão. Em 1º lugar a Petição revela que estamos perante um problema grave, que opõe uma Associação Cultural com eventual serviço de bar e uma comunidade residente que pretende ver estabelecido seu inalienável direito ao descanso. -----

A Associação dá causa a movimentação de um fluxo de pessoas permanente durante o período noturno, o que contribui para a existência de ruído intenso e constante, fomento ocasional de desacatos e insalubridade na via pública, conforme comprovam os autos de ocorrência da Polícia Municipal e, também, queixas de moradores. -----

----- Portanto, importa esclarecer cabalmente o quê? -----

----- Em 1º lugar, se a Associação se limita a exercer no interior da sua sede social, as atividades constantes no seu objeto, reunindo os seus associados membros, órgãos sociais e convidados, para tratar assuntos do seu interesse e na prossecução dos seus objetivos, sem quaisquer intuits comerciais, sem venda de quaisquer produtos, bebidas ou outros, não estando assim sujeita a mapa de horário de funcionamento, ou seja, no âmbito previsto na Constituição. -----

----- Ou, se ao invés, esta Associação possui e explora direta ou indiretamente um verdadeiro estabelecimento comercial de venda ao público ou de prestação de serviços. Consta-se que a existência de ruído no espaço público perturba a tranquilidade dos moradores e que gera perda de qualidade de vida, com as devidas consequências que a privação do direito ao descanso acarreta. -----

----- Portanto, importa encontrar uma base de entendimento entre a Associação e moradores. -----

----- E postas estas conclusões, a 4ª Comissão recomenda ao plenário que recomenda à Câmara o seguinte: -----

----- Em 1º lugar, que com base no descrito apure, com caráter de urgência, se a Associação se limita a exercer no interior da sua sede, as atividades constantes do seu objeto ou se, por outro lado, exploram um estabelecimento comercial de venda ao público. -----

----- Em 2º, e que através da Junta de Freguesia, que já se disponibilizou para o efeito, interceda junto à Associação Real Urinol para encontrar uma solução que minimize os conflitos existentes com os moradores do bairro e na salvaguarda do respeito pelos seus direitos. -----

----- Em 3º, que reforce e promova, através da Polícia Municipal, ações de fiscalização à Associação, em particular pelo cumprimento das posturas Municipais aplicáveis a este tipo de situações, bem como solicitar à esquadra da PSP da área, o patrulhamento da zona durante o período noturno. -----

----- Dizer ainda que este relatório foi aprovado por unanimidade dos membros presentes na Comissão.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS-PP)** no uso da palavra, continuou a sua intervenção: -----

----- “Agora enquanto Deputado Municipal da bancada do CDS, em 1º lugar, obviamente saudar esta ação dos peticionários na apresentação deste documento, dizer-vos que a questão do ruído, em Lisboa, no espaço público, tem sido um problema

crescente a que importa dar uma solução, pese embora com fontes muito distintas avariadas e que a situação relatada, infelizmente, não é caso único. -----

----- O CDS tem recebido várias denúncias de munícipes que por receio não apresentam petições nem se expõem publicamente, mas que procuram e nós eleitos ajuda, aliás, ainda há pouco ouvimos aqui uma munícipe desesperada a relatar a situação que vive na Calçada do Desterro e, portanto, urge que esta Assembleia faça algo, preferencialmente, enquanto Assembleia, e através da Comissão, ou então cada um de nós, que através dos seus representados no Parlamento, afira e avalie esta situação, e tente encontrar novo quadro e enquadramento legal para estes casos.-----

----- Dizer, também, que o eventual funcionamento de um bar no interior da Associação Cultural, funcionando aberto ao público em geral, e sem enquadramento de atividade económica e, consecutivamente, sem licença de horário de funcionamento emitido pela Câmara, é algo que nos deve preocupar a todos.-----

----- E volto a frisar, esta não é a situação única nesta cidade, não apenas pela situação presente, como disse, mas, por muitas outras que vamos tendo conhecimento. -----

----- Se o direito ao descanso é inquestionável e previsto na Constituição, o direito de reunião, peço desculpa, é inquestionável e previsto na Constituição da República, também o direito ao descanso o é. -----

----- Deixando uma palavra de apreço aos peticionários pela perseverança e também coragem, salientar que esta é uma matéria que o CDS irá acompanhar de perto, procurando uma solução que, embora difícil, seja duradoura. Obrigado.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Em primeiro lugar, o Grupo Municipal do Partido Ecologista Os Verdes gostaria de cumprimentar os subscritores da Petição que agora apreciamos, intitulada “Por um Bairro Melhor”, através da qual trazem a esta Assembleia Municipal as suas preocupações, alertando para a necessidade de atenuar os efeitos do ruído noturno no Bairro Estrela d’Ouro, na Graça. -----

----- Está em causa o funcionamento da Associação Real Urinol e o ruído daí proveniente e o direito ao descanso por parte dos moradores no bairro. -----

----- Por um lado, é importante assegurar que o direito ao descanso e à qualidade de vida dos moradores é efetivamente assegurado. -----

----- Por outro lado, devem ser feitos todos os esforços para que a referida Associação, que promove um conjunto de atividades culturais, no âmbito das artes plásticas, da música, ciclos de cinema e exposições, e que dão vida a este bairro, possa prosseguir a sua atividade, com o devido acompanhamento no sentido de minimizar os incómodos de que os moradores se queixam. -----

----- Não é o primeiro caso deste género que analisamos nesta Assembleia e sabemos que nem sempre é fácil conciliar estas duas vertentes, como demonstra esta Petição, mas é fundamental encontrar o equilíbrio entre o descanso das populações e a atividade da Associação. -----

----- A revitalização e dinamização das atividades nos bairros da cidade de Lisboa são fundamentais, sendo imperioso garantir o direito à existência e ao funcionamento da

atividade associativa, dentro do cumprimento da lei e do Plano de Ação do Ruído aprovado pelo Município, como é óbvio, tendo sempre presentes os legítimos direitos dos moradores, quanto ao seu sossego e comodidade. -----

----- Os Verdes consideram ainda que é necessário estarmos atentos a estes fenómenos, que cada vez mais vão surgindo, tentando minimizar os seus efeitos e procurando compatibilizar de forma sustentável a atividade desta Associação numa zona residencial, para que a população residente no Bairro Estrela d'Ouro tenha direito a um ambiente urbano sadio e com qualidade de vida. -----

----- Assim, Os Verdes partilham das preocupações manifestadas pelos moradores e consideram que deve continuar a ser feito um grande e sério esforço no sentido resolver esta situação, sendo para isso fundamental que a Câmara e a Assembleia Municipal continuem a acompanhar esta situação, em conjunto com os moradores, a Presidente da Juntas de Freguesia e a Associação, assim como devem ser promovidas campanhas de sensibilização. -----

----- Sobre as recomendações constantes do Parecer sobre esta Petição, solicitamos a votação do 1º ponto em separado.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Natalina Moura (PS)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “O tema agora abordado a propósito da Petição ‘por um bairro melhor’ foi, em termos descritos pelo Senhor Deputado Diogo Moura, fatural, com rigor, foi uma descrição precisa e concisa. Foi tudo aquilo que foi dito na 4ª Comissão, que também integro. -----

----- No entanto, não seria possível descrever o estado emotivo dos que foram ouvidos pois, em cada um de nós, se retratam os factos, de acordo com as vivências, que são diferentes e que, no meu caso, na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de São Vicente, dada a proximidade, ressaltam as emoções e sensações e as perceções também. -----

----- A visualização do espaço. O desconforto que todos os dias me é retransmitido por aqueles que habitam o carismático bairro da Estrela D’Ouro, muito visitado pelos turistas, por alunos de escolas que fazem trabalho sobre vilas e pátios desta área urbana, um bairro tranquilo, com uma leitura de vizinhança sem desencontros relacionais, até à instalação da Associação, aliás, anteriormente designada por Laboratório de Ideias, que foi desalojada de um outro espaço da Rua da Graça, por atuação desajustada e com algumas atividades que culminaram, reparem bem, na pintura de cruces de considerável dimensão, em inúmeras paredes de edifícios públicos e privados, ainda hoje visíveis nalguns edificadas e em passadeiras, cuja intervenção tinha sido recente. -----

----- Pese embora, ao ser ouvida a Associação, ter declarado que a atual direção terá alguns elementos que não integravam o anterior corpo diretivo. Numa Associação que se diz cultural e que deveria, só pelo facto de ser dizer cultural, não estar ao arrepio, em meu entendimento e dos residentes quer do bairro quer das imediações do mesmo, negar ou negligenciar a cultura do respeito pelos outros, no sentido direito ao descanso, já hoje aqui várias vezes repetido. -----

----- E é o direito ao descanso, que é todos os dias, que é todos os dias posto em causa, agudizando-se a situação, os fins de semana, esta cultura de ausência de respeito coloca em causa o estado de saúde de quem ali mora, sendo que, a título de exemplo, a 1ª signatária, que é educadora de infância, me fez chegar o relatório clínico, onde se expressa, claramente, que a sua condição advém da perturbação do sono, causada pela falta de descanso, diretamente provocada pelos horários praticados pela Associação real Urinol na sua atividade noturna. -----

----- Caras e caros colegas, a qualidade na democracia de proximidade é no espaço público e, neste em especial, todos os dias posto em causa. A Associação que dá pelo nome de Real Urinol, faz também parte justa ao nome, de real nada tem, mas de urinol tem tudo! Para não ir mais longe, por uma questão de cortesia para com todos vós, nas longas conversas que tenho tido com a PSP, verifica-se que são chamados com frequência ao local, para não dizer diariamente, porém, nada parece, até agora, ter mudado em termos de atitudes e comportamentos, confesso que assumi ser mediadora entre as partes, o que ainda não fiz, esperando que a Assembleia Municipal procedesse à votação do, Parecer agora em apreço, que plasma os factos apresentados na Recomendação. -----

----- Tudo farei para que as partes se entendam, para uma saudável convivência, espera não vir a ter um sentimento de frustração pessoal, face ao desafio que assumi, pois sei quanto as relações estão extremadas e em completa oposição de face. -----

----- Quero dizer, ainda, expressar aqui o conteúdo manifesto de receios, medos, por parte de alguns moradores e proprietários de restauração, exteriorizados perante eventuais processos de retaliação. -----

----- Urge, como também já aqui foi dito, resolver esta e todas as situações do mesmo cariz. Tenho dito. Muito obrigada.” -----

----- **O Senhor Presidente, em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, a Senhora Deputada Natalina Moura beneficiou da cedência de tempo do PNP.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Ricardo Lopes (BE)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Gostaria de começar, naturalmente, por cumprimentar os peticionários, é sempre importante quando os moradores, os habitantes de Lisboa, se reúnem e se pronunciam sobre a vida da cidade e, portanto, saudamos por isso. -----

----- Gostaria, no entanto, de fazer um sublinhado, sobre o qual incide o 1º ponto das recomendações. -----

----- Haver uma Associação que tenha um bar, ou que explore um bar, é o mais comum nas associações desta cidade e deste país, é normal que assim seja e, portanto, esta Recomendação para que se apure se é uma Associação, ou se tem um bar em que vende bebidas, não vamos chegar a muitas conclusões e, portanto, não podemos fazer disso um resultado positivo desta Recomendação ou desta Petição, porque as Associações, muitas delas, vivem exatamente essas receitas. -----



----- Não quero com isto dizer que não haja aqui um problema, e há um problema grave e que é salientado, é sublinhado pelos moradores, que é de ruído, naquele espaço e o direito ao descanso desses moradores, e acho que esse é que é o problema sobre o qual nos vamos debruçar, policiar ou fiscalizar, se existe um bar naquela Associação, não vai resolver o assunto e, portanto, acho que é sobre isso que nos devemos focar.-----

----- A Senhora Presidente da Junta ofereceu-se para mediar o conflito, acho que deve ser o 1º passo, é o ponto 2 da Recomendação, sobre o qual estaremos a favor, e acho que até é disso que precisamos neste momento, é de mediação de um conflito entre uma Associação, pelos vistos com um caráter cultural, pelo menos alegadamente, mas precisamos de um árbitro, que seja alguém com autoridade na Freguesia, a Presidente da Junta parece uma pessoa indicada para isso e, portanto, se se ofereceu acho que deve iniciar esse processo rapidamente. -----

----- Sobre o reforço do policiamento, também tivemos aqui na intervenção da Senhora Presidente da Junta, o resultado desse policiamento, eles já é diário, não é possível reforçar o policiamento diário, e pelos vistos não está a resultar e, portanto, parece-me que há aqui um conflito e que esse conflito tem que ser resolvido sentando as pessoas à Mesa, e encontrando soluções e, portanto, se há pessoas prejudicadas, esse prejuízo não pode existir e é preciso encontrar uma solução e acho que é no diálogo que ele pode ser encontrado.”-----

----- **O Senhor Presidente, em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado. Já não temos mais inscrições e, portanto, vamos passar à votação da Recomendação nº01/128.-----

----- Já tinha sido pedido pelo Partido Ecologista Os Verdes. Portanto, o Bloco de Esquerda também. Portanto, vamos votar o Ponto 1 Recomendação nº01/128. -----

----- Voto do **Ponto 1 da Recomendação nº 1/128** – ‘Por um Bairro Melhor’ subscrita por 250 Municípes na Petição nº12/2016. O Ponto 1 da Recomendação nº 1/128 foi **aprovado por maioria** com os votos contra do BE, abstenções do PEV, votos a favor do PS, PSD, PCP, CDS-PP, MPT, PAN, PNP, 6IND.-----

----- Voto do **Ponto 2 da Recomendação nº 1/128** – ‘Por um Bairro Melhor’ subscrita por 250 Municípes na Petição nº12/2016. O Ponto 2 da Recomendação nº 1/128 foi **aprovado por unanimidade**, não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNP, 6IND.-----

----- Voto do **Ponto 3 da Recomendação nº 1/128** – ‘Por um Bairro Melhor’ subscrita por 250 Municípes na Petição nº12/2016. O Ponto 3 da Recomendação nº 1/128 foi **aprovado por maioria** com os votos contra do BE, abstenções do PEV, votos a favor do PS, PSD, PCP, CDS-PP, MPT, PAN, PNP, 6IND.”-----

----- **PONTO 3. APRECIACÃO DA PETIÇÃO 14/2016 - UM JARDIM É QUE NOS FAZ FALTA, AO ABRIGO DOS ARTIGOS 85º E 86º DO REGIMENTO; PARECER CONJUNTO DA 3ª, 4ª E 8ª COMISSÕES PERMANENTES; RECOMENDAÇÃO 2/128 (3ª, 4ª E 8ª CP).**-----

----- (A Petição nº 14/2016 fica anexada à presente Ata, como Anexo IV E Anexo V e dela fazem parte integrante).-----

----- (O **Relatório Conjunto das 3º, 4º e 8º Comissões Permanentes** relativas à **Petição nº 14/2016** fica anexado à presente Ata, como **Anexo VI** e dela faz parte integrante). -----

----- (A **Recomendação Conjunta das 3º, 4º e 8º Comissões Permanentes** relativas à **Petição nº 14/2016** fica anexado à presente Ata, como **Anexo VII** e dela faz parte integrante). -----

----- (A **Posição do Movimento pelo Jardim do Caracol da Penha**, relativo ao **Relatório Conjunto das 3º, 4º e 8º Comissões Permanentes**, relativas à **Petição nº 14/2016**, fica anexada à presente Ata, como **Anexo VIII** e dela faz parte integrante). --

----- **O Senhor Presidente, em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Passamos para o Ponto 3 da Ordem de Trabalhos apreciação da Petição nº14/2016 ‘um Jardim é que nos faz falta’.-----

----- Quem vai usar da palavra pelos peticionários é a dona Rita Cruz. -----

----- Para a também transmitir a Assembleia, como já tinha feito no início, que a Mesa tomou a decisão de distribuir, penso tinha sido enviado para os diferentes Grupos Municipais, mas também tinha sido para os serviços da Assembleia, para distribuir um documento que tinha sido remetido pelos peticionários e, portanto, tem a palavra 10 minutos.-----

----- Quando se estiver a aproximar do final do tempo, eu darei um sinal sonoro.”-----

----- **A Muniçipe Senhora Dona Rita Cruz**, no uso da palavra fez a seguinte apresentação:-----

----- “*Os peticionários, os integrantes, do Movimento pelo Jardim do Caracol da Penha gostam de Lisboa, preocupam-se com a sua cidade e o seu bairro, é por isso que têm vindo a desenvolver um conjunto de iniciativas, sempre de forma positiva e construtiva, com o objetivo de demonstrar à cidade, em geral, e às entidades públicas, em particular, que o Jardim no Caracol da Penha é o que lhes faz falta.*-----

----- *O Movimento desenvolveu, inclusivamente, indicadores que demonstraram que as Freguesias de Arroios e da Penha de França, onde desejam que surja o Jardim do Caracol da Penha, e os indicadores construídos com base em informação da Câmara Municipal, chegaram à conclusão de que as Freguesias de Arroios e da Penha de França são a 2ª e a 5ª Freguesias da cidade de Lisboa, com menor área de espaço verde por habitante.*-----

----- *Como cidadãos, o que esperávamos do poder representativo da cidade: que auscultasse e ouvisse a população para tomar decisões, o que não ocorreu.*-----

----- *Aos cidadãos restou a Petição para se fazer ouvir. Em 3 de Setembro de 2016, foi entregue uma Petição aqui. Com 2600 assinaturas. O Movimento acredita que a Assembleia Municipal de Lisboa é um Fórum privilegiado para discutir a cidade e, por essa razão, além da Petição, foi entregue no argumentário técnico que sustenta, na nossa perspetiva, a nossa posição para defender um Jardim.*-----

----- *O facto de a Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa, a Arquiteta Helena Roseta ter solicitado às 3ª, 4ª e 8ª Comissões que analisassem esta questão, criou no Movimento a esperança de que se iria fazer um trabalho articulado e construtivo.*-----

----- *Perante este cenário, como se posicionou a Câmara Municipal de Lisboa? Perante a posição construtiva das ideias e dos argumentos dos cidadãos, a liderança da Câmara Municipal de Lisboa, mostrou corajosa abertura e preocupação, o que saudamos.* -----

----- *Um dos objetivos do orçamento participativo de Lisboa, descrito a sua carta de princípios, é incentivar o diálogo entre eleitos e técnicos Municipais, cidadãos e a sociedade civil organizada.* -----

----- *Apesar de ser possível encontrar falhas no processo do Orçamento Participativo, acreditamos neste instrumento de participação e cidadania.*-----

----- *Esta terá sido também a posição da Câmara Municipal de Lisboa ao admitir o projeto para a criação de um Jardim de 10 mil metros quadrados, sem circulação automóvel, no Caracol da Penha, na edição 2016/2017 do Orçamento Participativo, demonstra uma Autarquia aberta e curiosa, interessada em auscultar o que os seus cidadãos têm para dizer, e o Caracol da Penha teve a maior votação de sempre no Orçamento Participativo na cidade, com 9477 votos, o que mostra a sua pertinência.* -

----- *Perante esta informação, o que fizeram as Comissões da Assembleia Municipal que apreciaram esta Petição? Perante a posição construtiva das ideias e dos argumentos dos cidadãos, produziram um Relatório que peca e que devia envergonhar esta Assembleia.* -----

----- *Para nosso pesar, o Relatório produzido pelas Comissões, não espelha os expectáveis deveres de independência, imparcialidade, rigor e consideração pelos peticionários e pelo seu trabalho na análise que se espera de titulares de cargos políticos quando escutamos cidadãos.* -----

----- *Esta posição é fundamentada no facto de o Relatório não responder às questões levantadas pelos peticionários e apresenta a falta de rigor técnico.* -----

----- *Com efeito, e apesar de este relatório ser redigido por Deputados de 3 Comissões Permanentes, é possível identificar um conjunto de falhas graves que desqualificam o papel da Assembleia Municipal de Lisboa enquanto interlocutor privilegiado na vida da cidade e diminuem a importância, constitucionalmente reconhecida, do Instituto da Petição.* -----

----- *Esta situação deveria embaraçar os autores do Relatório e, apesar de não ter um carácter vinculativo, o Movimento recomendou a sua não votação. O que provavelmente, não vai acontecer, não é?*-----

----- *E fez esta Recomendação para contribuir, deste modo, para a dignificação da Assembleia Municipal.*-----

----- *Neste momento, não é feita uma análise global do espaço do Caracol da Penha e do território envolvente, em termos de oferta de espaços verdes e de mobilidade. É colocado um enfoque excessivo na descrição do projeto da EMEL, que ocupa 6 páginas e meia do Relatório, sem qualquer questionamento. Em vez de haver um enfoque nas questões levantadas pelos peticionários, ao qual atribuem apenas uma página do Relatório, e não são exploradas as diversas soluções alternativas de estacionamento apresentadas.*-----

----- Neste documento produzido pelas Comissões é ignorado o PDM, o principal instrumento de ordenamento do território da cidade, aprovado pela própria Assembleia Municipal de Lisboa e estabelece para o local, revelando desconhecimento sobre o facto de o parque estacionamento ser incompatível com as classificações de espaço verde na carta da estrutura ecológica e espaço verde de recreio e produção, na carta de classificação do solo. -----

----- Este momento ignora, ainda, a definição legal de espaços verdes, como definido no Decreto Regulamentar nº9/2009, por forma a tentar classificar um estacionamento como espaço verde. -----

----- Ainda nas recomendações deste momento, é sugerido à Câmara Municipal de Lisboa, medidas a implementação impossível, como sejam, fazer jardins noutras locais, sendo que, como foi bem frisado pelos peticionários, não existe outro local para se fazer um jardim público, nestas 2 Freguesias. -----

----- Vamos deixar o nosso apelo, aos Deputados que votarão este documento, que votem contra o Relatório, que dignifiquem o papel da Petição como instrumento de participação dos cidadãos, que defendam o trabalho de representação salvaguardando a imagem da Assembleia Municipal de Lisboa, como instituição parlamentar da cidade. E é tudo agradeço a vossa atenção.” -----

----- **O Senhor Presidente, em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Só fazer aqui uma nota, a Mesa tomou boa nota das várias chamadas que recebeu de diferentes Grupos Municipais. -----

----- Referindo que, de facto, a representante dos peticionários estava aqui para apresentar a Petição e não propriamente para abordar aquilo que era o Relatório das Comissões ou fazer qualificações sobre o trabalho da Assembleia ou sobre os Deputados. -----

----- Mas a Mesa entendeu, aliás, já tive oportunidade de fazer à semelhança, numa situação em que existiu, a Mesa entendeu que deveria deixar a peticionária usar livremente da palavra, fazendo os juízos de valor que entendesse, sendo que achámos, mantendo, e penso eu, é um juízo que os Senhores Deputados podem discordar, mas achando que foi assertiva naquilo que disse, mas mantendo o devido respeito ao nível de educação, que deveríamos deixar usar da palavra e, portanto, naturalmente, os Senhores Deputados terão a oportunidade, também, de se pronunciar, e a Mesa exercerá exatamente o mesmo comportamento, ou seja, desde que haja respeito pelos diferentes grupos Municipais e pelos peticionários, ao nível da educação, também daremos toda a latitude. -----

----- Isto porque este tema já esteve aqui várias vezes, é verdade que também foi sinalizado para a Mesa que a Petição foi sendo alterada, sem as devidas assinaturas na Comissão, mas isso agora. O que temos aqui é um Relatório, demos a palavra aos peticionários e agora vamos dar a palavra à relatora e, portanto, tomámos boa nota, sabemos que, do ponto de vista Regimental, alguns reparos tem razão, mas nós entendemos que, pelo bom decurso dos trabalhos, que foi o melhor. -----

----- E portanto, espero que tenham compreendido aquilo que foi a atitude da Mesa, nós conversámos e achámos que era melhor, mas eu tomei boa nota dos diferentes telefonemas que foram aqui feitos. -----

----- Tem agora a palavra Senhora Deputada Municipal Inês Drummond enquanto autora do Relatório das 3ª, 4ª e 8ª Comissões.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Inês Drummond (PS)** no uso da palavra, enquanto relatora, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Nos termos do Regimento da Assembleia Municipal, foi apresentada a 13 de Setembro de 2016, na Assembleia Municipal, uma Petição coletiva, subscrita por 2600 assinaturas, cidadãos, tendo como epígrafe ‘um Jardim é o que nos faz falta’. -----

----- Considerando o teor da Petição, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Helena Roseta, por despacho datado de 19 de Setembro, 2016, determinou o seu encaminhamento para a 3ª, 4ª e 8ª Comissão Permanente, a fim de, após a respetiva audição dos peticionários, ser apreciado e, conseqüentemente, ser emitido um Relatório. -----

----- Permitam-me também que, cumprimente os peticionários, apesar das considerações e motivações e alguns insultos que aqui foram relatados, inicialmente, que me abstenho de qualificar, no entanto, dizer-lhe que todos os Deputados de todas estas Comissões fizeram o seu trabalho e elaboraram as recomendações à Câmara Municipal de Lisboa que aqui vou ler. -----

----- Ponto 1, que a Câmara Municipal de Lisboa promova, com a maior brevidade possível, e de forma integrada, a requalificação do terreno em análise, tendo em consideração, as necessidades, claramente identificadas localmente, de aumento da oferta de estacionamento, de espaços verdes de qualidade e de equipamentos infantis.-

----- Ponto 2, que diligencie junto da EMEL, para que o ordenamento do estacionamento em redor da zona de intervenção, se inicie o mais rápido possível, como forma de dar resposta à enorme pressão de estacionamento para residentes e visitantes, nesta zona da cidade. -----

----- Ponto 3, que diligencie junto da EMEL, para que seja garantida, com a maior urgência, a contenção das terras, eventualmente ameaçadas, pela paragem das obras, garantindo, assim, a segurança no local e a contenção do talude. -----

----- Ponto 4, que procure, em resposta aos anseios dos peticionários, garantir novas zonas de fruição para as famílias, através da requalificação e da melhoria de espaços verdes existentes nas Freguesias de Arroios e Penha de França. -----

----- Procure, nas imediações, soluções para dar resposta à carência de estacionamento nas Freguesias de Arroios e Penha de França. -----

----- E, por último, que procure uma solução de compromisso entre as necessidades identificadas pelos peticionários, de requalificação do espaço verde existente, devidamente requalificado de infraestruturas lúdicas e desportivas, aberto ao público, para um usufruto seguro e de qualidade de toda a população dos bairros destas Freguesias e da cidade e das necessidades identificadas pelas Juntas de Freguesia de Arroios e Penha de França, procurando não diminuir a oferta de estacionamento prevista para o local. -----

----- De facto, o Senhor Presidente, estas foram as nossas recomendações, de querer também assegurar esta Assembleia que, no âmbito das audições das 3 Comissões, foram feitas as audições quer aos peticionários, quer à EMEL, quer às Juntas de Freguesia, procurámos dar toda a latitude a que nos foi pedida pelos peticionários, nomeadamente, no que diz respeito à entrega de documentos mesmo posteriores à própria Petição, porque considerámos que tal também enriquecia o trabalho dos Deputados e também enriqueceria as respostas que aqui procuramos dar em termos de Recomendação. Obrigada.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Ana Páscoa (PCP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Em primeiro lugar, eu gostaria de dizer que a não concordamos em absoluto com alguns aspetos da intervenção da Senhora peticionária que veio aqui apresentar as razões, que podia ser a Petição, mas as razões. -----

----- Eu lembro que o poder local tem uma especificidade muito própria que esta Assembleia é um órgão político, portanto, não tem que realmente ser outro tipo de considerações, como uma vez, foi dito, portanto. -----

----- Já em relação, agora, à Petição estamos uma vez mais nesta Assembleia a analisar uma Petição de moradores de Lisboa, preocupados com a vivência e a qualidade de vida no espaço urbano. Em primeiro lugar saudar os peticionários, apesar de tudo, pela mobilização e empenho, pelo exercício deste direito de cidadania tão importante para a qualidade da democracia. -----

----- A Petição nº 14/2016, “Um Jardim é que nos faz falta”, subscrita por cerca de 2600 cidadãos, apresenta um conjunto de argumentos/razões sobre a necessidade de um jardim na zona de Penha de França e Arroios. Neste contexto propõem a requalificação do terreno do Caracol da Penha, propriedade da CML, “um verdadeiro pulmão verde”, como aparece na Petição, que “pode responder à forte carência de espaços verdes fechados com infraestruturas lúdicas e desportivas no centro da cidade”. -----

----- Este terreno tem estado abandonado e sem qualquer utilização, pretendendo a EMEL aí construir um parque de estacionamento com 28 lugares destinados a moradores da Penha de França e 58 de Arroios, visando uma resposta a problemas de estacionamento, que são reais na zona, mas ignorando totalmente o potencial ecológico do terreno em causa, bem como a estrutura social da área envolvente. Em suma, ignoraram-se as necessidades deste território em termos de resposta sócio territorial, não se avaliou o potencial ecológico, nem a estrutura social envolvente da área, que poderia permitir outra solução a partir desse levantamento. Note-se que atualmente nesta zona habita toda uma geração jovem com crianças.-----

----- Relativamente aos espaços verdes, estas duas Freguesias de que estamos a falar, são, realmente, Freguesias altamente carenciadas em espaços verdes, têm uma médias apenas de 1m2 por habitante, o que é muito pouco.-----

----- São Freguesias muito populosas, onde a carência de espaços verdes e jardins é muito sentida pelos seus habitantes. -----

----- O projeto da EMEL implica que 36,6% do espaço se destina a estacionamento, 45,5% não pode ser utilizada devido à inclinação e apenas 17,8% será para usufruto da população, conforme dados mais rigorosos apresentados pelo Movimento pelo Jardim do Caracol; em suma, o projeto da EMEL apresenta um jardim para ser observado, destruindo o espaço de usufruto e fruição com as plataformas de estacionamento, impedindo espaços lúdicos para crianças ou de convívio entre a população, em perfeitas condições de segurança.-----

----- Embora o estacionamento seja um problema nesta zona, consideramos que o fundamental e prioritário é proceder ao ordenamento do estacionamento, sobretudo na Penha de França, bem como à definição de políticas de mobilidade e transportes públicos ao serviço das populações, aliás eu lembro aqui que os Vereadores do PCP apresentaram na CML, na semana passada, uma Proposta visando contribuir para a resolução do problema do estacionamento na Penha de França, apresentando alguns possíveis espaços, de que dou como exemplo: um terreno na Av. General Roçadas, um na Rua Frei Manuel do Cenáculo.-----

----- Por outro lado, é também urgente que se proceda a um levantamento de possíveis alternativas de estacionamento, permitindo assim a não destruição do Caracol da Penha, mas sim a manutenção e recuperação do espaço, dando lugar ao jardim almejado pelos moradores. Aliás, refira-se a grande adesão a este projeto no Orçamento Participativo, sempre apresentado como uma bandeira pelo PS e anterior Presidente da Câmara e atual 1º ministro, esperando que a CML assumira os seus compromissos nesta matéria, dado ter sido um projeto vencedor.-----

----- Uma última nota diz respeito ao Plano Diretor Municipal: é conhecida a posição do PCP em relação a este instrumento de regulação urbanística, estivemos contra e temos manifestado por diversas vezes essa discordância. No entanto, não se percebe quando é a própria Câmara a ignorá-lo. A área em causa encontra-se identificada como “Espaços Verdes de Recreio e Produção” (Espaços a consolidar) e como Espaço Verde na Estrutura Ecológica Municipal. Na estratégia desenhada pelo PDM encontramos "Qualificar o Espaço Público - (...) Aumento das áreas permeáveis no espaço público, enquanto contributo para o aumento da permeabilidade do solo na Cidade e amenização do espaço público, quer visual quer climático; (...); " Incentivar a Eficiência Ambiental - (...) Aumento das áreas verdes, procurando a continuidade, em particular nas áreas de vale, que constituem zonas particularmente vulneráveis a fenómenos climáticos extremos e a riscos sísmicos; aumento da presença do verde e da área permeável na cidade, nomeadamente no espaço público, no interior dos quarteirões (...) como forma de mitigação de riscos de inundação e de sustentabilidade ecológica do território, e como medida de amenização climática, por diminuição do efeito de “ilha de calor”.-----

----- A promoção de uma cidade ambientalmente sustentável e eficiente na forma como utiliza os recursos passa também pela preservação deste tipo de espaços, como o Jardim dom Caracol da Penha. Como dizem os moradores: ‘um Jardim é o que faz falta’.-----

----- Por estas razões o PCP votou contra o presente Parecer e pede a votação dos pontos constantes da Recomendação em separado. Muito obrigada.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Todo este processo que decorreu, quer nas Comissões quer, mesmo em termos do processo participativo, do Orçamento Participativo, pareceu-nos um caso de estudo de como a participação cidadã, em colaboração com a participação representativa, não deve funcionar, ou seja, eu tenho impressão que tudo aquilo que podia correr mal, correu mal nesta situação.-----

----- Houve falta de audição da população, houve falta de audição dos peticionários, e houve falta de audição dos peticionários relativamente às outras partes, porque os peticionários também têm que ouvir, e nesse aspeto, eu tenho que lamentar a forma como os peticionários se dirigiram esta Assembleia. Não é forma de resolver os problemas, e isso não ajuda à participação cidadã entre a democracia representativa e a democracia participativa.-----

----- Indo a fulcro da questão, nós concordamos com os peticionários de que tem que haver uma zona verde e um Jardim com aquelas características. Também temos que concordar com a população, quando a população exige mais lugares de estacionamento.-----

----- O que nós dissemos, desde o princípio, em Comissão e nesse aspeto não fomos ouvidos e, por isso, votámos contra o Parecer que foi emitido é que estas 2 situações são perfeitamente conciliáveis.-----

----- Quem me disser a mim que o Parque Eduardo VII não é um espaço verde está, de certeza, a brincar comigo e, no entanto, no Parque Eduardo VII coexiste uma grande zona verde com parque de estacionamento, portanto, as coisas têm é que ser feitas de forma sensata e acordada entre todos.-----

----- Nós acreditamos que a solução inicial da EMEL tinha alternativas que a melhoravam bastante, mas que não foram votadas, não foram escolhidas e, a própria a solução do orçamento participativo, tem implícito em si a possibilidade de ter um estacionamento a uma cota inferior do Jardim.

----- Portanto, eu creio que este processo está, neste momento, num ponto de impasse, aquilo que estava inicialmente previsto morreu e terá que nascer uma nova forma de olhar este problema, uma vez que se chegou a uma situação de impasse, creio que, neste momento cabe à Câmara Municipal desenlaçar este impasse e cabe a todas as outras partes envolvidas refinarem um pouco mais a sua forma de audição mútua, para que algumas das coisas que aconteceram até agora, não se tornem a repetir. E por esta razão iremos votar contra este Parecer, de novo, uma vez já tínhamos votado contra na Comissão. Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cristina Andrade (BE)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Em 1º lugar, em nome do Bloco de Esquerda, gostaríamos de cumprimentar, não só as pessoas que tiveram inicialmente a ideia de avançar com esta Petição, como



também todos os peticionários e todas as pessoas que se envolveram nesta iniciativa que hoje aqui debatemos.-----

----- Esta esta Petição nº14/2016 designada ‘um Jardim é o que nos faz falta’ é uma Petição que, já por várias vezes, foi falada e abordada nesta Assembleia Municipal, portanto, a posição do Bloco de Esquerda é também conhecida, mas gostaríamos de a reafirmar a nossa posição vai, de facto, no sentido de que seja privilegiada a opção destes peticionários e, portanto, seja construído um Jardim no espaço de Caracol da Penha em detrimento de um parque de estacionamento. -----

----- Saudamos, assim, a iniciativa cidadã e como dizia das milhares de pessoas que subscreveram esta Petição, gostaríamos de ressaltar que esta é, inclusivamente, uma das Petições que mais assinaturas teve a longo desta sessão que aqui estamos a viver, esta foi uma das Petições que recolheu mais assinaturas, e numa cidade que se quer democrática e participada, e cada vez mais participada, parece-nos que esse é algo, que é um aspeto deve ser referido e que não deve ser negligenciado. -----

----- Como referi, acompanhamos a pretensão dos peticionários para que seja criado um Jardim neste espaço, por oposição à criação de um parque de estacionamento, e gostaríamos também de realçar novamente o facto de que, este foi um projeto que foi vencedor a do Orçamento Participativo e, portanto, esse é mais um aspeto a favor da criação deste Jardim e não nos parece aceitável que o resultado desse Orçamento Participativo possa ser passível de ser considerado, descartado por outros fatores. -----

----- Parece-nos que é possível, com toda a certeza, encontrar alternativas para o estacionamento de viaturas nesta zona, é verdade que ele é necessário, mas é certamente possível encontrar outras saídas, e exortamos a Câmara para que sejam envidados os esforços nesse sentido, esforço esses que não passem pela destruição dos espaços verdes existentes e que privilegiem a construção deste Jardim. -----

----- Em consonância com o exposto, iremos votar favoravelmente, iremos votar contra os Pontos 1 e 6 desta Recomendação, e votaremos favoravelmente os restantes pontos.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Em primeiro lugar, o Grupo Municipal do Partido Ecologista Os Verdes saúda a Petição sobre o Jardim do Caracol da Penha e os seus subscritores, que exerceram um direito de cidadania e decidiram criar um movimento cívico para alertar para a necessidade da CML proceder à requalificação deste terreno, transformando-o num jardim, para usufruto público dos moradores.-----

----- De facto, a Petição que agora apreciamos resulta de uma clara oposição dos moradores desta zona da cidade ao projeto apresentado pela EMEL à CML, que não contempla um jardim possível de ser usufruído pela população nem a auscultação prévia da população, nem teve em consideração as aspirações dos moradores. -----

----- Os moradores, por sua vez, decidiram entregar, para além desta Petição com mais de 2600 subscritores, uma Proposta no âmbito do Orçamento Participativo de 2016/2017 para que, naquele terreno Municipal, fosse construído um jardim público, devidamente dotado de diversas infraestruturas lúdicas e desportivas e ainda que os

espaços naturais arborizados fossem preservados, para serem usufruído pela população em segurança. -----

----- O projeto “Jardim do Caracol da Penha” foi o vencedor do Orçamento Participativo com mais de 9 mil votos e, como tal, deve ser respeitada a vontade manifestada pela população neste importante instrumento de participação cívica, por ser um excelente barómetro daquilo que as pessoas desejam e sobre o que devem ser as prioridades do Executivo e que deverá ser a melhoria da qualidade de vida das pessoas.

----- A construção do parque Proposta pela EMEL não vai ao encontro das preocupações ecológicas e sociais pois contém uma solução focada essencialmente no estacionamento. Já o jardim contempla essas preocupações e respeita a classificação do uso de solo prevista no PDM de Lisboa. -----

----- Os Verdes querem ainda acrescentar que defendemos que as cotas mais altas devem ser alvo de arborização para prevenir e minimizar situações ocasionais de inundações, situação que não fica salvaguardada com a construção de plataformas de estacionamento que requerem taludes com declives acentuados, favorecendo o aumento dos caudais de escorrência das águas pluviais, em vez da sua natural infiltração. -----

----- Conhecemos a realidade daquela zona e sabemos que o estacionamento é um problema, pelo que consideramos fundamental e prioritária a implementação de políticas de mobilidade e de transportes públicos e de se proceder a um levantamento de possíveis alternativas de estacionamento, que permitam a criação deste jardim tão desejado e reivindicado pelos moradores. -----

----- Em conclusão, reconhecemos a pertinência desta Petição que voltamos a saudar e não nos revemos na Proposta de construção do parque de estacionamento, nem nas recomendações feitas pela Comissão que vão nesse sentido.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS-PP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Em primeiro lugar, obviamente, saudar os peticionários, pela iniciativa de apresentar uma Petição em defesa daquilo que consideram ser o melhor para a sua comunidade e, obviamente, também aproveitar para lamentar, algumas das declarações foram feitas pela representantes dos peticionários, nomeadamente, sobre a falta de rigor técnico, nós Deputados Municipais, não somos técnicos somos políticos, e dizer também que nos parece também inaceitável e contraproducente, para o encontro de consenso entre todos, entre eleitos entre a Câmara e entre os cidadãos, ter este tipo de postura, mas pronto, esperemos que tenha sido só um a parte. -----

----- Dizer, também que sobre a Petição em si, que importa centrar a discussão no ponto atual do processo relativo ao terreno, ou seja, além do compromisso existente para a construção de um parque de estacionamento, decorreu, entretanto, a apresentação da Petição e a votação do Orçamento único dado esse inalterável é um facto indiscutível que se trata de um terreno que, independentemente da decisão, urge reconverter numa zona já consolidada.-----

----- Mas vamos a factos, de um lado, temos as Juntas, Câmara e EMEL que defendes a construção de um parque estacionamento com zonas verdes à superfície, e do outro

os peticionários que pretendem que o terreno seja convertido no Jardim fruição pública, ambas as posições são legítimas e ambas são necessárias nesta zona da cidade.

----- O processo iniciou-se com compromisso assumido pela Câmara e EMEL de construção do parque de estacionamento, com consulta e apoio das Juntas de Freguesia locais, à data esta era a maior necessidade manifestada pelos munícipes junto destas autarquias. -----

----- Entretanto, é apresentada a presente Petição bem quando é aberto o processo de candidaturas ao Orçamento, a esse O.P. candidata-se o projeto de criação do Jardim do terreno em apreço projeto esse aceite pelo Município e avaliado em meio milhão de euros. -----

----- O projeto é o derradeiro vencedor do O.P., como sabemos e, aliás, o mais votado de sempre, e é neste cenário que hoje nos devemos debruçar. -----

----- Ao CDS colocam-se várias questões, a 1ª, parece-nos óbvia, sempre que é apresentado um projeto no O.P. para uma área em que já existe um compromisso ou impedimento, a mesma não é aceite, então porque é que a Câmara aceitou este projeto? Porque é que foi aberta uma exceção nunca antes feita no Orçamento Participativo? ---

----- A aceitação do projeto foi aprovada pela Câmara e sufragada por Lisboa perante o compromisso existente e o projeto vencedor como vai este Executivo resolver um conflito por si criado? Vai avançar com o parque de estacionamento? Ou vai defraudar o voto quase 10 mil Munícipes?-----

----- Também achamos estranho, e seria importante que a Câmara esclarecesse, como avança com o projeto estacionamento naquele terreno, que se encontra classificado no PDM como espaço verde na carta de estrutura ecológica, e como espaço verde de recreio e produção, uma carta de classificação dos solos. -----

----- Quanto às recomendações da Comissão, e saudando o trabalho da Senhora Deputada relatora, que julgo não deve ter sido fácil nesta conjugação de vontades, face à situação atual, remete para a qualificação espaço verde existente que, pese embora, seja o teor da Petição, difere de objetividade o projeto vencedor do Orçamento Participativo-----

----- Para o CDS é claro, a Câmara depois de um processo muito atribulado, e com as explicações ainda por prestar quer a nós, quer à cidade, terá de arranjar uma solução que honre ambos compromissos e que sirva a comunidade em geral, pelo que se apela ao consenso vontades a bem das 2 partes e a bem da cidade. Obrigado.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Inês Drummond (PS)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “A bancada do Partido Socialista quer aqui realçar que, de facto, os peticionários têm toda a razão quando dizem é que há uma total falta de espaços verdes, nas Freguesias de Arroios e Penha de França. -----

----- De facto, deixaram-nos aqui um *PowerPoint*, em que fizeram a comparação por toda a cidade, isso é reconhecido, quer não só pelos peticionários por estes Deputados da Assembleia Municipal, mas como as próprias Presidentes de Junta também ouvidas no âmbito desta Petição. -----

----- Também no âmbito desta Petição, ouvimos e nos apercebemos das grandes dificuldades de estacionamento que há nestas 2 Freguesias, a grande procura que existe nesta zona da cidade e que urge, também, responder. -----

----- Compete às Comissões que fazem a avaliação dos interesses em presença fazer uma avaliação daquilo a que são as dificuldades que são sentidas no local e aqui, sem dúvida, os peticionários é reconhecida e, aliás, deu para perceber aqui por todas intervenções, de todas as bancadas, é reconhecida a necessidade de espaços verdes, e de maior fruição de espaços verdes de qualidade e equipamentos infantis nesta zona da cidade, mas também identificámos, juntamente com as Presidentes de Junta, que há uma grande pressão de estacionamento. -----

----- Ora, a quadratura do círculo que se coloca aqui é: como é que tudo isto se concilia quando é uma zona urbana muito consolidada e que urge dar resposta. -----

----- Obviamente que não nos cumpre enquanto Deputados Municipais fazer juízos de valor sobre as motivações, nem a avaliar ou qualificar as intenções, cumpre-nos tão só a avaliar a substância das petições, e foi isso que procuramos fazer enquanto Deputados Municipais e a bancada do Partido Socialista foi isto que procurou fazer. Procuramos fazer recomendações daquilo que nos parece razoável e politicamente correto para a cidade avaliando que, de facto, fazem falta espaços verdes, mas faz falta também estacionamento. Procurou-se com isso fazer um conjunto de recomendações à Câmara que, de facto, tem aqui uma questão para resolver, no âmbito do Orçamento Participativo, com uma Proposta que foi o amplamente votada mas que, de facto, de alguma forma, contraria aquilo que ali estava previsto, portanto, neste sentido as consideramos que é importante que procura conciliar estas 2 posições, aqui o nosso colega Deputado do PAN, levantou questões muito concretas que nós acompanhamos, também, há a possibilidade de se encontrar soluções que deem resposta às 2 necessidades da Freguesia, garantindo ainda mais espaço verde e espaços verdes de qualidade, com maior ainda usufruto. -----

----- Obviamente que não nos compete a nós fazer esta mediação, esse mesmo tendo sido proposto muitas vezes, quer às Juntas de Freguesia, quer aos peticionários, soluções de compromisso, nem sempre é possível e, portanto, que nós com considerámos que era importante fazer, enquanto Deputados Municipais, é recomendar que se procure atender a todas as necessidades destas Freguesias, nomeadamente no que diz respeito a espaços verdes e estacionamento. Obrigada.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Ana Gaspar (IND)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Queria, em 1º lugar, dizer que me é difícil uma questão que foi posta, eu não consigo distinguir os políticos eleitos, neste momento também sou uma política eleita, dos cidadãos, que também somos, que utilizam, naturalmente, os instrumentos que os políticos propuseram, e um exemplo é o Orçamento Participativo.-----

----- E não, não tenho vergonha de ser agora política, porque sou há muitos anos, há 61, cidadã. Dito isto, e em termos de lide, para não estar a ocupar muito tempo. -----

----- O quem e o que são, naturalmente, os peticionários e a Petição. É uma Petição profissionalizada, muito interessante, com sugestões, nem sempre é possível que simples cidadãos a consigam fazer. Ainda bem que a fizeram.-----

----- O onde, este é um local que eu conheço muito bem, este é o 2º local, esta é a minha 2ª habitação, sou professora naquela escola há muitos anos e sim, há aqui um conjunto de, e ainda bem que há, de jovens que vêm com as suas famílias, mas há uma imensa, creio que maioria, de casais idosos, alguns dos quais, alguns já não casais, ou seja, infelizmente, já não existem, abro o portão da minha escola, porque não, não tem estacionamento em lado nenhum, e as pessoas têm o direito, aqueles que não tiveram bicicleta quando foram crianças, aqueles que não tiveram nada quando foram crianças, de que o poeta tanto falava, de terem um pequeno carro, de darem a sua volta e, depois, chegarem, pura e simplesmente, e estacionar. Isto não existe a zona para da Penha de França, não existe, pura e simplesmente. -----

----- O quanto bem, isto, o quando é um processo que nós todos já conhecemos, a Câmara pediu um projeto à EMEL, a EMEL estava a tentar fazer aquilo que nós, alguns nós, classifica os serviço público e nem sempre s EMEL o faz neste sentido, e um conjunto de cidadãos que utilizando este instrumento, que os políticos proporcionam, utiliza, de facto, esta questão. -----

----- O como bem, o como foi o que se tentou fazer nesta Recomendação. Nós cidadãos não somos perfeitos, nós políticos não somos perfeitos, mas tentamos cidadãos e políticos, e somos os mesmos, e eu desejo que um dia os peticionários estejam um dia deste lado púlpito, e que não haja ninguém que diga aquilo que disse, porque nós não temos que utilizar palavras insultuosas, nós podemos insultar de outra maneira, e isso é igualmente violento, e penso que, francamente, não o merecemos, mas isso é o critério de cada um e à educação de cada um. -----

----- Deixem-me dizer isto, eu sou uma velha professora, dizer, portanto, que leiam, peço-vos que leiam com atenção esta Recomendação, porque esta Recomendação, para nós, consubstancia a ponte que é possível fazer entre o desejo legítimo dos peticionários, que não espelham, companheiros, não espelham a realidade todos os cidadãos daquelas Juntas de Freguesia, não espelham, não conseguiam fazer isso, nem nós os eleitos, e que tentam fazer uma ponte, que é possível de conciliar entre aquilo que a Câmara quer fazer e sim! Encaremos os factos, há ali um Jardim, há ali uma Proposta de Jardim e aquilo que vocês querem que é só Jardim? É possível conciliar? -

----- É para isso que nós estamos aqui, para fazer pontes, e não nos levem a mal mas uma velha professora e uma velha cidadã dizer que se honra, não tem vergonha de assumir que esta foi uma Petição que apreciou, em que houve reuniões com os peticionários, e que foi uma das cidadãs, política hoje, que votou sim a esta Recomendação, tenho orgulho naquilo que sou, não, não me envergonho de nada até hoje, um dia pode acontecer, desejo que façam o mesmo também toda a vida. Obrigada.” -----

----- **O Senhor Presidente, em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Terminámos as intervenções e vamos passar à votação Recomendação nº 2/128, sobre a Petição nº 14/2016, que foi aprovada por maioria nas 3ª, 4ª e 8ª Comissões. Vamos, conforme solicitado, proceder à votação, Ponto a Ponto. -----

----- A Mesa vai pôr à votação o **Ponto 1 da Recomendação nº 2/128**. O Ponto 1 da Recomendação nº2/128 foi **aprovado por maioria**, com os votos contra do PCP, BE, PEV e PAN, com as abstenções do CDS-PP e MPT e votos a favor do PS, PSD, PNPN e 6IND.-----

----- A Mesa vai pôr à votação o **Ponto 2 da Recomendação nº 2/128**. O Ponto 2 da Recomendação nº2/128 foi **aprovado por maioria**, com os votos contra do PAN, com a abstenção do PEV e votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, MPT, PNPN e 6IND.-----

----- A Mesa vai pôr à votação o **Ponto 3 da Recomendação nº 2/128**. O Ponto 3 Recomendação nº2/128 foi **aprovada por maioria**, com votos contra do PEV e PAN, não há a abstenções e votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, MPT, PNPN e 6IND.-----

----- A Mesa vai pôr à votação o **Ponto 4 da Recomendação nº 2/128**. O Ponto 4 Recomendação nº2/128 foi **aprovada por maioria**, com os votos contra do PCP, não há abstenções e votos a favor do PS, PSD, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNPN e 6IND.-----

----- A Mesa vai pôr à votação o **Ponto 5 da Recomendação nº 2/128**. O Ponto 5 Recomendação nº2/128 foi **aprovada por unanimidade**, não há votos contra, não há abstenções e votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNPN e 6IND.-----

----- A Mesa vai pôr à votação o **Ponto 6 da Recomendação nº 2/128**. O Ponto 6 Recomendação nº2/128 foi **aprovada por maioria**, com os votos contra do PCP, BE e PEV, com as abstenções de CDS-PP, MPT, PAN e votos a favor do PS, PSD, PNPN e 6IND.-----

----- O PCP indica que quer fazer uma declaração de voto, uma declaração de voto oral.” -----

----- **O Grupo Municipal do Partido Comunista Português** apresentou, oralmente, a seguinte **Declaração de Voto:** -----

----- “*Obrigada, eu queria esclarecer que em relação ao Ponto nº4 o Partido Comunista Português votou contra, na medida em que o texto que faz parte destas recomendações, o texto diz-se que ‘garantir novas zonas de fruição’. Do nosso ponto de vista, isso pressupõe que não são as daquele espaço do Caracol da Penha, mas que seriam outras novas zonas, daí o nosso voto contra.* -----

----- *Em relação ao conjunto das recomendações desta Petição, também gostaria de afirmar que, uma vez que este projeto foi vencedor no Orçamento Participativo, esperamos, como disse há pouco e, de facto, que a Câmara cumpra a sua obrigação de executá-lo. Muito obrigado.*” -----

----- **O Senhor Presidente, em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “O CDS-PP indica que quer fazer uma declaração de voto.-----

----- (O CDS-PP não entregou posteriormente a sua Declaração de Voto) -----

----- O PAN indica que quer fazer uma declaração de voto, o Deputado Miguel Santos vai fazer uma declaração de voto oral.”-----

----- **O Senhor Deputado Miguel Santos do PAN** apresentou, oralmente, a seguinte **Declaração de Voto:**-----

----- “*Queríamos só dizer que a forma como votamos é, no fundo, no sentido de se arranjar uma solução, alternativa àquilo que foi feito até agora, parece-nos que o tempo da EMEL para efeitos da intervenção no Jardim terá passado, pelo menos terá que ter que ser feito de outra forma, via outra determinação da Câmara e não queremos também, como foi referido já pela nossa colega do PCP, dar qualquer justificação para que a este espaço não sejam considerado para efeitos de Jardim e, portanto, no fundo é para dizer que parte das coisas que aqui estão fazem sentido, mas num enquadramento diferente e tem que ser feito um esforço adicional no próprio terreno e não nos arredores para resolver este problema e esta questão do Jardim. Obrigado.*”-----

----- **PONTO 4. APRECIACÃO DA PETIÇÃO 17/2016 - CONDIÇÕES DE SEGURANÇA NA ESCOLA EB1 E JI ARQUITECTO GONÇALO RIBEIRO TELLES, AO ABRIGO DOS ARTIGOS 85º E 86º DO REGIMENTO; PARECER DA 7ª COMISSÃO PERMANENTE; RECOMENDACÃO 3/128 (7ª CP).**-----

----- (A Petição nº 17/2016 fica anexada à presente Ata, como Anexo IX dela faz parte integrante).-----

----- (O Relatório da 7º Comissão Permanente relativas à Petição nº 17/2016 fica anexado à presente Ata, como Anexo X e dela faz parte integrante).-----

----- (A Recomendação da 7º Comissão Permanente relativa à Petição nº 17/2016 fica anexado à presente Ata, como Anexo XI e dela faz parte integrante).-----

----- **O Senhor Presidente, em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Vamos passar ao Ponto 4 da Ordem de Trabalhos, apreciação da Petição 17/2016, ‘condições de segurança na Escola EB1 e Jardim de Infância Arquitecto Gonçalo Ribeiro Telles’ e é a Múncipe Gilda Caldeira que falará em nome dos peticionários.-----

----- Tem a palavra, tempo máximo, 10 minutos.”-----

----- **A Múncipe Senhora Dona Gilda Caldeira,** no uso da palavra fez a seguinte apresentação:-----

----- “*Em nome da Associação de Pais da Arquitecto Gonçalo Ribeiro Telles, trago-vos, para mostrar, um pequeno filme da nossa escola.*-----

----- *Isto é só para que vejam as condições em que se encontram as crianças do bairro da Boavista, crianças a partir de 3 anos de idade:*-----

----- *Este acesso é o caminho que dá o JI.*-----

----- *Isto é nova construção.*-----

----- *Isto é exatamente onde as crianças com 3 anos, todos os dias às 8 da manhã e quando saem, têm que percorrer, eles e os familiares.*-----

----- Isto é o recreio. Este é o recreio dos pequeninos, como veem não tem nada, de facto, para eles poderem brincar, a não ser aquela coisa ali.-----

----- Isto é a escada que está completamente a cair, que dá acesso ao recinto. Pode-se ver muito bem como é que a escada se encontra. -----

----- Isto é a grua da obra que passa, literalmente, em cima da escola, como podem ver aqui a grua, quando está a funcionar, passa pela escola toda.-----

----- Isto é o pátio. Isto já é o ginásio que está completamente a abater e, por isso, não está em uso. -----

----- Este é o telheiro onde as crianças, no Inverno, estão aqui 60 e tal crianças que não podem ir para outro lado, não têm outro espaço para estar. -----

----- Este é o pátio da escola, como veem está todo desta maneira. -----

----- Isto é as raízes das árvores que estão completamente a levantar todo o chão e estão entrar na escola.-----

----- Continuamos a ver o mesmo, portanto, o espaço está todo assim. Podem verificar, este é outro sítio onde o chão está todo a levantar por causa das raízes das árvores. ----

----- Isto é as humidades nas salas de aula. Dizer-vos que há uma destas salas é onde há o ensino especial, onde os deficientes estão. As professoras optaram por eles almoçarem dentro da sala devido ao barulho e as condições que eles têm é exatamente estas. Isto é uma sala de deficientes, meus Senhores, deficientes! Isto é inadmissível daquilo que se passa na Escola Arquiteto Gonçalo Ribeiro Telles. -----

----- No 1º piso há uma sala de aulas que está completamente a abater do chão, como vêem estas são as circunstâncias onde os pais deixam, todos os dias, os filhos. -----

----- Continuamos a ver, isto é melhor que mil palavras. -----

----- Dizer-vos que esta Escola tem cerca de 38 anos.-----

----- Agora, portanto, depois disto, acho que não preciso de ter aqui muitas palavras.---

----- Mas, já agora, queria chamar a atenção à Senhora Deputada Municipal relatora Ana Gaspar, aquilo que está aqui não está certo, não foi isto que a minha Presidente de Junta disse, disse, de facto, o contrário. -----

----- Foi a minha Presidente de Junta que chamou a atenção do pilar da escola que está cair, está solto o pilar da escola, por isso, temos lá uma cozinha nova que ainda nem sequer foi estreada, porque quando se liga um eletrodoméstico a luz da escola, simplesmente, desaparece, vai abaixo, por isso, não é o que está aqui, não está certo. Porque foi a minha Presidente de Junta que chamou a atenção da Comissão para o facto de este pilar estar a cair. -----

----- Depois, Senhor Presidente de Câmara, gostava de lhe pedir que, de facto, seguisse as recomendações da 7ª Comissão, que seria o mais rápido possível. Com a maior urgência. Resolver o problema de escolha da escola. -----

----- Tenho 70 e tal meninos de 3 anos e tenho 150 dos 6 para cima, uns de um lado e outro de outro, nestas condições. -----

----- Todos os Senhores viram que isto não são condições humanas para ninguém! E aqueles deficientes, são deficientes, mas são iguais às outras crianças, têm que ter as mesmas oportunidades, não podem estar numa sala onde a humidade é tanta, onde



*não têm um sítio condigno para comerem, eles precisam de ter os mesmos acessos que os outros têm e, de facto, no Bairro da Boavista, como verificaram, isto não acontece.--*

*----- Por isso Senhor Presidente, por favor, dê-nos uma resposta, porque nós precisamos ficar descansados, saber que os nossos filhos vão para a escola e que têm insegurança, coisa que, atualmente, não têm. Muito boa tarde e obrigada.”-----*

*----- **O Senhor Presidente, em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----*

*----- “Muito obrigado, também pelo cumprimento tempo.-----*

*----- Tem agora a palavra Senhora Deputada Municipal, Ana Gaspar, enquanto relatora do Parecer elaborado pela 7ª Comissão Permanente.”-----*

*----- **A Senhora Deputada Municipal Ana Gaspar (IND)** no uso da palavra, enquanto relatora, fez a seguinte intervenção:-----*

*----- “Obrigada pela intervenção anterior, caríssima colega, que está aí algures e peticionária, tem toda a razão, eu tinha hoje aqui já combinado com a Presidente da Junta de Freguesia, Presidente da Comissão, que há, de facto, aqui uma imprecisão, às vezes é assim, eu tinha acabado de dizer que nós políticos e cidadãos não somos perfeitos, ia dizer exatamente aquilo que já disse, de facto, foi Presidente da Junta e foi, enfim, nesta esta intervenção realizada pela Junta de Freguesia em 2012, em que foram identificados problemas, nomeadamente, a questão do pilar, obrigada por ter trazido aqui esta questão que eu já tinha para reforçar, será de facto, emendada, às vezes isto acontece no turbilhão que é a nossa vida, nós conseguimos fazer estas coisas, peço desculpa está emendado, corrigido, obrigada colega.-----*

*----- De qualquer modo, dizer também que o que é óbvio, que está aqui, são os peticionários que vêm, naturalmente, preocupados com estes meninos que são 60, podia ser um. Estes meninos têm exatamente o mesmo direito que todos os outros meninos, os nossos filhos, os nossos netos, a ter uma escola e a escola é isso mesmo, muitas vezes tem falado disso aqui, a escola é um espaço de pertença, de inclusão e, obviamente, não há espaço de pertença, de inclusão quando não há saúde, não há segurança, quando não há higiene mínima.-----*

*----- O nosso apelo é, de facto, para que, urgentemente, estas obras de recuperação da escola sejam colmatadas para que, de facto, este direito, que é o direito dos meninos e das meninas todos a aprenderem, em condições de equidade e o termo equidade seja concretizado.-----*

*----- O resto, as imagens que trouxe valem por mil palavras, e eu já gastei para aí umas 600, portanto, não digo mais nada. Muito obrigada.”-----*

*----- **O Senhor Presidente, em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----*

*----- “Depois pedíamos que fizesse chegar à Mesa essas correções ao Relatório, não sendo na parte das recomendações, penso que os Grupos Municipais não se irão opor a que estas correções materiais sejam feitas e fiquem anexas à Ata.”-----*

*----- **A Senhora Deputada Municipal Simonetta Luz Afonso (PS)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----*

----- “Eu não tenho por hábito, eu sou Presidente da 7ª Comissão que se ocupa dos assuntos cultura, educação, juventude e desporto, e não tenho por hábito intervir para além do trabalho que fazemos em conjunto com relatores, mas, neste caso, eu penso que há que voltar a falar neste assunto. -----

----- Foi um assunto que me preocupou assistir e participei na audição dos peticionários e fiquei muito impressionada como é que ainda, em pleno século XXI, há escolas nestas condições. -----

----- Porém, quero dizer que a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia têm vindo a fazer um trabalho estimável, importante e meritório e necessário, no âmbito da recuperação das escolas que foram, de facto, entregues num estado calamitoso, porém nunca nada pode ser considerado acabado e é evidente que estes edifícios necessitam de manutenção permanente para não chegarem ao estado em que muitos deles foram encontrados. -----

----- A escola EB1 Gonçalo Ribeiro Telles, da qual se trata, apesar de algumas intervenções pontuais que foi sofrendo ao longo do tempo, executadas quer pela Junta quer pela Câmara, necessita de uma intervenção de fundo e urgente, essa intervenção deve ter um prazo, para que as famílias saibam com o que vão contar. -----

----- Dadas as características do bairro, que eu conheço bastante bem, e da interajuda entre famílias das crianças, que vão buscar os filhos uns dos outros, é necessário que as crianças sejam, entre comas, realojadas, não só em contentores de qualidade, mas também, de preferência, dentro do âmbito do espaço da escola, ou seja, muito próximo ou no próprio recreio da escola, para possibilitar, precisamente, esta interajuda do bairro, que é saudável e é meritória e é importante que continue a manter-se esta ajuda de proximidade entre os vizinhos. -----

----- Diria também que é absolutamente necessário definir, isto para futuro e para outros casos que se ponham no futuro, o que se entenda por intervenções de fundo e intervenções pontuais, para ficar bem clara a definição de tarefas que cabem à Câmara, intervenções de fundo, o às Juntas de Freguesia, intervenções pontuais, esta medida é urgente para evitar equívocos em futuras intervenções a realizar em escolas públicas co tuteladas pela Câmara e pelo Ministério da Educação. Obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente, em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “A Senhora Deputada Municipal Inês Drummond, para além de utilizar o restante tempo do Partido Socialista vai beneficiar de cedência de tempo do PNPN.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Inês Drummond (PS)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente, permitam-me que comece por cumprimentar, obviamente, os peticionários, quer a recém-criada Associação de Pais da Escola Arquiteto Ribeiro Telles, este foi um dos motivos que levou à criação desta Associação e portanto, desejar-vos bom trabalho neste início de funções, felicitar, também, a Associação de Moradores, também aqui esteve hoje representada pela sua Presidente Gilda Caldeira que fez aqui esta intervenção. -----

----- De facto, esta era uma Petição que tem toda a sua justiça, que conta com o apoio, obviamente, a Junta de Freguesia de Benfica, naturalmente, porque se reconhece que esta escola tem problemas estruturais e estas imagens demonstram exatamente isso. -----

----- Esta escola teve uma grande intervenção em 2012, por parte da Junta de Freguesia de Benfica, através de um acordo de um protocolo de delegação de competências, cerca de 100 mil euros, e na altura foi identificado que existia um problema nas fundações, sobretudo com um pilar que fica por cima da cozinha, e que se teria que ser feita uma intervenção, caso contrário, iriam existir problemas. Ora os problemas acabaram por aparecer, e a cozinha, 4 anos depois, acabou por ser interditada, e a Câmara passou a ter que fazer uma grande intervenção e que é preciso, rapidamente também, que ela comece a funcionar, apesar de as obras terem terminado, o facto é que não se consegue ligar a luz sem dispararem quadros, os problemas subsistem.-----

----- Portanto, o problema estrutural acaba por, nos pilares, acaba por comprometer a cozinha, como acabou por acontecer, a cozinha ficou interditada, rachas na parede, portas e aduelas que caem porque as rachas já são tão grandes que elas acabam por ficar soltas, abatimentos no chão do ginásio, como aqui foi visto, o pavimento do recreio, por causa das raízes da árvore, está absolutamente comprometido, sendo que as crianças não podem brincar naquele recreio, têm que brincar no recreio que vimos inicialmente, e nesse recreio, também, o pavimento não está completo.-----

----- Também o problema da escada, que aqui foi visto, a questão dos telheiros, o telheiro é manifestamente insuficiente para os alunos desta escola, de reforçar que esta escola tem cerca de 200 alunos, 35 em Jardim de Infância, em 3 salas de Jardim de Infância, e no 1º ciclo há 153 crianças, em oito turmas, ora o pequeno telheiro que existe não consegue albergar as 153 crianças, sendo que, no interior da escola não existe espaço para altura do recreio em que os miúdos a podem brincar, ou seja, se tiver a chover muito os alguns meninos têm que ficar na sua sala de aula, o que não é minimamente aconselhável, nem pedagogicamente aconselhável. -----

----- Temos também aqui uma sala, também, de multideficiências que não tem as menores condições e que carece de ser adaptada, ora, temos muitas humidades, temos problemas elétricos, não conseguimos ligar algumas luzes, porque as rachas já são tão grandes e a humidade em algumas zonas, e temos 4 casas de banho a funcionar para cerca de 200 alunos, portanto, manifestamente, está sobredimensionado, existem estes problemas todos.-----

----- E há que referir que, obviamente, as Juntas de Freguesia não têm a capacidade de poder intervir e resolver estes problemas, porque as Juntas de Freguesia tem a competência das pequenas reparações, isto é um vidro partido, um autoclismo estragado, e é aqui que têm que intervir.-----

----- Obviamente, só aqui uma referência muito importante, neste momento, começaram as obras de realojamento, para realojamento, das alvenarias no Bairro da Boavista e o entulho que está ao lado é demasiado grande. Já foram tomadas algumas medidas, algumas medidas importantes, no entanto, é preciso ter alguma atenção com as futuras obras que vão ser feitas. O acesso à escola não ficou previsto, quando foi feita, quando começou a obra de realojamento, e este acesso é fundamental.-----

----- Vimos aqui imagens de um acesso provisório só que está todo a rachar, tem menos de um mês que está feito, e está já naquele estado rachar e existem algumas descargas que, de alguma forma, comprometem muitas vezes a acessibilidade a esta escola. -----

----- Obviamente que estas questões foram tratadas em reunião descentralizada de Câmara que a Presidente da Associação de Moradores teve oportunidade, também aí, de referir a esta questão, e quando o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Fernando Medina, visitou estas obras que estão a ser feitas para a construção das novas habitações do bairro da Boavista, teve oportunidade de, em conjunto com a Junta de Freguesia com os moradores, ir verificar as condições da escola e, nesse dia, o compromisso do Senhor Presidente foi, atendendo a que estas imagens falam a por si só, mas o Senhor Presidente comprometeu-se que, de facto, vai haver uma intervenção e colocar esta escola na Escola Nova. -----

----- Há algumas questões também de referir, que eu acho que é importante referir, que também a Senhora Vereadora da Educação identificou como podem ser resolvidas, e já, através de um contrato de delegação de competências, que presumo virá a uma próxima Assembleia de Freguesia, nomeadamente, à Assembleia Municipal, nomeadamente, no que diz respeito ao parque infantil e a uma cobertura para um dos recreios, para o recreio do Jardim de Infância. -----

----- Mas nós deixamos só aqui uma nota, deixo aqui uma nota, que me preocupa, de facto, é importante fazermos obras urgentes, e eu creio que algumas salas deveriam ser equacionadas já, a colocação de mono blocos para algumas das turmas que estão em locais que estão em pior estado e, quando se fizer a Escola Nova deve equacionar se, de facto, a forma como vão ser feitas as obras e ver se é possível que a escola continue funcionar dentro do bairro, naquele local ou em outro, de forma a não comprometer as dificuldades que muitas destas famílias têm para ir pôr os seus filhos à escola quando é longe do bairro e com poucos transportes públicos. Obrigada.” -----

----- **O Senhor Presidente, em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado. Para informar a Câmara que a Senhora Deputada Inês Drummond beneficiou da cedência de tempo do PSD.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Sobreda Antunes (PEV)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Em primeiro lugar, o Grupo Municipal do Partido Ecologista Os Verdes saúda esta Petição e os seus subscritores, que alertaram para a necessidade e a urgência de serem garantidas as condições de segurança na Escola EB1 e JI Arquiteto Gonçalo Ribeiro Telles, que não recebe melhoramentos de fundo há perto de 40 anos. -----

----- De facto, esta Petição que agora apreciamos em plenário reflete um conjunto de anomalias e problemas que urgem ser resolvidos atempadamente, através da realização de obras, algumas delas com carácter estrutural. -----

----- O texto da Petição, que já enumerava um vasto conjunto de deficiências, desde fendas com mais de 3 cm nos paramentos ou o pavimento do ginásio em risco de abatimento, espaços exteriores a requerer intervenções urgentes, as péssimas condições

do telheiro ou os pavimentos do recreio que abateram e põem diariamente em causa a segurança das crianças, foi depois complementado por uma exposição iconográfica em sede de Comissão da AML, que por acaso não vimos aqui hoje, que nos alertou para o avançado estado de deterioração deste equipamento escolar, e para outras situações particularmente graves, desde as péssimas condições das instalações sanitárias, a um pilar solto na zona da cozinha, que obrigou ao seu encerramento e a que os alunos tenham de tomar as suas refeições em plena sala de aula, ou ainda as dificuldades de mobilidade sentidas pelas crianças portadoras de deficiência.-----

----- Ora, a verdade é que desde a construção desta escola apenas foram introduzidas intervenções pontuais, mas face à gravidade e ao avançado estado de degradação deste estabelecimento escolar constata-se a necessidade de uma intervenção de fundo que ponha termo às situações descritas pela comunidade escolar. -----

----- E só perante as repetidas denúncias dos problemas estruturais detetados, a CML acabaria por se comprometer em vir a integrar a obra no Programa Escola Nova. -----

----- No fundo, o que os subscritores desta Petição pretendem é que sejam asseguradas as devidas condições de segurança e, no entendimento do PEV, com toda a razão, pois, em pleno século XXI, depararmo-nos com alunos cuja segurança física é posta em causa, tal nos parece inadmissível, porque é a qualidade de vida dos nossos próprios filhos que está em causa. -----

----- Por parte de Os Verdes é absolutamente reconhecida a pertinência desta Petição, sendo de saudar a iniciativa dos funcionários e encarregados de educação. -----

----- Consideramos urgente que se iniciem as obras conducentes à recuperação deste estabelecimento escolar e consideramos também imprescindível que o projeto seja apresentado à comunidade escolar e que a AML receba informação complementar do executivo, de modo a poder acompanhar mais de perto a evolução dos trabalhos. Obrigado Senhor Presidente.” -----

----- **O Senhor Presidente, em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado, não temos mais inscrições para este ponto e, portanto, vamos passar à votação da Recomendação nº 3/128 sobre a Petição 17/2016. --

----- Voto da **Recomendação nº 3/128** – ‘Condições de Segurança na Escola EB1 e JI Arquiteto Gonçalo Ribeiro Telles’ relativa à Petição nº17/2016. A Recomendação nº3/128 **aprovada por unanimidade**, não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNPN, 6IND.”-----

----- **PONTO 9. APRECIACÃO DA PROPOSTA 671/CM/2016 - ASSUNÇÃO PELO MUNICÍPIO DA TITULARIDADE ADMINISTRATIVA DO SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE OPERADO PELA CARRIS, AO ABRIGO DO N.º 2, DO ARTIGO 23.º E DAS ALÍNEAS N) E P) DO N.º 1, BEM COMO DA ALÍNEA K) DO N.º 2, DO ARTIGO 25.º DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS, CONSTANTE DO ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA REDACÇÃO EM VIGOR, E AO ABRIGO DO N.º 1 DO ARTIGO 22.º DO REGIME JURÍDICO DA ATIVIDADE EMPRESARIAL LOCAL, CONSTANTE DA LEI N.º 50/2012, DE 31 DE AGOSTO, NA**

**REDAÇÃO EM VIGOR; 2 X GRELHA-BASE – 68 MINUTOS;PARECER CONJUNTO DA 1ª E 8ª COMISSÕES PERMANENTES** -----

----- (A **Proposta 671/CM/2016** fica anexada à presente Ata, como **Anexo XII** e dela faz parte integrante). -----

----- (A **Recomendação Conjunta das 1ª e 8ª Comissões Permanentes** relativas à **Proposta 671/CM/2016** fica anexada à presente Ata, como **Anexo XIII** e dela faz parte integrante).-----

----- **O Senhor Presidente, em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra continuou: -----

----- “De acordo com aquilo que foi referido na Conferência de Representantes, e pedindo a necessária colaboração quer da Câmara, quer dos diferentes Grupos Municipais para uma boa e adequada gestão do tempo, nós vamos passar agora para o Ponto 9 da Ordem de Trabalhos que é a apreciação da Proposta 671/CM/2016, a ‘Assunção pelo Município da Titularidade Administrativa do Serviço Público de Transporte Operado pela Carris’.

----- Isto resultou de um consenso da Conferência de Representantes, mas temos aqui a limitação, que procuraremos gerir, já vamos começar este ponto com um tempo que ultrapassará em 15/20 minutos, se toda a gente utilizar o tempo disponível na grelha, para aquilo que tínhamos combinado, que era o debate de utilidade do Ponto 8 estar a iniciar-se por volta das 6 horas.

----- Mas, portanto, com a colaboração de todos vamos procurar fazer esta gestão. -----

----- A palavra à Câmara para apresentar é o Senhor Presidente da Câmara para apresentar a Proposta? Muito bem, tem a palavra.” -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara** no uso da palavra fez a seguinte apresentação:--

----- “Tivemos oportunidade na última sessão da Assembleia Municipal de ter um longo e extenso debate sobre o *dossier* da Carris e, no fundo, sobre essa Proposta. -----

----- Sinteticamente, esta é uma Proposta histórica para o Município. Permite-nos reassumir a titularidade da autoridade de transportes e de passarmos de novo a sermos concedentes do serviço público, permite-nos reassumir a propriedade da empresa Carris, recuperando uma posição que era do Município até à nacionalização dos anos 70, encerrando assim 2 diferendos, um diferendo com 2 vertentes, de há várias décadas com o Estado central. -----

----- Esta Proposta permite-nos, também, continuar a negociar com o Governo para que assumindo, uma vez, a titularidade da companhia e a titularidade da gestão do serviço público, possamos, Município de Lisboa voltar a ter uma poderosíssima ferramenta para a gestão da Mobilidade e da cidade, e apresentarmos o que será o plano estratégico de desenvolvimento da Carris.-----

----- Esta Proposta histórica, porque haverá, seguramente, o antes e o depois da gestão da cidade de Lisboa, com a Carris de novo a ser gerida pelo Município. Não mais haverá uma eleição, não mais haverá um debate político, não mais haverá um debate de posições expressas no Município que não tenham por base o que fazer com o serviço público de transportes na cidade de Lisboa. -----

----- E, se até aqui, a convergência existia na constatação das insuficiências e na constatação da impotência da Câmara, perante o que eram as opções dos vários e sucessivos governos nacionais, a partir de agora espera-nos uma tarefa muito mais exigente, muito mais responsabilizante, mas também, assim, muito mais gratificante. Estará nas nossas mãos tomarmos as decisões do ponto de vista orçamental, do ponto de vista institucional, do ponto de vista da gestão, para melhorarmos, efectivamente, o serviço de transporte público na cidade. -----

----- É este, no fundo, o sentido da Proposta que hoje aqui apresentamos. Muito Obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente, em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Temos o Parecer da 1ª e 8ª Comissões, Senhor Deputado Municipal, João Valente Pires quer apresentar o Parecer? Sim.

----- **O Senhor Deputado Municipal João Valente Pires (PS)** no uso da palavra, enquanto relator, fez a seguinte intervenção:-----

----- “A Companhia Carris de Ferro de Lisboa, Carris, foi fundada em 1872 e até aos dias de hoje presta serviço público de transporte rodoviário de passageiros na cidade de Lisboa.-----

----- A prestação deste serviço foi sofrendo alterações ao longo dos tempos, conforme os diversos contextos históricos, sublinhando-se, nomeadamente, a nacionalização da empresa pelo Estado, em 1973, que assumiu a posição jurídica do Município como concedente do serviço público de transporte coletivo.-----

----- Os recentes anos de estrangimentos financeiros implicaram, também, uma degradação acentuada do serviço público prestado, como consequência do adiamento das necessidades de investimento em veículos, que levou ao aumento significativo da idade média da frota e da elevada dívida financeira da empresa, que se eleva a 600 milhões de euros, causada, em grande parte, pelo não pagamento pelo Estado das indemnizações compensatórias pelo serviço público prestado.-----

----- O Município de Lisboa vem afirmando, desde já há muito, a intenção de assumir a posição de autoridade de transportes e de explorar o serviço público de transporte de passageiros, prestado pela Carris.-----

----- Contrariamente aos objetivos divulgados pelo anterior Governo, que pretendia a entrega da gestão da Carris aos privados, entendeu o atual Governo, que os interesses dos Municípios deveriam prevalecer e acordou com a Câmara Municipal de Lisboa a passagem da gestão da empresa para o Município.-----

----- As 2 entidades acordaram na gestão Municipal da Carris e na articulação com o Estado na prestação dos serviços de transportes públicos na cidade de Lisboa, com vista a uma melhor e mais eficiente prossecução do interesse público e tendo como objetivos fundamentais a sustentabilidade do serviço público, o aumento de eficiência da qualidade e da cobertura das redes, bem como a recuperação de passageiros, a universalidade do acesso, a coesão económica, social e territorial, o desenvolvimento equilibrado do setor dos transportes, a articulação intermodal e o reforço na promoção

das políticas de sustentabilidade ambiental, que têm vindo a ser perseguidas pelo Município.-----

----- O serviço de transportes públicos coletivos deve servir, em 1ª mão, deve servir, primeiro que tudo, os interesses da população da cidade e de todos os que nela trabalham ou visitam.-----

----- A garantia de um serviço que cumpre esta 1ª exigência, o interesse das populações, é dada por uma gestão de proximidade em que a autoridade última reside nos eleitos por essa população.-----

----- Desde há vários anos se acumulam as queixas sobre a gestão da Carris, horários desadequados, rotas mal calculadas, veículos desatualizados e serviços ineficazes. Verificou-se, também, o enorme aumento do passe social e dos bilhetes, coincidente com a degradação do serviço prestado pela empresa.-----

----- Esta passagem da empresa Carris para Município de Lisboa possibilita a tomada de decisões com base nas reais necessidades de mobilidade dos habitantes de Lisboa, assim como permite fazer uma gestão mais eficaz do tráfego na cidade.-----

----- A Carris perdeu 34% de utilizadores durante a gestão do Governo anterior. Entram e saem de Lisboa, diariamente, cerca de 600 mil pessoas, numero ao qual acresce os cerca de 550 mil habitantes.-----

----- As necessidades de soluções de mobilidade destas pessoas são grandes, as respostas devem ser diversificadas, mas a prioridade deve ser dada ao transporte coletivo público, o que não se tem verificado. Com efeito, o número de veículos a circular nas estradas e ruas de Lisboa aumentou, nos últimos tempos, em cerca de 15 mil veículos por dia, significando esse aumento o correspondente decréscimo da procura do transporte coletivo público.-----

----- Nas principais cidades europeias, o transporte coletivo público é visto como uma prioridade dos Governos locais, tendo em conta as exigências atuais das populações, estas reclamam maior rapidez, comodidade, eficácia, segurança e transportes amigos do ambiente. Lisboa deve acompanhar estas atuais exigências de mobilidade, mais e melhor transporte, cumprindo as normas ambientais e inovando na prestação de serviços.-----

----- Em suma, Senhores Deputados, a resposta a muitas das inquietações sobre a questão da Carris, sobre a gestão da Carris, podem e devem ser dadas pela passagem dessa gestão para Município de Lisboa, seguindo os princípios que estão plasmados no acordo efetuado entre o atual Governo e a Câmara Municipal de Lisboa.-----

----- Assim sendo, o Partido Socialista propõe à Assembleia Municipal que seja votado favoravelmente este Parecer que vem reafirmar o seguinte:-----

----- 1. Que o Município de Lisboa assuma a titularidade do capital social da Carris e a sua manutenção como Empresa Municipal de interesse geral, não procedendo à sua privatização, nem a qualquer subconcessão da sua operação a entidades privadas.-----

----- 2. Aprovar os termos do acordo de princípio.-----

----- 3. Que o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa prossiga a negociação com o Estado português, no âmbito da execução do referido acordo de princípio. Disse.”-----



----- **O Senhor Presidente, em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Só para a transmitir à Câmara que também tomámos boa nota de algumas reclamações, justificadas, de Grupos Municipais, pelo facto de este Parecer ter sido distribuído sem as assinaturas e sem o carimbo de entrada. -----

----- Também transmitir que os serviços já possuem a versão final, devidamente assinada por todos aqueles que têm que assinar, e com os devidos carimbos e que será também distribuído. O que se passou e que acabou por ser aprovado na reunião das Comissões, à hora de almoço, que se prolongou e, portanto, do meu ponto de vista e bem, os serviços com o acordo da Câmara, optaram por procurar fazer chegar, rapidamente, a versão que tinha sido aprovada, ainda por cima, porque o *draft* que tinha circulado sofreu alterações na reunião da Comissão. Foi procurar todos os Deputados tivessem imediato conhecimento e só depois, sem prejudicar a hora de almoço de todos os funcionários, tinham tratado este assunto depois fazer essa distribuição adequada, mas tudo está regularizado e será enviado durante a tarde para todos os Grupos Municipais. -----

----- E já agora também tem aqui uma nota ao Senhor Deputado relator que eu não a fiz logo porque estava aqui a confirmar o que é que tinha sido aprovado na Comissão. -----

----- Houve aqui um entusiasmo na intervenção final que a Mesa dará um desconto, mas o Senhor Deputado tinha a palavra enquanto Deputado relator das Comissões, e portanto, são as Comissões que propõe e não é o Partido Socialista que propõe, porque senão tínhamos estado a contar o tempo de intervenção, eu até estava a ver se a versão final, por acaso, diria que era o Partido Socialista que propõe, mas não, são as Comissões que propõe, fica registado para todos os efeitos.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Ana Páscoa (PCP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Na discussão desta Proposta, portanto, da Proposta 670/CM/2016, impõe-se referir a incorreção de todo este processo levado a cabo pela Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- No dia 21 de Novembro foi assinado um memorando de entendimento entre a Câmara e o Governo, visando a passagem da Carris para a Câmara. É inaceitável que os eleitos Municipais quer da Câmara, quer da Assembleia Municipal apenas tivessem tido conhecimento da assinatura do memorando pelo convite que receberam para a cerimónia. Mais inaceitável, ainda, é o facto de este assunto não ter sido objeto de crédito, discussão e análise por parte dos eleitos Municipais num claro desrespeito pelas suas posições. -----

----- É conhecida a posição do PCP, contrária à Municipalização da Carris, e ainda, na semana passada, nesta mesma Assembleia, o meu camarada Modesto Navarro fez uma intervenção apresentando os argumentos dessa posição, no entanto, e dado que os eleitos na Assembleia Municipal, apenas hoje, estão a apreciar esta Proposta, depois de ela ter passado e ter sido aprovada em Câmara e ter a passado pelas Comissões respetivas da Assembleia. -----

----- Eu vou apenas reiterar e lembrar alguns desses aspectos: -----

----- Nos últimos anos e, sobretudo, no anterior Governo PSD-CDS, assistimos a um brutal ataque aos transportes públicos em geral, e à Carris em particular, aumentos nos preços, redução da oferta em quantidade e qualidade, nomeadamente, nos percursos considerados pouco rentáveis, o que se traduziu na diminuição de milhões de passageiros e consequente aumento do transporte individual. -----

----- A culminar este ataque, a tentativa do anterior Governo de privatização da Carris, medida a que sempre nos opusemos, pois os transportes são serviço público e, como tal, compete ao Governo assegurar, com qualidade, esse serviço. -----

----- O PCP é contra a transferência da Carris para a posse da Câmara Municipal de Lisboa, pois consideramos que o Estado central tem capacidade para assegurar o financiamento desse serviço público. -----

----- A falta de estrutura, em especial financeira, dificulta, ou até inviabiliza, a prestação de um serviço que responde às questões da mobilidade. Embora esteja previsto financiamento a partir do fundo de mobilidade e da EMEL, parece-nos que tal pode vir a revelar-se insuficiente, obrigando a que recaia, mais cedo ou mais tarde, no utente. Esta situação é de todo inaceitável, pois o preço atrativo nos bilhetes é uma das condições para que os transportes públicos cumpram o seu papel e sejam alternativa ao transporte individual. -----

----- Por outro lado, temos a convicção de que a Municipalização, ao contrário do que é afirmado pelo Senhor Presidente da Câmara, e que acredito que seja o seu desejo, como é evidente, facilita futuras intenções de privatização da Carris como tem sucedido noutros lados ou situações. As transferências de competências para as autarquias sem os devidos recursos são um prólogo para as inevitáveis, entre aspas, privatizações com a mercantilização dos serviços e com a pressão sobre os utentes para obter mais receitas. -----

----- A Carris é uma das mais antigas e prestigiadas empresas de Lisboa, mas Lisboa não é uma ilha, entram e saem diariamente milhares de trabalhadores vindos dos concelhos vizinhos, como ainda agora acabou de ser referido, até com números, pelo Senhor Deputado João Valente Pires, um serviço público de transporte, que serve áreas para lá das fronteiras do Município, tem que ser gerido tendo em conta os interesses dos outros Municípios, e dos utentes que se deslocam, diariamente, nesses transportes, daí a nossa posição, porque a solução para a Carris deve ser encontrada no quadro da área Metropolitana, nomeadamente, com a criação de verdadeiras autoridades metropolitanas de transportes, que comprem esse papel de coordenação dos vários modos de transporte, de interligação com toda a área Metropolitana. -----

----- Em coerência com a nossa posição, o PCP irá votar contra esta Proposta, bem com irá também votar contra as Recomendações da 1ª e 8ª Comissão frisando, uma vez mais, o desrespeito de todo este inadmissível processo. Muito obrigada.” -----

----- **O Senhor Presidente, em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado e a propósito da referência que a Senhora Deputada fez à Recomendação, também referir que ela foi distribuída, também já foi devidamente assinada, e que está já colocada no *site* da Assembleia Municipal.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Alberto (IND)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Em nome dos 6 Deputados Independentes do grupo Cidadãos por Lisboa, queria manifestar a nossa congratulação a nossa firme satisfação com o desenvolvimento deste processo e com a fórmula que, dentro do que se tornou possível nos desenvolvimentos havidos deste ano de 2016, a que se chegou com o acordo de princípio e, neste momento, com os seus desenvolvimentos no seio dos órgãos do Município, ou seja, a aprovação que teve já lugar no Executivo e a deliberação que hoje esperamos possa ser adotada por larga maioria e não, lamentavelmente, não será por unanimidade, porque algumas das formações políticas, legitimamente, claro, já manifestaram as suas reservas. -----

----- Para reforçar e fundamentar o nosso ponto de vista, gostava de sublinhar que, em nosso entender, a questão do processo é muito menos importante do que a questão dos resultados, se a tramitação do tratamento desta questão entre o atual Governo constitucional e o Executivo do nosso Município, foi aquilo que foi possível ser, realmente em condições ideais, e nós podemos estar de acordo que a observações já foram feitas, era desejável, era preferível, que certas questões tivessem sido tratadas de forma ampla e que até o planeamento estratégico das opções que a Carris deverá tomar, nos tempos mais próximos, e se tivesse sido possível discutir de forma largada e prévia, não foi. -----

----- É efetivamente uma questão processo importante, mas a as reticências ou as dúvidas que possamos formular são, claramente, esmagadoramente superadas pelo resultado a que se conseguiu chegar e que consiste, e não é demais lembrar, nas garantias que estão, neste momento, assumidas da manutenção do serviço da Carris na esfera pública, numa garantia formal de que, sejam quais forem os desenvolvimentos que o processo venha a ter, não haverá lugar a qualquer espécie de privatização nem de subconcessões, como o anterior Governo tinha já em fase muito muito adiantada. -----

----- Eu recordo que chegou a haver um concurso com adjudicação preliminar que estava em fase de visto do Tribunal de Contas quando, felizmente, se deu a alteração política do nosso país e o anterior Governo foi, felizmente, afastado de funções e isso constituiu, com a forma atual, 21º Governo Constitucional. -----

----- Esta reversão que foi possível fazer, nós saudamo-la, e no caso concreto da Carris pelas circunstâncias e pelos dados concretos que se refere a esta empresa, tornaram possível este acordo e com ele nos queremos fortemente congratular, como já disse. -----

----- Ainda assim, havia mais algumas 2 ou 3 observações que gostávamos aqui de apresentar. -----

----- Como seja a ênfase que tem sido dada e que nós também damos, obviamente, ao caráter de serviço público que não pode ser posto em causa na atividade dos transportes rodoviários Municipais, ouvimos mesmo o orador anterior chegar a dizer que os transportes de passageiros, numa área Municipal, são necessariamente um serviço público, claro que sim, mas também o são os transportes de passageiros em todo o país. Há aqui alguma precisão terminológica que seria bom que o fizéssemos,

atempadamente, sob pena de depois começarmos a laborar em mal-entendidos que só podem perturbar o desenvolvimento do futuro do processo.-----

----- O serviço público é aquilo que as palavras significam, portanto, tem que ser assegurada à população, aos Municípios de Lisboa e aos cidadãos do resto do país, condições práticas, efetivas e credíveis de mobilidade, e em que esses transportes sejam praticados por empresas ou outras entidades sustentáveis e em que os poderes políticos eleitos tenham, como não poderá deixar de acontecer, a tutela e a superintendência e autoridade sobre eles.-----

----- Isto não representa, necessariamente, que em todo o país e em todos os territórios, a fórmula que vamos adotar em Lisboa seja, necessariamente, a forma mais adequada. --

----- Temos exemplos de serviços Municipalizados das Câmaras que asseguram esses transportes, como é conhecido, é o caso de, assumidamente, a Câmara Municipal do Barreiro, da Câmara Municipal de Coimbra e da Câmara Municipal de Portalegre e estou a dar exemplos que são conhecidos e que até têm histórias e enquadramentos político-partidários que são diferentes, mas são soluções que têm provado bem. -----

----- Temos outras cidades do país, em que o sistema de concessões também tem funcionado, em Lisboa, por razões históricas, por reposição de tudo aquilo que foi...---

----- Portanto, no caso de Lisboa, esta Municipalização é a solução adequada, foi difícil de a reconquistar e estamos, efectivamente, numa fase adiantada do processo e queremos, portanto, propor aderirmos à votação favorável destas Recomendações e fazê-lo na sequência, aliás, daquilo que é bem transcrito e relembado neste momento, que são as deliberações já adotadas nesta Assembleia, nomeadamente em 2015, em 9 de Janeiro de 2015, quando se adotaram um conjunto de orientações resultantes do debate temático, aqui realizado. -----

----- Portanto, isto é um processo já leva alguns anos de maturação no nosso seio, tem sido um debate duro com algumas *zig-zags* no processo, mas em que a conclusão é amplamente positiva e, por isso, nós queremos aplaudi-la e associar-nos ela. Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Como nas palavras do próprio Presidente da Câmara hoje é, de facto, o 1º de vários dias históricos. -----

----- Esta transição da gestão da Carris para o Município de Lisboa é um 1º passo muito importante para aquilo que é a disciplina e o poder de organização que a o próprio Município pode e deve ter uma gestão de mobilidade da sociedade. -----

----- Tratar mobilidade na cidade de Lisboa, contratar mobilidade em qualquer outra cidade, obriga, necessariamente, a que as ferramentas de gestão possam estar do lado do Município. Este, como dizia então o Senhor Presidente é, de facto, um dia histórico e o que é que falta? -----

----- Bom, Senhor Presidente, em 1º lugar, a gestão mobilidade nunca pode ser incompleta e, portanto, o 1º grande desafio que temos que continuar a perseguir é que o objetivo alcançado com a Carris se concretize também com o Metropolitano de Lisboa. -----

----- A política complementar de ação dos meios de transporte na cidade, fator determinante para o controlo, para o real controlo de mobilidade, obriga a uma gestão eficaz destes 2 elementos.-----

----- Em 2º lugar, há outra questão, particularmente importante, que é a questão da dívida é, de facto, incompreensível para qualquer lisboeta, que a má gestão, ou que as más opções de gestão, dos vários governos fossem agora onerar os contribuintes da cidade de Lisboa. Este é, também, um momento de grande responsabilidade, porque a partir do momento em que se consegue este importante passo, receber a gestão da Carris, sem receber o seu passivo, tem a cidade de Lisboa, o seu Município, o seu Presidente, todas as condições para poder desenvolver uma estratégia Municipal de gestão de mobilidade e de gestão dos transportes públicos, com uma enorme margem de sucesso.-----

----- Por fim há, digamos, aquela que será uma divergência continuada, que é, ao fim e ao cabo, o conceito de transporte, o conceito de serviço público, e aqui onde é que podemos divergir.-----

----- Se estamos hoje a não querer aceitar a enorme dívida que recebemos do Estado, que queriam que recebêssemos no Estado, por má gestão da Carris ao longo de vários anos. Não faz sentido planearmos carris nos próximos anos, na expectativa de que sejam os nossos filhos, depois, a resolver essa mesma dívida de gestão pública e, por isso, Senhor Presidente, o que é muito importante que se compreenda é que a Carris não tem que ser um buraco financeiro.-----

----- A Carris tem que ser um modelo de gestão sustentado, com base no princípio do serviço público e não num sistema qualquer de mecanismo privado sem qualquer condição, ou sem qualquer nível de serviço identificado, e deve ser ele também, ele próprio, uma ferramenta de não onerar gerações futuras, ou seja, o facto de podermos, a partir de agora, gerir um instrumento tão importante como é o da Carris, de podermos alegar essa mesma gestão em nome do bom serviço público à nossa comunidade e de, com isso, conseguir resolver parte significativa daqueles que são as principais dificuldades e ansiedades da nossa comunidade, traduzindo-a dizendo que serviço público é, inevitavelmente, despesa acumulada e com isso dívida. Isto não podemos, nem queremos, aceitar. Vemos com algum entusiasmo, o modelo encontrado pela Câmara Municipal para assegurar o financiamento da Carris. Gostaríamos de ver a sustentabilidade desse modelo a longo prazo e, por isso, sobre isso também nos manteremos firmes na fiscalização.-----

----- Por isso, Senhor Presidente, aquilo que hoje lhe tenho para dizer, aquilo que o PSD tem para dizer, é, de facto, um dia histórico, é um dia em que estamos de acordo sobre aquilo que deve ser um modelo de gestão da Carris, não concordando que ele constitua um modelo de dívida acumulada para as gerações futuras, mas concordando que ele deve ser, de facto, um modelo exemplar de serviço público sustentado com base nessa mesma responsabilidade, que todos temos que assumir, não só perante as gerações atuais, mas, sobretudo, pelas gerações futuras.-----

----- Terminando da seguinte forma, o mecanismo de transferência de competências, neste caso mecanismo de transferência da gestão da Carris para a cidade de Lisboa, é

um ponto de partida muito importante para que uma boa gestão consiga resolver aqueles que são os principais desafios da mobilidade e, sobretudo, nesta altura, do transporte público na cidade de Lisboa e, por isso, Senhor Presidente, terá todo o apoio do PSD nesta matéria e queremos ver o sucesso desta nova gestão durante os próximos anos e já agora por muitos e longos anos. Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente, em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Só para comunicar à Câmara de que já temos connosco O Juiz Armando Leandro e, portanto, vou ser bastante rigoroso na gestão do tempo até porque combinámos com ele aqui um tempo limite, que a Mesa vai fazer questão de procurar cumprir para iniciar esse debate e, portanto, se deslizar este tema, vamos ter que interromper e retomar, mas, portanto, vamos, com a colaboração de todos, vamos procurar impedir que isso aconteça.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Baptista Fernandes (CDS-PP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Relativamente à Proposta 671/CM/2016, assunção pelo Município da titularidade administrativa do serviço público de transporte operado pela Carris. -----

----- A posição do CDS é muito clara e contrasta com a que é manifestada pela Câmara e em todos os aspetos é marcada por uma opacidade preocupante. -----

----- Sabemos que o acordo foi celebrado numa pomposa cerimónia, onde parece que nada faltou, mas faltou, nomeadamente o respeito pelos órgãos soberanos que são a Câmara e esta Assembleia, uma vez que a assinatura foi efetuada à revelia de ambos. ---

----- E para além da incorreção existe também um conjunto importante de questões que se colocam em relação às quais o Senhor Presidente se furtou, revelando em todo o processo, lamentável, diga-se, que pode ser demonstrada na forma em como evitou a partilha de informação ou as explicações prévias. E nem, quando a documentação da negociação com o Estado e do financiamento, foi solicitada teve a hombridade de a ceder. -----

----- Assim estamos perante um mero texto político, onde tudo o que é importante continua incógnito. Eis alguns exemplos de questões continuam sem resposta sobre as reais vantagens desta transferência e que o Senhor Presidente não quis explicar. -----

----- Existe uma maior facilidade na obtenção de financiamento? -----

----- O regime de gestão da empresa torna-se mais ágil? Tem a Câmara Municipal mais *know-how*?-----

----- Quanto à renovação da frota, consegue avançar-nos como ela se processará e quando? -----

----- E o que aconteceu ao objetivo de gerir de forma integrada os transportes da área Metropolitana de Lisboa? -----

----- Conformaram-se em cumprir só meia promessa?-----

----- Onde está a informação financeira relativa à partida património? Conhece-se a informação sobre o custo da Municipalização da Carris? Onde está o estudo de viabilidade económica?-----

----- Sim, porque o que tem sido divulgado é um estudo do BPI que é de 2014, que diz respeito apenas à transferência e não à sustentabilidade do negócio. Esse estudo, como o Senhor Presidente divulgou, foi actualizado, assim sendo, porque é que não divulga? Avança a Câmara Municipal para esta assunção baseando-se num estudo desactualizado? -----

----- Parece que para que se entenda melhor a responsabilidade do que hoje aprovamos, nós não vamos aprovar, mas pronto, independentemente do plano estratégico, que ainda será apresentado, há um risco permanente, basta recordar que a dívida da Carris e no montante igual ao orçamento total do Município de Lisboa, isto é, mais de 600 milhões de euros, ou seja, uma estação futura ineficiente poderá vir a onerar Lisboa e os lisboetas, não queremos ser pessimistas, mas uma vez mais o Senhor Presidente, não facultados dados suficientes que nos sosseguem a nós e aos lisboetas. -----

----- E o que dizer da ausência de uma estratégia Metropolitana para a mobilidade? Um objetivo que estava garantido no anterior modelo de gestão em ligação com outros Municípios, servidos por carreiras e na interceção, mais do que necessária, entre vários tipos de transporte. -----

----- Por fim, Senhor Presidente, tem-se falado muito no eventual futuro aumento da procura da Carris, é algo que julgo que todos concordamos quando se pretende ter uma cidade sustentável em que a opção pela utilização dos transportes coletivos seja uma prioridade real, em detrimento do automóvel, mas a gestão não se rege por intenções, mas, assente em dados, nesse sentido, causa-nos algum espanto que não se realize um estudo de tendências de aumento público. Existe algum estudo desses? Se não existe, em que dados o Senhor Presidente baseia esse aumento? Intenções, vontades? -----

----- Numa coisa, estamos de acordo, a Câmara Municipal de Lisboa deve ter sempre uma palavra em relação aos transportes coletivos que servem milhares de pessoas que têm a cidade de Lisboa como origem e destino diário, mas, perante a ausência de informação, parece-nos que o Município corre o risco de uma gestão que pode prejudicar as contas da Câmara devido aos seus elevados custos operacionais. -----

----- Parece-nos, no entanto, ser cedo e precipitado passar um cheque em branco ao novo modelo quando, de facto, quando tanto falta conhecer, esclarecer e fundamentar pelo CDS descarta liminarmente votar a favor ou, simplesmente, abster-se nesta matéria e vai votar contra. Disse.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Casimiro (BE)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “É conhecida a posição do Bloco de Esquerda de apoio à Municipalização da Carris e também do Metro, como é as causas históricas para isso e pela frente há uma enorme tarefa de quem tem de prestar um serviço público de transportes e de mobilidade das pessoas. Uma enorme tarefa face à destruição do serviço público por parte do Governo das direitas para a sua privatização. -----

----- E aqui faço um parêntesis, para o meu espanto, sobre a posição que o PSD hoje veio aqui assumir, que perante toda a discussão que nós já tivemos até hoje, seja em sede de Comissão, seja pelo comportamento do Governo das direitas, é incompreensível esta posição. A sua privatização que era o objetivo do anterior

Governo, desde 2010 perderam-se mais de 42 milhões de passageiros, despediram-se 735 trabalhadores, reduziram-se carreiras, horários e frequências e corredores de *BUS* diminuíram claramente, a coordenação com o metro acabou, porque era necessário também desmembrá-lo e privatizá-lo. A bilhética aumentou, enormemente, para compensar o corte na compensação pela prestação de um serviço público, prejudicou-se os utentes, as suas famílias, os jovens e os menos jovens, mas o que não faz falta neste processo, é a continuação do atual Presidente dos transportes de Lisboa, nomeado pelo anterior Governo, como um missão clara de a privatizar, e da sua privatização.-----

----- Precisamos de uma estratégia clara de serviço público e uma Carris ao serviço das pessoas, uma estratégia que a seu tempo discutiremos, que terá de ser Metropolitana, integrada na política de mobilidade, ao serviço dos utentes.-----

----- Por último, apoiamos a Recomendação colocada em sede de Parecer, mas queremos colocar aqui 2 questões:-----

----- Por um lado, reafirmar os direitos patrimoniais do Município, implica que, com o fim das ações as judiciais, se deve optar pela desistência de instância, e não do pedido, para que se continue a reivindicar os direitos, e a assegurar, os direitos históricos da Carris e do Metro.-----

----- E gostaria, também, de colocar o Senhor Presidente da Câmara, muito claramente, uma questão que é: em relação às empresas participadas da Carris que a acompanharão para a posse do Município no processo de Municipalização e na qual é preciso compatibilizar as 5 empresas que vêm com a Carris. É preciso compatibilizar isso, também, com a lei nº50/2012, nomeadamente, em relação ao artigo nº38, que proíbe que as empresas locais constituam empresas por si detidas, e adquiram ou detenham participação sociais em outras empresas, por isso, gostaríamos de saber do Senhor Presidente, como, do ponto de vista da lei, este problema vai ser assegurado. Obrigado.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Com esta proposta a CML pretende assumir a titularidade da Carris, e como Os Verdes já tiveram ocasião de referir, temos as maiores reservas e críticas quanto a esta proposta.-----

----- A Carris opera em vários concelhos, não apenas em Lisboa. Ou seja, tem um âmbito territorial que extravasa a área do Município, pelo que não deve ser gerida tendo apenas em conta os interesses da cidade, esquecendo todos os outros municípios.-

----- Na nossa opinião, todos os meios de transporte da cidade devem ter uma gestão integrada, através de uma Autoridade Metropolitana de Transportes com poderes e meios efectivos, que inclua representantes do Estado, representantes das empresas, das autarquias da área metropolitana, dos trabalhadores e dos utentes.-----

----- A Carris é um elemento central da mobilidade metropolitana, uma vez que já a maioria das deslocações na região têm a cidade de Lisboa como destino ou ponto de passagem.-----



----- Em todos os debates sobre transportes que esta Assembleia promoveu, foi isso que defendemos e foi isso que constou das recomendações feita à CML. -----

----- Portanto, a gestão da Carris sob a responsabilidade exclusiva da Câmara Municipal de Lisboa contraria completamente este princípio que consideramos ser o mais adequado e capaz de dar uma resposta eficaz ao desafio e aos problemas que os transportes na Área Metropolitana têm apresentado.-----

----- Do ponto de vista financeiro, temos também reservas. Está prevista a criação de um fundo de mobilidade urbana, de 15 milhões de euros, para financiar a sua gestão, suportado por receitas de estacionamento, multas de trânsito e do Imposto Único de Circulação. Mas estas receitas já hoje existem e têm sido necessárias para outras actividades, pelo que perguntamos se vai deixar de ser necessário canalizar estas receitas para onde têm sido canalizadas até agora? -----

----- É verdade que poderão ser equacionadas novas fontes de receita, mas este financiamento não pode vir dos utentes, principalmente quando já pagam tanto de impostos e quando está mais do que provado que um preço atractivo é uma condição essencial para que os transportes colectivos cumpram o seu papel e se apresentem como uma verdadeira alternativa ao transporte individual. -----

----- A Carris, assim como outras empresas de transporte, tem vindo a ser alvo de desinvestimentos e apresenta sérios problemas e carências, estando cada vez mais afastada do que é um verdadeiro serviço público de transportes. Esta situação representa um esforço financeiro muito grande, mesmo sem o seu passivo, que se manterá no Estado. -----

----- Numa altura em que a Câmara de Lisboa se debate com vários problemas que não tem conseguido resolver, o executivo decide colocar no município mais um problema, o que é incompreensível. -----

----- Para além disto tudo, há ainda uma desresponsabilização do poder central na prestação de um serviço que se devia manter sob sua responsabilidade.-----

----- Há ainda outro aspecto que precisa de ser clarificado. Em determinado momento, o executivo quis fazer crer que havia apenas duas alternativas: privatizar ou municipalizar, o que não é verdade. -----

----- A mensagem que quiseram passar foi que mais valia a Carris municipalizada que privatizada. -----

----- Há sempre uma outra alternativa. A que Os Veres defendem e que nunca deixou de estar em cima da mesa e que passa por a Carris manter-se na esfera do sector empresarial do Estado, recebendo os meios necessários para prestar um serviço de qualidade aos utentes através do Orçamento do Estado, e coordenada por uma Autoridade Metropolitana. -----

----- Também nada garante que a entrega da Carris a apenas um dos Municípios da Área Metropolitana de Lisboa fecha as portas à possibilidade de uma concessão futura a privados, porque a cada mandato autárquico corresponde um executivo diferente. Para Os Verdes, municipalizar não é uma garantia contra a privatização!-----

----- Sobre os trabalhadores, quem nos garante que os seus direitos estão mais defendidos se a Carris for municipalizada, principalmente num cenário em que o

Estado Central, ao deixar de assumir as suas responsabilidades financeiras para com os transportes públicos, esta municipalização vai trazer mais constrangimentos financeiros. -----

----- Falando das medidas concretas, não as consideramos negativas, mas consideramos que não tem lógica que sejam apenas para Lisboa ou só para a Carris, porque na cidade as deslocações são intermodais, incluindo outros transportes, como a CP e o Metro. Além disso, a sua aplicação não implica que a Carris tenha que ser municipalizada. -----

----- A par de tudo isto, o executivo entendeu assinar um memorando, sem qualquer informação fornecida à Câmara e a esta Assembleia. Recebemos um convite para assistir à cerimónia. Apenas isso. É inadmissível que a assinatura do memorando tenha acontecido sem qualquer apreciação e deliberação dos órgãos Municipais. -----

----- Os Verdes continuam a considerar inaceitável que, todos nós, apenas tenhamos tido conhecimento dos conteúdos deste memorando pela comunicação social. -----

----- Há ainda uma questão sobre a qual o Sr. Presidente foi questionado pelos Verdes na última reunião, mas que achou por bem não responder. -----

----- Voltamos então a fazer a pergunta: na altura da assinatura do protocolo e do anúncio das alterações que o executivo pensa implementar a nível da rede da Carris, já tinha reunido com todas as Juntas de Freguesia da cidade, assim como com a Comissão de Utentes dos Transportes de Lisboa e com os Concelhos limítrofes? -----

----- Uma nota final. O parecer sobre esta Proposta apenas foi votado hoje na comissão pelas 14 horas e, no entanto, a Proposta está já a ser discutida. -----

----- Por um lado até compreendemos a pressa da Câmara mas não concordamos com este procedimento, tal como tivemos ontem oportunidade de referir ontem na Conferência de Representantes. Se a urgência da Câmara era assim tanta, o Executivo devia ter trabalhado no sentido de nos ter feito chegar esta Proposta e estas informações mais cedo. -----

----- Esta Assembleia não pode andar constantemente a reboque das vontades e das pressas da Câmara Municipal de Lisboa, porque de excepção em excepção vamos generalizando uma prática que é errada.” -----

----- **O Senhor Presidente, em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Entretanto, para referir que a Recomendação que vamos votar associada a esta Proposta também já foi remetida aos diferentes Grupos Municipais.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Vasco Santos (MPT)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Estamos aqui a discutir a Proposta 671/CM/2016. Há aqui uma situação que eu gostava de compreender e que o MPT também não compreende, que é: qual a pressa desta discussão a tão acelerada? Este processo começa logo manco, começa logo todo errado, começa manco, porque só falamos a Carris não falamos de outros meios de transporte, começa manco, porque se colocamos só a Carris sobre Lisboa e não olhando para toda a área Metropolitana, porque não integrar outros concelhos? Começa manca porque a discussão há um convite para ir assistir à assinatura de uma

intenção de ficar do Município ficar com a Carris, mas ainda nada sabemos desta Câmara. -----

----- Ainda ontem aqui, quando foi quando foi a cerimónia dos 40 anos do poder local elogiei os meios que a Câmara Municipal de Lisboa dá e essa Assembleia para poder funcionar. Mas também não é só dar os meios, também tem que nos dar o trabalho e o trabalho pelos vistos, parece que guarda para si próprio, e que não nos faz chegar, a tempo e horas, para nós podemos o discutir. -----

----- É um processo que está todo errado, eu se calhar entendo, porque estamos a meia dúzia de meses, ou o pouco mais, de umas eleições e tem-se que apresentar trabalho. ----

----- Mas, é assim, Senhor Presidente, francamente! Isto é, de tal forma que, para a 1ª e 8ª Comissão tiveram que, hoje, não almoçar para conseguir pôr aqui um documento em cima da mesa, que nem tivemos tempo de analisar, já que o MPT não tem assento em nenhuma dessas Comissões. -----

----- Com o devido tempo, já que há aqui referência a 5 anexos mais uma minuta de acordo e é assim, em tão pouco tempo, eu acho que isto deveria ter sido feito de outra forma. Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente, em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “É a última a inscrição antes de darmos a palavra à Câmara.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Este assunto, a Carris, é um assunto que para nós tem uma urgência extrema. Tivemos, já nos últimos anos, que que suportar uma situação de degradação, a cada vez maior, na ótica do serviço público de transportes e, portanto, para nós quanto mais depressa a Carris entrar ao serviço da cidade, de uma forma verdadeira e eficaz, melhor será para todos nós. -----

----- Achamos que existem situações que deviam estar contempladas e que não foram ainda contempladas, para se fazer aquilo que a Câmara sempre reclamou de fazer uma estratégia inteligente e coordenada de toda a cidade, portanto, com a Carris, com o Metropolitano e com outros transportes, é evidente que o Metropolitano também deveria estar sob alçada decisória da Câmara Municipal de Lisboa, e o facto de não estar não permite tomar o tipo de decisões que, neste momento, seriam necessárias. ----

----- Quando dizemos que vamos reajustar carreiras, vamos reajustar horários e tomar decisões relativamente ao Metropolitano e linhas, neste momento, não temos o Metropolitano, eu espero que isto tenha sido uma razão qualquer de ordem prática que não tenha permitido, ainda, fazer o Metropolitano entrar na alçada da Câmara e esperemos, esperamos nós, que isto seja resolvido, de forma mais ou menos rápida. ----

----- Relativamente à questão da Carris existem alguns aspetos, embora isso também seja válido para o metro, que nós tínhamos referido, já em anos anteriores e, sobretudo, quando a crise se agudizou, que não nos fazia sentido que pessoas como os reformados de longa duração estivessem impedidos de ir procurar trabalho, uma vez que tinham que pagar bilhete, ou seja, existem alguns setores que, taxá-los e obriga-los a cobrar bilhete, apenas motiva que fiquem em casa e que não utilizem um transporte, ou seja,

em termos de lucro para as empresas é zero, em termos de benefício social ter as pessoas todas a movimentar-se por toda a sociedade, por toda a cidade, é, obviamente, benéfico e, portanto, é bem-vinda a decisão relativamente às crianças até 12 anos, mas para nós também é bem-vindo que seja considerado o caso dos desempregados de longa duração para que não fiquem nas suas casas, a ficar cada vez mais isoladas. É benéfico que seja pensado benefícios para a 3ª idade de uma forma consistente com aquilo que pretendemos que seja a atividade das pessoas com qualidade de vida. -----

----- Portanto, há muitas coisas que imagino que venham a fazer parte de um plano estratégico da própria Carris, que venham a ser decididas numa altura posterior, no entanto, estamos a referi-las agora, porque acho que será útil que as pessoas comecem a pensar em todos esses aspectos.-----

----- Portanto, no que diz respeito ao Protocolo e àquilo que foi decidido, pela nossa parte, terá todo o apoio e a Câmara tem todo o apoio para prosseguir a nesta linha e esperemos que, brevemente, possamos também dar as boas vindas o Metropolitano de Lisboa. -----

----- Portanto, por nós é tudo, é uma iniciativa meritória e que tem todo o nosso apoio. Obrigada.”-----

----- **O Senhor Presidente, em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, agradecimentos extensíveis aos Grupos Municipais pela boa gestão do tempo e agora a palavra à Câmara para encerrar o debate.”-----

----- **O Senhor Presidente da Câmara** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: ---

----- “Nada melhor para acrescentar ao carácter histórico deste dia, do que ouvir a intervenção do Deputado Luís Newton, que eu queria aqui saudar, e quero aqui saudar a pelo seu conteúdo, que eu subscrevo na íntegra, palavra por palavra, parágrafo por parágrafo e que me leva à seguinte constatação é que, de facto, é tão histórico, tão histórico e tão importante que até o PSD conseguiu entrar na posição correta sobre o futuro da cidade.-----

----- Leva-me a uma constatação de 2ª linha é que agora temos, verdadeiramente, não um, não dois, mas três ‘PSDs’. Temos o PSD da Câmara que vota contra esta posição, temos o PSD concelhio que apresenta um vídeo sobre, que diz tudo sobre a seu pensamento da política de mobilidade para o futuro da cidade, e temos aqui o PSD corporizado pelo Deputado Luís Newton, aliás, de forma coerente com as posições que assumiu aqui sobre esta matéria, que apoia este momento histórico, quero saudá-lo Senhor Deputado, quero dizer-lhe que este, o PSD que neste momento parece um pouco um banco que nós temos na nossa praça, em que tem o banco mau e o banco bom, que o PSD daqui apresentou a sua versão do banco bom que eu queria aqui saudar, porque, de facto, é um dia importante para o futuro da cidade. Mas quero dizer-lhe, sem ironia, que marca uma posição importante do PSD na Assembleia Municipal que eu distingo na posição do partido. -----

----- Quero lamentar aqui a posição assumida pelo CDS. Assumiu aqui, no seu pronunciamento, o pior que pode haver na vida pública, que é a fraqueza de assumir verdadeiramente a sua opinião, porque refugiando-se na forma, refugiando-se na

coreografia, o CDS quer tentar passar sobre este debate o transporte público sem se pronunciar sobre a substância da matéria. -----

----- Eu gostava de dizer ao Senhor Deputado aquilo que já tive oportunidade de dizer ao CDS em Câmara, os Senhores acham que vão passar todo o futuro dos próximos anos da gestão da cidade de Lisboa não se pronunciando sobre a gestão dos transportes públicos e acham, também, que vão passar os próximos anos não respondendo sobre aquilo que caucionaram no tempo do Governo anterior e a notícia que eu tenho para lhe dar. -----

----- Senhor Deputado, é que não conseguirá aquilo que tentam fazer que é única e exclusivamente pronunciar-se sobre a forma de todo o processo, aliás, de forma errada, de forma menor, de forma que, aliás, não vão pegar a rebater-lhe as críticas. -----

----- O Senhor Deputado consegue algo que não vai passar em claro, é que o Senhor Deputado diz rigorosamente nada sobre matéria de conteúdo, para que é? Para manter aquilo que há de pior na vida pública, que é: às segundas, quartas e sextas, o Senhor Deputado critica a posição da Câmara assumir a gestão da Carris e uma maior definição do que é o plano estratégico de futuro, mas às terças, quintas e sábados vai fazer campanha eleitoral à frente as estações de autocarro ou das estações do metro e dizer que a vergonha é nós não termos transportes públicos de jeito, a Câmara é que tem a responsabilidade para resolver o assunto. -----

----- Senhor Deputado, isso não é uma forma correta de estar na vida pública, não é uma forma frontal de estar na vida pública e vou-lhe dizer, não passa sem denúncia, aquilo que o seu partido está aqui a fazer, aliás, repetindo aquilo que tem feito. -----

----- Mas gostava, para mim é muito claro, Senhor Deputado, o seguinte, o CDS foi conivente, foi cúmplice, foi ator ativo na estratégia de destruição do serviço de transporte público na cidade Lisboa, o CDS nunca se opôs a essa tentativa, pelo contrário, apoiou esses esforços no Governo, na cidade de Lisboa, e hoje o Senhor Deputado expressa o que é a posição do partido, que é tentar não dizer nem sim nem não, que é para poder fazer uma crítica, porque o que lhe interessa é fazer a crítica ao Executivo. -----

----- Senhor Deputado, daqui para a frente, o que lhe quero dizer é que não passará sem poder discutir o conteúdo da política de transporte e do que é conteúdo de uma política de transportes públicos gerida pela Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Senhor Deputado do MPT vai exatamente no mesmo caminho, Senhor Deputado, qual é a pressa? A pressa é de 40 anos, e que o Senhor Deputado não pode vir aqui todos os dias e em todas as reuniões da Assembleia e dizer que são precisos melhores transportes públicos e que há deficiências aqui, que há deficiências ali, votar moções face ar de indignidade, faz voz grossa, e quando tem uma posição, uma Proposta que lhe dá o poder a si, como a todos os Deputados, de se pronunciar sobre o plano estratégico, de dizerem o que querem para o futuro do transporte público, o Senhor Deputado diz, mas qual é a pressa? Vamos debater, nós vamos continuar a discutir, eu não tenho tempo para me pronunciar, não Senhor Deputado, está exatamente no mesmo barco, vai ficar para a história do registo deste debate que quando a cidade teve de se pronunciar se queria ou não queria ter poder sobre a companhia transportes

Carris, o Senhor Deputado que votou contra e esse é que é o resultado final vai contar para a história desta votação. -----

----- Mas, Senhores Deputados, eu quero deixar aqui bem expresso dois pronunciamentos adicionais:-----

----- O 1º é um lamento relativamente à posição transmitida pelo PCP. Lamento, porque o PCP, com o Partido Socialista, com os Independentes e com o Bloco de Esquerda, tiveram, ao longo destes últimos anos, uma batalha em comum de grande importância, de grande significado político, uma batalha vitoriosa, uma batalha contra a privatização do serviço de transporte público, contra a concessão de serviço público e pela defesa do transporte público enquanto espinha dorsal da mobilidade numa cidade moderna. Nós temos este histórico em conjunto. E lamento que, num momento decisivo desta votação, o PCP não honre a importância deste passivo, desta história que temos em conjunto, porque não é uma história pequena, é uma história grande! E que tenham colocado ao mesmo nível a diferença da forma sobre a gestão de uma empresa, da substância que é o termos um serviço público de transporte.-----

----- Há questões a resolver há! Há complexidades no novo modelo há! Há, como alguns Senhores Deputados aqui colocaram, este é um 1º passo na construção do sistema Metropolitano? Sim, é verdade. Mas fazer valorizar a fórmula da municipalização quando, ainda por cima, há sérias dúvidas, totais aliás, que os riscos que os Senhores Deputados colocam se venham alguma vez a corporizar.-----

----- Senhores Deputados, permitam-me uma consideração, é não estar à altura da importância histórica da conquista que estes Grupos Parlamentares todos tiveram ao longo dos últimos anos. Partido Socialista, Independente, o Partido Comunista, o Bloco de Esquerda, vários Deputados de outras bancadas, mas não as bancadas no seu todo, sempre se bateram pela devolução do transporte público à cidade, bateram-se pelo seu carácter público, do ponto de vista da sua abrangência, e bateram-se inequivocamente pelo património e pela recuperação do património Municipal. -----

----- Esta votação do PCP ficará, não honra este passado comum, e lamento, aliás, que o PCP, nesta vontade de uma demarcação relativamente a um aspeto de forma, não vote, aliás, sobre um ponto estratégico que é uma posição de compromisso público e político que a Câmara entendeu apresentar a esta Assembleia, que é não só a Municipalização da Carris, mas que é o pronunciamento político de que a Carris deve ser uma companhia pública, Municipal e que não deve concessionar a sua actividade. ---

----- Este pronunciamento que é feito especificamente vai ficar com o registo PCP de que votou contra esta posição que nós propusemos à Assembleia Municipal de Lisboa. -

----- Permitam-me que conclua com uma saudação ao Bloco de Esquerda, pelo pronunciamento que fez, relativamente a esta matéria, responder que há, de facto, várias questões que ainda terão que ser resolvidas e que terão que ser equacionadas do ponto de vista da integração futura desta companhia no universo Municipal. -----

----- Em 1º lugar, a própria integração com os elementos de gestão da mobilidade que a Câmara já tem, a gestão da via pública, a gestão do estacionamento, a gestão do sistema de bicicletas partilhada.-----

----- Em 2º lugar, as responsabilidades que o Município tem na cooperação com outros Municípios de proximidade relativamente à gestão dos parque estacionamento, relativamente às bilhéticas integradas mas depois, também, na gestão e articulação com o sistema Metropolitano, que está em construção. -----

----- A partir do momento em que os Municípios da área Metropolitana tem esta lei ao dispor, teremos nós o poder, significa que temos nós obrigação de construir este sistema Metropolitano. -----

----- Por último Senhores Deputados e Senhor Presidente quero concluir, repetindo algo que o Deputado Luís Newton referiu há pouco e que é para nós da maior importância. O passo que nós hoje estamos a dar é um passo que é simultâneo histórico, simultaneamente histórico, na construção do serviço público de transportes, mas é também um passo histórico sobre a vida financeira destas empresas porque não há razão para que essas empresas estejam condenadas ao que foi um passado de décadas, em que vigoraram 2 opções profundamente erradas. Uma opção que é não ter o financiamento adequado, isto é, empresas que acumulavam dívida, a Carris não irá acumular dívida enquanto empresa Municipal, mas, em 2º lugar, uma visão também errada que foi reduzir os níveis de serviço ao ponto que, verdadeiramente, não é uma empresa de serviço público.-----

----- É neste novo desafio, neste novo desafio extraordinariamente importante, aliciante, desafiante para o futuro da cidade de Lisboa, que nós, a partir de hoje, estaremos envolvidos, comprometidos que marcará, seguramente, o futuro da cidade de Lisboa, marcará a governação, mas marcará, seguramente, a concretização de uma nova visão para a cidade de Lisboa, uma visão que agora com a Carris na posse da Câmara terá muito melhores meios e instrumentos para se concretizar. Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente, em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Presidente, vamos passar à votação deste Ponto 9 da Ordem de Trabalhos que nós antecipámos, apreciação da Proposta 671/CM/2016, Assunção pelo Município da titularidade administrativa do serviço público de transporte operado pela Carris. Depois, a Ordem de Trabalhos identifica os necessários preceitos legais. -----

----- A Mesa vai pôr à votação a **Proposta 671/CM/2016**. A Proposta 671/CM/2016 foi **aprovada por maioria**, com os votos contra de PCP, PEV, CDS-PP, abstenções de 5 deputados do PSD e do MPT e votos a favor de PS, PSD, BE, PAN, PNPN e 6IND.”

----- Vamos passar à votação da Recomendação nº5/128 sobre a Proposta 671/CM/2016, eu vou passar a ler ela foi distribuído aos Grupos Municipais aprovada, já está no *site*, mas se houve algum Senhor Deputado que não teve acesso: -----

----- O Ponto 1 diz ‘Que o Município de Lisboa assuma a titularidade do capital social da Carris e a sua manutenção como empresa municipal de interesse geral, não procedendo à privatização nem a qualquer subconcessão da sua operação a entidades privadas’. -----

----- O Ponto 2, ‘Aprovar os termos do Acordo de Princípio em anexo à Proposta 671/CM/2016’.

----- E o Ponto 3 ‘Que o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa prossiga a negociação com o Estado Português no âmbito da execução do referido acordo’

----- Bem, vamos votar ponto por ponto, à solicitação do Partido Comunista Português.

----- A Mesa vai pôr à votação o **Ponto 1 da Recomendação nº 5/128**. O Ponto 1 da Recomendação nº5/128 foi **aprovado por maioria**, com votos contra do CDS-PP, PEV e MPT, com a abstenção do PCP e votos a favor do PS, PSD, BE, PAN, PNPN e 6IND.

----- A Mesa vai pôr à votação o **Ponto 2 da Recomendação nº 5/128**. O Ponto 2 da Recomendação nº5/128 foi **aprovado por maioria**, com votos contra do PCP, CDS-PP, PEV e MPT, não há abstenções e votos a favor do PS, PSD, BE, PAN, PNPN e 6IND.

----- A Mesa vai pôr à votação o **Ponto 3 da Recomendação nº 5/128**. O Ponto 3 da Recomendação nº5/128 foi **aprovada por maioria**, com votos contra do PCP, CDS-PP, PEV e MPT, não há abstenções e votos a favor do PS, PSD, BE, PAN, PNPN e 6IND.

----- Portanto, o MPT informa que vai fazer uma Declaração de Voto oral.

----- O CDS apresentará uma Declaração de Voto por escrito.

----- (O CDS-PP não entregou posteriormente a sua Declaração de Voto)

----- E depois, passaremos ao Ponto 8 da Ordem de Trabalhos sobre os relatórios de atividades de 2015 das CPCJ.”

----- **O Grupo Municipal do MPT** apresentou, oralmente, a seguinte **Declaração de Voto**:

----- *“O MPT absteve-se na Propostas 671/CM/2016 da Câmara Municipal, por achar que não foi, durante o todo este processo não foi esclarecido se calhar pela tal falta de tempo, que o Senhor Presidente aqui apontou, não foi esclarecido o financiamento, já que as dificuldades da Câmara, mas os défices da operação e como é que vai ser a operação, não foi esclarecido para podermos analisar, em concreto, como é que isto funciona.*

----- *Também por não haver um défice de transferência, já que o Metropolitano é uma empresa também estruturante nos transportes em Lisboa e que não pode ser vista em separado uma da outra.*

----- *Já agora, também aproveitar o ter o microfone dizer ao Senhor Presidente que não votei contra, não sei se reparou. Muito obrigado”.*

----- **O Senhor Presidente, em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:

----- “Senhores Deputados, folgo em ver que este debate, que tanta intensidade tem tido ao longo dos anos aqui na Assembleia Municipal, termina num registo bem-humorado, espero que continue nos passos seguintes.

----- Senhor Presidente também quer fazer uma declaração de voto?”

----- **O Senhor Presidente da Câmara** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: ---



----- “Não, Senhor Presidente, não posso fazer uma declaração de voto, porque não votei, mas seria uma declaração entusiasta face ao voto da Assembleia, quero dizer ao Senhor Deputado do MPT que registei e registei, aliás, que foi um voto mais progressista que o voto do PCP nesta matéria. Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente, em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado Senhor Presidente. Senhor Deputado vai ser a última vez e depois a Mesa vai deixar este registo mais ligeiro, e passamos mesmo Ponto 8.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Carlos Silva Santos (PCP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Não havia necessidade, Senhor Presidente, ser uma provocação reles, no fim, quando nós estamos aqui a falar de coisas sérias e estamos a trabalhar, quer por um conjunto global da Assembleia Metropolitana e da Defesa dos nossos interesses como utilizadores de transporte, não há necessidade, eu digo que também é, já que ganhou a votação, também há que ter honra quando se ganha uma votação e isto perdeu um bocadinho. Perdeu, podia ter ganho.” -----

----- **O Senhor Presidente, em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Agora a Mesa vai mesmo terminar este Ponto e, portanto, vamos passar, conforme acordado, na Conferência de Representantes, para o Ponto 8 debate específico sobre os relatórios de atividades de 2015 das Comissões de proteção de crianças e jovens de Lisboa.” -----

----- **PONTO 8. DEBATE ESPECÍFICO SOBRE OS RELATÓRIOS DE ACTIVIDADES DE 2015 DAS COMISSÕES DE PROTECCÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE LISBOA, AO ABRIGO DO ARTIGO 38º DO REGIMENTO; GRELHA A FIXAR PELA CONFERÊNCIA DE REPRESENTANTES, COM UM TEMPO LIMITE PREVISTO DE 44 MINUTOS; PARECER DA 6ª COMISSÃO PERMANENTE; RECOMENDAÇÃO 4/128 (6ª CP)**

----- (Os Relatórios de Actividades de 2015 das Comissões de Protecção de Crianças e Jovens de Lisboa ficam anexados à presente Ata, como Anexo XIV, XV, XVI, XVII e XVIII e dela fazem parte integrante). -----

----- (O Relatório da 6ª Comissão Permanente relativa aos Relatórios de Actividades de 2015 das Comissões de Protecção de Crianças e Jovens de Lisboa, fica anexado à presente Ata, como Anexo XIX e dela faz parte integrante). -----

----- (A Recomendação 4/128 da 6ª Comissão Permanente relativas à Relatórios de Actividades de 2015 das Comissões de Protecção de Crianças e Jovens de Lisboa, fica anexada à presente Ata, como Anexo XX e dela faz parte integrante). -----

----- **O Senhor Presidente, em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra continuou: -----

----- Vamos dar a palavra ao Senhor Juiz Armando Leandro para iniciar este debate e, portanto, agradecia que se dirigisse para o púlpito. -----

----- Depois vai ter a palavra o Senhor Deputado Magalhães Pereira para apresentar a Recomendação 4/128 da 6ª Comissão, e depois alargaremos o debate. -----

----- Vamos, em seguida, quando passarmos o Ponto 8, e para informar os Senhores Deputados do bom andamento do trabalho, voltaremos ao Ponto 5 da Ordem de Trabalhos, referente à Repartição de encargos do Financiamento pelo Fundo de Desenvolvimento Turístico de Lisboa. -----

----- E a intenção da Mesa é concluir a Ordem de Trabalhos, hoje, portanto, com a colaboração de todos, até porque temos, para a semana, uma Ordem de Trabalhos ainda mais extensa e também cheia de urgências. -----

----- Tem a palavra e os nossos agradecimentos pela paciência e tolerância de aguardar pela conclusão deste debate sobre a Carris.” -----

----- **O Senhor Juiz Armando Leandro** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:--

----- *“Muito obrigado, tive muito prazer em assistir a parte dos vossos trabalhos e agradeço a honra e o privilégio de estar no Parlamento Municipal, os meus cumprimentos e as melhores saudações a todos Deputados, ao Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, a todos e cada um de vós. -----*

----- *É importante e felicito vivamente a Assembleia por ter incluído na sua Ordem de Trabalhos uma reflexão sobre as Comissões de protecção. -----*

----- *É muito importante e simbólica do interesse que a cidade de Lisboa, através dos seus órgãos, quer da Câmara quer da Assembleia, dedica às suas crianças, a todas as suas crianças, designadamente, daquelas que se encontram em situação de risco e perigo, isso é um índice claro da consciência de que, sem qualidade infância, da infância de Lisboa, não há qualidade de desenvolvimento, todos sabemos que as luzes e as sombras da infância se repercutem na juventude e na idade adulta e sem, portanto, sem qualidade humana, não há qualidade de desenvolvimento, por isso parabéns a Lisboa, pelo cuidado que tem com as suas crianças. -----*

----- *Naturalmente que é importante o apoio que presta à Comissão, às Comissões de Protecção de Crianças e Jovens de Lisboa, no respeito pela sua autonomia e felicito a Câmara pelo cuidado que tem com esse apoio, apoio que precisa sempre constantemente a ser revisto e ser aumentado como é a vossa preocupação, na medida em que, sem essas condições, não é possível uma capacidade protectora suficiente e capaz, portanto, parabéns a isso. -----*

----- *Os relatórios demonstram que há um aumento de casos de perigo comunicados de momento, sinalizados, o que não é necessariamente negativo na medida em que pode ser indício e é, com certeza, em parte indício, de uma maior sensibilização da comunidade para sinalizar as situações de perigo como sendo a sinalização um ato de amor pelas crianças, a possibilidade de serem protegidas, portanto, é muito importante. -----*

----- *É muito importante vir à Comissão este assunto, na medida em que a cultura da criança, a nova cultura da criança, exige a consideração da responsabilidade de cada comunidade pelas suas crianças, isso é fundamental, peço imensa desculpa. -----*

----- *O movimento é assinalável dos 1983 processos, até princípio de Dezembro, 1206 medidas aplicadas, o que mostra bem o trabalho metódico e cuidado das Comissões, e se me permitem eu deixo aqui uma homenagem aos membros das Comissões que exercem uma função pública do maior interesse e cívica também, e a necessidade,*

*cada vez mais, que eu sei que está na vossa preocupação de reforçar esse apoio quer quanto a técnicos quer quanto à capacidade de movimentação através de viaturas, quer através da mudança de instalações que favoreçam o trabalho, que favoreçam a privacidade e sei que é esta vossa preocupação, designadamente, com a Comissão do Porto central e de Porto ocidental. Estão em curso essas urgências e acredito que, claramente, que em tempo útil elas levarão a bom efeito. -----*

*----- Queria chamar-vos à atenção para um aspeto importante, em que as Comissões estão tão interessadas com voz, é que não basta, realmente, responder a situações de perigo é necessário preveni-las, é preciso instalar uma cultura de prevenção que parta do diagnóstico correto das situações de perigo e de risco. -----*

*----- E esclarecer quais são os fatores de proteção e de risco, quais são os projetos necessários e indispensáveis para aumentar os de proteção e de risco, quais são os recursos disponíveis e quais são os eixos estratégicos que exigem, realmente, planos sistémicos plurianuais devidamente monitorizados e avaliados.-----*

*----- Sei que Câmara Municipal e Assembleia Municipal de Lisboa estão interessadas nisto e as Comissões também, aqui as saúdo pela iniciativa que já tomaram, realmente, de adesão aos projetos de prevenção primária sistémicos, que tem a prevenção, que envolve todas as Comissões, espero que, quando, outra vez, tiverem a amabilidade e a generosidade e a justiça de chamar à vossa Assembleia as Comissões de Proteção, algumas delas já tenham apresentado estes projetos sistémicos de prevenção.-----*

*----- É evidente que, como é vossa preocupação, também, tudo isto exige uma intervenção coesa, articulada, numa visão de governação integrada e com a assunção dos direitos humanos como, realmente, a boa consciência de todo o sistema, para que possamos ter o desenvolvimento de qualidade a que Lisboa tem direito, a que as suas crianças e toda a comunidade de Lisboa têm direito. -----*

*----- Ficou disponível para as perguntas com que quiserem honrar-me e agradeço mais uma vez mais o vosso convite, certo que ele também significa isto, esta realidade é dura, a realidade que atinge as crianças Lisboa, do país, é dura, mas a vossa posição como é a posição das Comissões é a posição correta, sem negar a dura realidade, temos viva a esperança de a mudar, através de uma ação coordenada, amorosa e convincente a favor das vossas, das nossas crianças. Muito obrigado.” -----*

*----- **O Senhor Presidente, em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----*

*----- “Muito obrigado pela intervenção e também pelo trabalho que tem desenvolvido portanto depois, se quiser até tomar lugar ali naquela zona, junto dos Deputados, que poderá ser interessante. -----*

*----- Senhor Deputado Magalhães Pereira vai não só usar da palavra enquanto Presidente da 6ª Comissão, para apresentar o Parecer, mas depois terá continuidade para a intervenção do Partido Social Democrata.” -----*

*----- **O Senhor Deputado Municipal Magalhães Pereira (PSD)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----*

----- “A 6ª Comissão reuniu, várias vezes, ouviu a totalidade das Senhoras Presidentes das CPCJ de Lisboa e tendo em vista as audições dos anos anteriores e as conclusões retiráveis dessa audição, apresentou as seguintes conclusões e recomendações. -----

----- Analisados os relatórios de atividades das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens de Lisboa relativos ao ano de 2015, a Comissão de Direitos Sociais e Cidadania da Assembleia Municipal de Lisboa, congratula as respetivas Presidentes pela qualidade do trabalho desenvolvido em circunstâncias reconhecidamente difíceis e muito clara dedicação ao bem-estar das crianças e jovens da cidade de Lisboa e extraiu as seguintes recomendações.-----

----- Senhor Presidente, tendo presente o teor deste Parecer, a 6ª Comissão delibera recomendar à Câmara Municipal que:-----

----- Número 1, promova, com periodicidade anual, um simpósio sobre a magna questão da proteção das crianças e Jovens em risco em Lisboa, congregando as entidades instituições intervenientes no processo de funcionamento das CPCJ, incluindo a Assembleia Municipal e a Comissão Nacional de Proteção da Criança e do Jovem em Risco.-----

----- Analise, inclusivamente pelo exercício do seu magistério de influência junto do Governo, a possibilidade de fazer evoluir o modelo de funcionamento das Comissões de Proteção de um sistema de núcleo e constitutivo fixo multidisciplinar e interinstitucional com técnicos sem número proporcional ao volume processual, mantendo, embora, e isto é relevante, mantendo, embora, a forma de parceria social e a rotatividade da responsabilidade da gestão. -----

----- Número 3, verifique a *equitatividade* e a segurança das instalações de cada uma das Comissões de Proteção de Lisboa para condições ótimas de tratamento das crianças e dos jovens. -----

----- Pondere o alargamento às restantes Freguesias de Lisboa, a capacidade de apoio logístico às CPCJ, atuando na respetiva área administrativa. -----

----- Como disse, Senhor Presidente, umas pequenas notas sobre este assunto. -----

----- Primeiro, congratular vivamente o Senhor Juiz Armando Leandro relativamente a toda a ação que tem feito em prol das crianças em risco em Portugal inteiro e em Lisboa, especificamente, é algo que se deve reconhecer e agradecer profundamente. -----

----- O sistema que foi gizado e criado, é um sistema que pondera e pede a cooperação institucional da sociedade civil e é assim que funciona.-----

----- Nós achamos que é necessário dar um passo adicional relativamente a isso e institucionalizando já algumas das composições e das componentes que são das diversas CPCJ, especificamente em Lisboa, mas quiçá noutras zonas do país. -----

----- Basicamente, é essa nota que se reflete nas recomendações no ponto 4, ponderando o alargamento às restantes Freguesias de Lisboa, de capacidades de apoio logístico, atuando nessas CPCJ correspondente à respetiva área administrativa. -----

----- E é tudo, Senhor Presidente, era só para fazer essa nota que é relevante para a compreensão deste assunto e para o debate que eventualmente se seguirá. Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente, em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado, também pelo trabalho feito, cumprimenta-lo a si e cumprimentar todos os Deputados da 6ª Comissão que também têm dado especial atenção a este assunto.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Lúcia Gomes (PCP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito boa tarde a todos os membros da Mesa, caros e caras Deputadas e a todas as CPCJ representadas aqui pelo Doutor Armando Leandro. -----

----- O PCP entende que, mais uma vez, a 6ª Comissão permanente dedicou, como já é seu hábito, um trabalho profundo de avaliação de audição e de discussão daqueles que são os problemas das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens. -----

----- Este problema que se prende com funcionamento das Comissões, em 1º lugar, o PCP gostaria de valorizar aqui o trabalho dos técnicos de todas as CPCJ porque se estas funcionam, até hoje, é a quase da exclusiva a responsabilidade destes técnicos que dão o seu tempo, muitas vezes fora daquilo que é o tempo que lhes está atribuído para passar ali, ou então daquilo que está no seu contrato para estarem ali, e estas Comissões funcionam, essencialmente, da abnegação destes técnicos, do voluntarismo destes técnicos que, muitas vezes, dão do seu tempo pessoal dão do seu esforço pessoal e, até por vezes, para que as Comissões funcionem, tal é o estado de falta de meios, são eles que contribuem com os seus meios para que as Comissões funcionem e isso vê-se, muitas vezes, no dia-a-dia, quer com telefonemas, quer com o pagamento de transportes, quer até com o envio de correspondência que é pago pelo seu próprio bolso, que é um problema que, infelizmente, se anda a discutir, não só nas Câmaras Municipais, mas também na Assembleia da República, há muitos anos, e para o qual ainda não houve vontade política para solucionar. -----

----- O PCP gostaria de relembrar que a última vez que houve uma contratação extraordinária de técnicos foi, talvez, há 6 anos, se a memória não me falha, foram contratados 150 técnicos para as CPCJ e, infelizmente, em regime de contrato a termo e, portanto, aquilo que hoje é necessário, mais do que o apoio do Município e que, finalmente, tem assento na Santa Casa da Misericórdia, podendo, assim, contribuir ainda mais com aquilo que é o apoio logístico e o apoio também político à atividade destas Comissões, o que urge é que o próprio Estado e o Governo tenha finalmente uma atitude de compensação e de atenção ao trabalho, absolutamente fundamental, não só para o presente mas também, como é óbvio, para o futuro, e não só de atender aos casos mas também da política de prevenção como muito bem disse o Doutor Armando Leandro. -----

----- O que é necessário é, de facto, a abertura de concursos, urgente, para contratação de técnicos para as CPCJ e isto é uma responsabilidade que cabe ao Governo e para o qual o PCP alerta a Câmara Municipal de Lisboa e solicita à Câmara Municipal de Lisboa que possa desenvolver esforços no sentido de recomendar e exigir esta medida do Governo. -----

----- Relativamente, também, e tem sido sempre uma preocupação da Comissão, a todas as recomendações que constam e que hoje vamos votar, o PCP, obviamente, está de acordo, sublinhando aqui a questão do apoio das Juntas de Freguesia para que este apoio exista, e já existe em muitos casos, que será necessário, também, que sejam transferidos os meios para que as Juntas de Freguesia possam, efetivamente, dar o seu apoio logístico à atividade fundamental destas Comissões.-----

----- Portanto, basicamente, o que nós queremos transmitir aqui, é o nosso apreço total e o nosso reconhecimento da atividade fundamental destas Comissões, solicitar à Câmara Municipal que possa envidar todos os esforços, junto do Governo, para que haja efetivamente esta abertura de um concurso, o mais rapidamente possível e, se possível, com um procedimento de concurso simplificado para a contratação de técnicos, que dê resposta, não só às CPCJ em Lisboa, mas também a todo o país.-----

----- E deixar aqui a nossa mais sincera homenagem a todas as pessoas que trabalham com as crianças e que se preocupam, no quadro daquilo que é a competência das CPCJ e se preocupam, de facto, em dar respostas a estas situações. -----

----- Valorizando aqui também, e deixando aqui também, a preocupação que o relatório aponta para o aumento das situações de emergência, e como tal, também a realização de um simpósio que poderá ajudar no sentido de encontrar políticas coordenadas e que possam, também, recomendar aos Ministérios da Segurança Social, ao Ministério da Educação, que possam trabalhar de uma forma muito mais coordenada, porque a descoordenação que hoje existe, ao nível da intervenção precoce e ao nível da intervenção junto das crianças e jovens em risco, é também altamente descoordenada, o que, muitas vezes, cria dificuldades que os técnicos das Comissões, não conseguem ultrapassar, nessa medida e entendendo que o Poder Central aqui terá uma responsabilidade muito maior, apelamos então à Câmara Municipal que possa fazer este esforço junto do Poder Central. Obrigada.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Sobreda Antunes (PEV)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Dirigimos, em primeiro lugar, uma saudação ao senhor presidente da Comissão Nacional de Proteção da Criança e do Jovem em Risco. -----

----- Quando em 1 de junho de 2016 foi divulgado o Relatório Anual de 2015 ‘As crianças em perigo no concelho de Lisboa’, alertou-se para o principal problema das quatro CPCJ de Lisboa: a ‘exposição a comportamentos que possam comprometer o bem-estar e desenvolvimento da criança’ (36% dos casos sinalizados), entre os quais se destaca a violência doméstica, seguindo-se a negligência (21%), situações de perigo em que estejam em causa o direito à educação (17%), como absentismo e abandono escolar, situações em que a criança assume comportamentos que afetam o seu bem-estar e desenvolvimento (17%) e a exposição a modelos de comportamento desviante (9%). -----

----- É nas CPCJ Norte e Ocidental que existem mais processos de violência doméstica (26,8% e 24% do total de processos, respetivamente), enquanto na CPCJ Oriental há mais problemas no acesso à educação (18,7%). Outros problemas vistos como "preocupantes e emergentes" foram o abuso sexual, a saúde mental, a regulação de

responsabilidades, os despejos e penhoras e as dificuldades relacionadas com as comunidades migrantes. Ou seja, questões de carácter social e económico das famílias. -

----- Para identificação destas situações de perigo, o Relatório recomendou a ‘articulação e divulgação das CPCJ junto das escolas, hospitais e centros de saúde, que devem ser entidades privilegiadas na prevenção e sinalização’. Por seu lado, a Comissão Nacional das CPCJ defende a criação de ‘um único projeto de prevenção para todas as comissões (através de) um plano integrado em Lisboa de prevenção’. -----

----- Requer-se, ainda, um apoio sustentado do Estado e do Município, bem como a participação de ‘mais facilitadores’, como escolas e outras Juntas de Freguesia, visto a prevenção dever ser a ‘primeira ação’, sem a qual ‘uma infância de qualidade (e) a qualidade da vida humana estão comprometidas’. -----

----- Para Lisboa, ‘a carência de recursos humanos e o tempo de afetação reduzido dos técnicos são os fatores unanimemente referenciados como tendo um impacto negativo no desempenho das CPCJ, quer ao nível processual, quer ao nível da intervenção’. -----

----- Devido à falta de apoios, à redução de técnicos nos últimos anos e ao número excessivo de casos por cada técnico, há dificuldades em melhorar a ‘resposta em tempo útil’. Outras das áreas desde sempre carenciadas é a do apoio jurídico disponibilizado às CPCJ. Também as condições de alguns edifícios das CPCJ (Ocidental) foram consideradas ‘insuficientes’. -----

----- É certo que a transferência de verbas subiu de 35 mil € em 2014 para 12.500 € em 2016, para cada CPCJ. Mas, em contrapartida, pela simples adesão e integração do Município a 2 Associações Internacionais para meros estudos comerciais na área da saúde, a CML desembolsa uma quota anual no valor de 25 mil €.-----

----- Ora, em conclusão, como o PEV já aqui expôs há 2 meses atrás (em 18 de outubro), esta poderá não ser uma importância exorbitante, mas talvez pudesse ser bem melhor aplicada numa área tão carente como é o das CPCJ. O contributo para as CPCJ continua a representar uma gota de água, quando é, não o futuro, mas o presente dos nossos filhos que está em risco. São opções que Os Verdes consideram enviesadas, pelo que há que garantir no imediato o reforço dos meios e recursos necessários ao normal funcionamento das CPCJ de Lisboa. Muito obrigado Senhor Presidente.” -----

----- **O Senhor Presidente, em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado, a Mesa não regista mais inscrições para usar da palavra e, portanto, convidávamos o Doutor Armando Leandro para, se entender, encerrar este debate. Tem a palavra pode vir ao púlpito.”-----

----- **O Senhor Juiz Armando Leandro** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:--

----- “*Muito obrigado pelas intervenções, foram perfeitamente adequadas. Obrigado pela Resolução de parece perfeitamente apropriada pelo apelo que se dá ao reforço das condições de trabalho, são fundamentais, a Comissão Nacional avançou com um reforço do apoio técnico às Comissões Lisboa, como é perfeitamente justo, sei que a Câmara também está muito sensibilizada para este aspeto, é fundamental que os elementos das Comissões tenham tempo bastante para o diagnóstico, para a decisão, para os acordos de promoção e proteção, são momentos terapêuticos fundamentais*

*que exigem tempo e afetividade, empatia, e é indispensável, como é vossa, também, preocupação, uma formação inicial e contínua, que a Comissão Nacional quer levar a cabo, constantemente, em cooperação com a Câmara Municipal e também, realmente, os apoios logísticos, que sei que é a preocupação da Câmara, mas que importa assegurar, também, através de algumas Freguesias que têm já uma atuação muito positiva neste campo, mas é importante que outras agora, portanto, reforcem este apoio que as Comissões muito merecem em favor das crianças e das famílias como é fundamental ao nosso progresso e à justiça, justiça que elas fazem, justiça de proximidade, é importante, que sabem aliar ao amor onde reside a superabundância de dádiva, portanto, muito obrigado, mais uma vez, por esta discussão que diz bem da vossa intenção de levar ao concreto da vida das nossas crianças os Direitos Humanos que já lhes conhecemos. Obrigado.”-----*

----- **O Senhor Presidente, em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado nós. Vamos votar a Recomendação nº04/128 oriunda da 6ª Comissão sobre os relatórios de atividades de 2015, das CPCJ de Lisboa.-----

----- A Mesa vai pôr à votação a **Recomendação nº 04/128**. A Recomendação nº04/128 foi **aprovada por unanimidade e aclamação**, não há votos contra, não há a abstenções e com os votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNPN e 6IND.”-----

----- **PONTO 5. APRECIACÃO DOS PONTOS 3 A 5 DA PROPOSTA 608/CM/2016 - REPARTIÇÃO DE ENCARGOS DO FINANCIAMENTO PELO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO DE LISBOA DA LISTA DE PROJETOS OBJETO DE PARECER FAVORÁVEL PELO COMITÉ DE INVESTIMENTOS E RESPECTIVA TRANSFERÊNCIA DA VERBA PARA A ASSOCIAÇÃO DE TURISMO DE LISBOA, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DAS ALÍNEAS C), E), K) E M) DO N.º 2 DO ARTIGO 23º DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS E DO N.º 1 DO ARTIGO 7º DAS NORMAS DE FUNCIONAMENTO DO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO DE LISBOA; 2X GRELHA-BASE – 68 MINUTOS; PARECER CONJUNTO DA 1ª E 2ª COMISSÕES PERMANENTES; RECOMENDAÇÃO 2/126.**-----

----- (A Proposta 608/CM/2016 fica anexada à presente Ata, como Anexo XXI e dela faz parte integrante).-----

----- (A Recomendação Conjunta das 1ª e 2ª Comissões Permanentes relativas à Proposta 608/CM/2016 fica anexada à presente Ata, como Anexo XXII e dela faz parte integrante).-----

----- **O Senhor Presidente, em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra continuou:-----

----- “Vamos passar para o Ponto 5 da Ordem de Trabalhos apreciação dos Pontos 3 a 5 da Proposta 608/CM/2016, Apreciação dos pontos 3 a 5 da Proposta 608/Cm/2016 - repartição de encargos do financiamento pelo fundo de desenvolvimento turístico de



Lisboa da lista de projetos objeto de parecer favorável pelo Comité de Investimentos e respetiva transferência da verba para a Associação de Turismo de Lisboa. -----  
----- Tem Parecer mas também era importante ter a Câmara para apresentar a Proposta, portanto, não sei, quem é que, por parte da Câmara. Estou a ver os Assessores a correr e, portanto, presumo....-----  
----- Está uma Vereadora, mas a Mesa não tem sinal que seja essa Vereadora apresentar a Proposta. Duas Vereadoras, a 2ª também não temos aqui sinal que vá apresentar a Proposta. É o Senhor Vereador que apresenta a Proposta? Não faz questão mas a Assembleia faz questão e o regimento diz que os debates se iniciam com a apresentação por parte da Câmara das Propostas. -----  
----- Senhor Vereador que tem a palavra para apresentar a Proposta 608/CM/2016.”  
----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----  
----- “É com gosto Senhor Presidente. Esta Proposta, traz aqui, digamos, a sua 2ª parte, que é a repartição de encargos sobre aquilo que é a aplicação da receita da taxa turística, naquilo que se entendeu designar por Fundo de Desenvolvimento Turístico. ---  
----- Como é de todos conhecido, a Taxa Turística de Lisboa tem um sistema de aplicação que passa por uma partilha da decisão de eleição daquilo que são os projetos a apoiar através desta receita. -----  
----- Uma partilha com aqueles que são alguns dos *players* mais importantes deste sistema e que através do Comité a de investimentos, que é um grupo consagrado no regulamento respetivo, veio propor ao Município que apoiasse este conjunto de projetos que estão apresentados nesta Proposta e que eu gostaria de destacar, nomeadamente, aquele conjunto de projetos que têm uma característica, a nosso ver, muito interessante, que é vieram potenciar, alavancar investimento público e privado que lhe permitiu, que vai permitir, projetos tão importantes como o de terminar o Palácio da Ajuda, a intervenção na Estação Sul Sueste, só para destacar alguns. -----  
----- Portanto, uma das características mais importantes que viemos a conseguir com esta taxa, e com este sistema, é a capacidade de o Município, afetando receita a um conjunto de projetos, um conjunto de outros parceiros vieram a investir nesses mesmos projetos, sendo eles públicos, públicos e privados, como no caso do Palácio da Ajuda, nomeadamente, o Estado e a ATL, ou outro como um Museu Judaico, outras entidades, como uma Fundação privada e, portanto, este será um dos aspetos mais importantes que eu gostaria aqui de destacar. -----  
----- Este é o 1º de um conjunto de Propostas que vão ser submetidas à Câmara, ele não esgota aquilo que são as receitas previstas para o ano, portanto da receita que vem dos anos de 15 e 16, tem previsões para 17 e 18, que são elas que estão aqui a ser trazidas, que, do nosso ponto de vista, e naquilo que são as nossas previsões, não esgotarão aquilo que são as receitas que se estimam virem a ser arrecadadas pelo Município e, portanto, a seu tempo, teremos Propostas complementares a estas. -----  
----- No fundo, terminando, o que vos estamos aqui a submeter a esta Assembleia é a repartição de encargos de um sistema que, ao contrário do que muitos esperavam, é um sucesso, não veio condenar, pelo contrário, veio desonerar os municípios de Lisboa,

chamando a participar no investimento na área do turismo e na compensação pelos impactos do turismo, um conjunto de pessoas que nos visitam e que utilizam as nossas infraestruturas turísticas e, portanto, é algo que nos orgulha trazer aqui, este sistema que, ao contrário do que muitos advogaram, seria a desgraça, a morte da galinha dos ovos de ouro e, afinal, o que o sistema veio permitir é que, quer um conjunto de impactos na cidade, quer um conjunto de investimentos há muito anunciados pela cidade, venham a ter a luz do dia, e venham a ser desenvolvidos pela cidade, de forma a que os municípios de Lisboa, e todos aqueles que nos visitam, possam usufruir desses mesmos investimentos. Obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente, em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Tem a palavra Senhor Deputado Municipal Hugo Xambre Pereira para apresentar o Parecer conjunto da 1ª e 2ª Comissões.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Hugo Xambre Pereira (PS)** no uso da palavra, enquanto relator, fez a seguinte intervenção:-----

----- “O Parecer está muito factual, a Proposta tinha vários elementos muito dispersos, elementos necessários para a compreensão da Proposta, o Parecer agrupa tudo e permite ter uma melhor compreensão daquilo que é a Proposta, nomeadamente, a Ata da reunião do Comité de Investimentos que elenca e explica o conjunto de investimentos que estão também previstos com este fundo.-----

----- Divide o financiamento entre aquilo que é parte do fundo e a parte que a ATL que outros parceiro, vai entrar qui uma tabela, que é bastante extensa, e que coloca todo o tipo de investimentos.-----

----- Há sempre um trabalho que as Comissões fazem, uma compreensão global daquilo que é a Proposta, apesar de aquilo que a Assembleia Municipal tem que se pronunciar é apenas sobre a repartição de encargos, tal como o Senhor Vereador disse, e muito bem, mas aquilo que é o hábito, e ainda bem, que o conjunto de Comissões Permanentes têm o poder de estudar a fundo um conjunto de Propostas e foi isso que foi feito.-----

----- O Parecer foi também enriquecido com a posição política do PSD e tem, a nível de Recomendações, tem lá uma Recomendação que terá que ser votada, que o conjunto de relatórios anuais, previstos na Proposta, com o grau de execução e com as obras que estão incluídas, possa ser remetido à Assembleia, para que a Assembleia tenha conhecimento e possa também acompanhar o grau de execução do conjunto de investimentos que estão aqui previstos. Disse, Senhor Presidente.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Ana Páscoa (PCP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Em relação a esta Proposta, a Proposta 608/CM/2016: Repartição de encargos para o fornecimento dos projetos a financiar pelo Fundo de Desenvolvimento Turístico - O PCP irá votar contra, pois temos uma posição muito crítica em relação quer ao fundo quer à própria ATL, é uma posição crítica, uma posição política, obviamente.-----

----- Em 1º lugar referir que a entrega à ATL destes projetos, vai retirar à Vereação a possibilidade de intervir e ou o conhecimento pois a ATL é uma entidade externa a efetivar esses projetos.-----

----- É, do nosso ponto de vista, mais um exemplo de retirada de competências à Câmara, transferindo para uma entidade externa, assuntos que deveriam ser da responsabilidade da Vereação. Este facto sujeita as políticas de território a uma maior pressão a interesses privados, à pressão do lucro e não ao bem público.-----

----- Nós não podemos concordar com este aspeto!-----

----- Em 2º lugar, também referir os projetos que a Proposta contempla: alguns deles são projetos nacionais, que deveriam ser da responsabilidade do poder central, refiro, por exemplo, o Palácio Nacional Ajuda, cuja conclusão é uma necessidade, sem dúvida ou a Estação Sul e Sueste. Em nosso entender os fundos da taxa turística deveria, sim, ser canalizado para projetos de intervenção na cidade, permitindo uma melhor organização do espaço público, de limpeza, de higiene urbana, da melhor estética do espaço.-----

----- Em relação à Recomendação que foi aprovada em sede da 1ª e 2ª Comissões, nós vamos votar a favor dessa Recomendação, consideramos que ela é positiva, na medida em que o reconhecimento dos relatórios e da atividade é importante, até por aquilo que eu referi ainda há pouco, e deve ser dado conhecimento dessa mesma atividade à Assembleia Municipal de Lisboa. Muito Obrigada.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Na sequência da criação da Taxa Municipal Turística, enquanto receita da Câmara Municipal de Lisboa, foi criado o Fundo de Desenvolvimento Turístico de Lisboa em finais de 2015, tendo em vista o financiamento da atividade turística no concelho de Lisboa.-----

----- Sobre esta matéria, sobre esta Proposta em concreto, Os Verdes têm um conjunto de reservas:-----

----- Em 1º lugar e desde logo, entendemos que este Fundo, ao ser criado, devia ser objeto de gestão pela Câmara, nomeadamente pela Direção Municipal de Economia e Inovação, unidade orgânica com competência na área, por ser uma receita própria do Município de Lisboa. Discordamos, assim, da existência do Secretariado Técnico, a assegurar pela Associação de Turismo de Lisboa (ATL), assim como das suas competências.-----

----- Em 2º lugar, Os Verdes entendem que o Município de Lisboa deveria elaborar um plano estratégico de desenvolvimento turístico para a cidade, em consonância com o Plano Estratégico Regional de Turismo, onde seriam definidos os projetos e ações alvo de financiamento do Fundo de Desenvolvimento Turístico de Lisboa.-----

----- Em 3º lugar, na listagem de um conjunto de 16 projetos com parecer favorável do Comité de Investimentos do Fundo de Desenvolvimento Turístico de Lisboa, constam algumas atividades próprias da ATL, como o Projeto Digital Visitlisboa ou a Promoção Turística Específica, incluindo Parcerias com Companhias de Aviação. No nosso entendimento, estas atividades deveriam ser financiadas integralmente através de

verbas ou receitas próprias desta entidade. Também a intervenção em alguns monumentos nacionais, como o restauro do Edifício da Estação Sul Sueste ou a conclusão de uma ala do Palácio da Ajuda para a instalação da exposição permanente das joias da coroa e do tesouro da ourivesaria real, deviam ser financiadas e executadas pela Administração Central. -----

---- Em 4º lugar, acresce a tudo isto, o facto de o projeto referente à construção de um polo museológico dedicado aos Descobrimentos, designado por Polo Descobrir, orçamentado em cerca de seis milhões de euros, ter merecido um parecer desfavorável da Direção Geral do Património Cultural que não aprovou, e bem, a localização Proposta pela Câmara Municipal de Lisboa na antiga doca seca da Ribeira das Naus. Assim, este projeto nem deveria constar desta lista. -----

---- Em 5º lugar, também discordamos do projeto de videovigilância, tal como discordámos quando a Câmara Municipal de Lisboa pretendeu que fossem instalados sistemas de videovigilância na Baixa Pombalina em 2009 e 2011, projeto que não avançou devido ao chumbo pela Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPd). ----

---- Resumindo, a execução dos vários projetos a financiar pelo Fundo de Desenvolvimento Turístico de Lisboa devia ser uma competência da Câmara Municipal de Lisboa, em função dos projetos e ações que viessem a ser contemplados no plano estratégico de desenvolvimento turístico para a cidade, não devendo ser delegada noutras entidades. É por essa razão que não concordamos que a execução de projetos como, por exemplo, a criação do Museu Judaico, a dinamização do Museu do Azulejo ou a criação de um conjunto de núcleos temáticos sobre o tema dos Descobrimentos seja feito pela Associação de Turismo de Lisboa. -----

---- Em conclusão e por todas as razões que acabámos de referir, Os Verdes não podem acompanhar a presente Proposta sobre o Fundo de Desenvolvimento Turístico de Lisboa.” -----

---- O **Senhor Deputado Municipal Magalhães Pereira (PSD)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

---- “Relativamente à Proposta 608/CM/2016, Financiamento do Fundo de Desenvolvimento Turístico, Senhor Presidente da Mesa e Senhores membros da Mesa. Senhor Presidente da Câmara, mas não está, Senhoras e Senhores Vereadores e Deputados, para dizer, Senhor Presidente que, numa situação de controlo majoritária das instituições Municipais, é fácil ter uma posição seguidista e laudatória sobre assuntos de relevo para Lisboa e as questões patrimoniais são, de certeza, as de maior relevo. -----

---- Difícil, como é evidente, é estudar os assuntos, aprofundar as questões, verificar a adequação das Propostas aos problemas identificadores e identificados e, a partir daí, tomar uma posição, e no caso da Proposta 608/CM/2016, esse caso é flagrante. -----

---- Pretende-se atribuir, e a Câmara Municipal tem atribuído à Associação de Turismo de Lisboa, entidade de direito privado, verbas extremamente relevantes para proceder a trabalhos do património de Lisboa, indicados por um auto nomeado comité de investimentos. -----

----- Estes trabalhos têm âmbito nacional e Municipal cuja responsabilidade se deverá encontrar nos atributos do Estado e não nos dessa associação e comité, que, além disso, tem interesses além do concelho de Lisboa aos quais a Câmara está adstrita e a Câmara está adstrita aos interesses de Lisboa. Não é possível concordar com a concessão a tal associação, de carácter quase unifamiliar e unipessoal no Senhor Presidente da Câmara Municipal, de poderes e objetivos que não são sindicáveis pelos normais mecanismos democráticos, permitindo que a gestão dessas ações o seja de forma reservada, e não pública, resultando na retirada do escrutínio público da definição, execução e gestão das obras condicionadas e condicionadoras da cidade de Lisboa. -----

----- Ocorre ainda, Senhor Presidente, que não são, nem foram, demonstrados a esta Assembleia todas as circunstâncias financeira e executórias como necessário à apreciação fundamental da Proposta que pensamos, portanto, não está sequer em condições de ser votada pela Assembleia Municipal de Lisboa. -----

----- A bem da transparência que a todos nos move e nos deve sempre conduzir, não concordamos com esta metodologia que, fortemente verberamos. -----

----- Quanto à Recomendação adstrita a esta Proposta, na realidade, essa Recomendação falta na exposição das principais conclusões, nomeadamente a necessidade de absoluta transparência que nunca será demais exigir. Muito obrigado.” --

----- O **Senhor Deputado Municipal José Casimiro (BE)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Em relação à matéria, vou ser muito rápido, em relação à Proposta 608/CM/2016 aquilo que queria colocar era que as verbas alocadas em relação às diversas entidades que eu vi que estão colocadas e que vão gerir esta verba, onde também a Câmara de inclui, mas também as empresas, umas privadas e outras de gestão de carácter privado, não escrutinado por esta Assembleia, coloca-nos muitas interrogações sobre esta matéria e, portanto, para além da listagem de obras nacionais e que não cabe ao poder local mas sim ao poder central.-----

----- Pensamos que as verbas do turismo não deveriam servir, pura e simplesmente, o turismo, mas deviam servir uma coisa que o Senhor Vereador ali colocou em *passant*, mas que não respondem ao problema de fundo, que é o problema do impacto do turismo na cidade de Lisboa. -----

----- E o impacto do turismo na cidade de Lisboa tem problemas muito graves como p problema de exclusão, aquilo que temos vindo a chamar de gentrificação de moradores, o problema de afastar, cada vez mais, das suas casas, especialmente no centro de Lisboa, mas também começa a ir pelas colinas acima um pouco esta gentrificação. As casas cada vez estão mais caras, não só em termos de renda, como em termos de compra e, portanto, nós achamos que esta matéria devia servir para fazer um verdadeiro impacto que tem o problema do turismo, que nós a já elogiámos, todo o turismo e toda a gestão que tem vindo a ser feita, mas não podemos estar de acordo com o problema que estas verbas sejam, não para a finalidade que deviam ter, que era o embate do turismo tem na cidade, e isto parece-nos muito mal. -----

----- Para além de que, como já foi aqui, também, colocado, o problema da videovigilância que é um problema que já foi rejeitado noutras matérias, até em própria Comissão de segurança, foi abordada há algo de algum tempo esta matéria, o problema da vídeo vigilância, que foi, na altura, quando a Comissão tinha poderes próprios nesta matéria em termos de Pareceres, foi travado e penso que a Câmara Municipal insiste, novamente, em vigiar os transeuntes, vigiar as pessoas que vivem nesta cidade e parece-me isto muito mal que esteja hoje que colocar nesta Proposta. Disse. Muito Obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente, em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado Senhor Deputado, a Mesa não regista mais inscrições para este ponto.---

----- Tomámos boa nota da posição política do Partido Social Democrata, quanto à Proposta e, aliás, está consagrada no Parecer da Comissão, na parte 3, opinião das forças políticas e do relator, de todo o modo, por maioria, a Comissão entendeu remeter a Proposta para Plenário e está aqui escrito desse modo, naturalmente, com as forças políticas a reservar a expressão da sua opinião e do seu sentido de voto para o Plenário. -----

----- Ainda vai a tempo Senhor Vereador, muito bem” -----

----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Eu não poderia deixar de responder, e peço desculpa por estar aqui distraído a tomar notas, a algumas das questões que foram suscitadas. -----

----- Eu gostava de 1º responder a 2 ou 3 questões pontuais e depois abordar, um pouco, 2 questões de fundo que me parecem que merecem resposta. -----

----- Em primeiro lugar, o Polo Descobrir, para falar de uma coisa específica, é evidente que o que a Senhora Cláudia Madeira disse é tudo verdade, a localização não foi aceite naqueles moldes, na localização que tinha sido proposta para o Polo Descobrir mas, no fundo, o que aqui está é aquilo que nos parece que, não sei se é completamente consensual, mas merecedor, pelo menos, do interesse de grande parte desta Assembleia, que é, no fundo, dar expressão museológica, dar expressão de experimentação e de interpretação àquilo que é o espólio e que é toda a nossa história ligada e os Descobrimentos e, portanto, a ideia que está subjacente, é retomar este projeto em moldes a definir e a submeter a esta Assembleia para, digamos, que este Polo possa existir, e que possa ser concretizado num novo projeto, numa nova modalidade, que a seu tempo virá ao nosso conhecimento e, portanto, poderemos opinar e decidir sobre ela. -----

----- A ideia é que pudéssemos consagrar já, no Fundo de Desenvolvimento Turístico, quer a construção desta nova ideia e desta novo formato, quer o seu ajustamento em projetos preliminares, a outra localização e a outro formato e, portanto, é esse, no fundo, o espírito com que foi consagrado, digamos, esta linha daquilo que nos é hoje aqui apresentado. -----

----- Quanto à possibilidade de escrutínio de tudo o que está a ser apoiado por este Fundo de Desenvolvimento Turístico, ela está consagrada no próprio regulamento do

fundo, está consagrada pelo relatórios que vão ser produzidos e pelo acompanhamento que vai ser feito pela direção Municipal de Economia e Inovação que, aliás, faz parte da Proposta essa mesma, reavivar dessa matéria e, portanto, não nos parece que do ponto de vista dos serviços e do acompanhamento do Município algo possa estar em causa, pelo contrário. Aquilo que é o escrutínio dos órgãos Municipais, esses relatórios vão-nos permitir fazer todo esse escrutínio, fazer esse acompanhamento, a par e passo da execução, e teremos todo o gosto como, aliás, em todas as matérias, de consagrar aquilo que for a metodologia que a Assembleia Municipal entenda, de uma maior proximidade no acompanhamento e monitorização do desenvolvimento destes projetos.-----

----- Portanto, não me parece que exista aqui nenhum défice de acompanhamento e de monitorização por parte dos órgãos Municipais e, obviamente, pelas mesmas razões, dos serviços Municipais. -----

----- Só terminar Senhor Presidente, para dizer o seguinte, eu não posso aceitar, e já disse isto na Comissão, que continue a haver uma certa desconfiança, umas vezes mais perentória, hoje, felizmente, nuns termos mais razoáveis que na própria Comissão, sobre a nossa relação Município com a Associação Turismo de Lisboa. -----

----- Nessa altura desafiei quem tinha desafiar e quem estava a produzir essas mesmas afirmações, que nos dessem alguns exemplos que nós pudéssemos sindicar para verificar se havia aqui alguma questão que me estivesse a escapar nessa relação, e o que eu vos queria aqui dizer hoje é que, mais uma vez, vos posso garantir que essa relação é escrutinada a par e passo e podemos disponibilizar a esta Assembleia todos os documentos que esta Assembleia entender da relação pontual e protocolada com a com a ATL.-----

----- Gostaria de vos dizer que, todos estes projetos em que a ATL entra em parceria com o Município, vão ser submetidos a concurso público que pode ser escrutinado por todos aqueles que quiserem, em plataforma de concurso público como, aliás, já foram o Pavilhão Carlos Lopes, para dar 2 exemplos, o Pavilhão Carlos Lopes e, agora o outro exemplo escapa-me, portanto, eu depois o outro posso trazer em próxima Assembleia, não tenho aqui presente e não me estou a recordar qual é, mas os 2 maiores investimentos da Câmara Municipal de Lisboa em parceria com a ATL, foram levados a concurso público, em plataforma pública, tiveram diversos concorrentes, tiveram uma equipa de análise desses mesmos projetos, tudo isso está colocado em atas, é público e pode ser escrutinado. -----

----- Portanto, eu não consigo perceber nem posso aceitar que, sistematicamente, seja levantada essa suspeita, sem que se traga absolutamente nada de novo para cima da mesa, porque também vos garanto uma coisa, se alguma coisa sobre esta ou outra matéria for trazida para cima da mesa que mereça ser investigada, avaliada e até, eventualmente, corrigida alguma trajetória, podem contar connosco para o fazermos.-----

----- Agora, não podemos pactuar com esta abordagem, que é uma abordagem de sistemática suspeita, sem nada em concreto. Fazemos mal àquilo que é público, fazemos mal à relação do que é público e do que é privado e isso não serve o interesse público, portanto, meus Senhores, peço desculpa mas não é aceitável essa postura e

não a vamos aceitar e vamos trazer em todos os momentos, tudo aquilo que for necessário para que isto fique clarificado como, aliás, acabei de o fazer. Muito Obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente, em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “O Senhor Vereador beneficiou do tempo do Partido Socialista para concluir a sua intervenção, portanto, vamos passar, agora sim, à votação.-----

----- A apreciação dos pontos 3 a 5 da Proposta 608/CM/2016, ‘Repartição de encargos do financiamento pelo Fundo de Desenvolvimento Turístico de Lisboa da lista de projetos objeto de parecer favorável pelo Comité de Investimentos e respetiva transferência da verba para a Associação de Turismo de Lisboa’, e depois a Ordem de Trabalhos identifica os necessários preceitos regimentais que me dispense de ler. -----

----- Voto **dos Pontos 3 a 5 da Proposta 608/CM/2016** – ‘Repartição de encargos do financiamento pelo Fundo de Desenvolvimento Turístico de Lisboa da lista de projetos objeto de parecer favorável pelo Comité de Investimentos e respetiva transferência da verba para a Associação de Turismo de Lisboa’. Os Pontos 3 a 5 da Proposta 608/CM/2016 foram **aprovados por maioria** com os votos contra do PSD, PCP, BE, PEV e MPT abstenções do CDS-PP e PAN, votos a favor do PS, PNP e 6IND. -----

----- O Grupo Municipal do PSD indica que quer fazer uma declaração de voto. -----

----- (O PSD não entregou posteriormente a sua Declaração de Voto)-----

----- O MPT indica que quer fazer uma declaração de voto, uma declaração de voto por escrito.”-----

----- **O Grupo Municipal do Movimento Partido da Terra** apresentou, posteriormente, a seguinte **Declaração de Voto**:-----

----- “O Grupo Municipal do Partido da Terra eleito para a Assembleia Municipal de Lisboa, vem, nos termos e para os efeitos previstos no nº 1 do artigo 57º do Regimento da AML, fazer constar da Ata da 128ª Reunião realizada no dia 13 de Dezembro de 2016 a sua declaração de voto referente à **Apreciação da Proposta 608-CM-2016 – “Repartição Encargos Financiamento Fundo de Desenvolvimento Turístico de Lisboa”** que mereceu o voto contra deste Grupo Municipal, com o seguinte fundamento:-----

----- No entender do MPT, a responsabilidade de gerir os polos culturais da cidade é da Competência da CML e da tutela dos próprios serviços.-----

----- Mais uma vez o MPT não está de acordo com a transferência dessa gestão para entidades como a ATL, AHP e AHRESP.-----

----- Lisboa, 14 de Dezembro de 2016. Pelo Grupo Municipal do Partido da Terra, o Deputado Municipal, Vasco Miguel Ferreira dos Santos.”-----

----- **O Senhor Presidente, em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Vamos passar à votação da Recomendação 2/126 sobre esta Proposta, oriunda da 1ª e 2ª Comissões Permanentes.-----

----- A 1ª e 2ª Comissões Permanentes propõem que o plenário da Assembleia Municipal delibere recomendar à Câmara Municipal que sejam enviados, para



conhecimento da Assembleia Municipal, todos os relatórios intercalares e anuais previstos na Proposta 608/CM/2016, bem como na alínea B do número 2 do artigo 6º número 2 do artigo 7º das normas de funcionamento do Fundo de Desenvolvimento Turístico de Lisboa e, em anexo, tem as referidas normas. -----

----- Voto da **Recomendação nº 2/126** – ‘Financiamento pelo Fundo de Desenvolvimento Turístico de Lisboa.’ A Recomendação nº 2/126 foi **aprovada por maioria**, com os votos contra do PSD, não há abstenções, votos a favor do PS, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNP, 6IND.” -----

----- **PONTO 6. APRECIACÃO DA PROPOSTA 491/CM/2016 - ALTERAÇÃO SIMPLIFICADA DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO DO N.º 7 DO ARTIGO 123.º DECRETO-LEI N.º 80/2015, DE 14 DE MAIO, QUE APROVOU A REVISÃO DO REGIME JURÍDICO DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL; GRELHA-BASE – 34 MINUTOS; PARECER DA 3ª COMISSÃO PERMANENTE. RECOMENDAÇÃO 14/126.** -----

----- (A **Proposta 491/CM/2016** fica anexada à presente Ata, como **Anexo XXIII** e dela faz parte integrante). -----

----- (O **Parecer da 3ª Comissão Permanente** relativa à **Proposta 491/CM/2016** fica anexada à presente Ata, como **Anexo XXIV** e dela faz parte integrante).-----

----- (A **Recomendação nº 14/126 da 3ª Comissão Permanente** relativa à **Proposta 491/CM/2016** fica anexada à presente Ata, como **Anexo XXV** e dela faz parte integrante). -----

----- **O Senhor Presidente, em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra continuou: -----

----- “A palavra à Câmara para apresentar a Proposta.-----

----- A Câmara prescinde e aqui também não tivemos grandes diligências dos Grupos Municipais para isso. -----

----- Temos o Deputado Diogo Moura como relator do Parecer da 3ª Comissão Permanente, ele não está e também não temos o Deputado Vítor Gonçalves enquanto Presidente da Comissão, penso que não está ninguém encarregue de apresentar o Parecer. -----

----- Todo o modo que ele está distribuído e foi aprovado pelos diferentes membros da 3ª Comissão. Tem a palavra o Deputado Sobreda Antunes.” -----

----- O **Senhor Deputado Municipal Sobreda Antunes (PEV)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “A presente alteração simplificada ao PDM renova um procedimento similar ao de outras alterações simplificadas, como, por exemplo, a da anterior Proposta 851//CM/2013, que por sua vez decorre de uma reorganização e racionalização de valências médicas militares, ao abrigo de uma Resolução de Conselho de Ministros de 2008.-----

----- O que de facto se veio permitir foi a constituição de direitos de superfície sobre alguns imóveis militares conducentes à alienação, mediante procedimentos de hasta pública, através do organismo competente do Ministério das Finanças. Esta criação de

receita pressupõe que os imóveis se encontrem em condições de integrar o comércio privado pela sua inserção urbanística, a sua valoração económica e correspondente exposição aos mercados imobiliário ou de investimento. -----

----- No caso presente, esta alteração do PDM reporta-se a um imóvel militar designado por ‘Hospital da Marinha’, sito entre Santa Apolónia e o Largo da Feira da Ladra (no Largo Dr. Bernardino António Gomes (pai) e Rua do Paraíso, nºs 7 e 9), dando sequência a uma anterior deliberação da CML, de 27 de Abril, com a Proposta 207/CM/2016.-----

----- Sobre esta Proposta 491/2016, Os Verdes recordam ainda o seguinte.-----

----- No mês anterior, em 17 de Março deste ano, fora publicado em Diário da República um despacho onde se decidiu a venda em hasta pública deste imóvel, com 7 pisos e com uma área bruta privativa de perto de 15 mil m<sup>2</sup> (14.980 m<sup>2</sup>), bem como a sua desafetação do domínio público militar e a passagem para o domínio privado do Estado para, em 8 de Abril, ser vendido por quase 18 milhões € (17.936.500 €) a um investidor privado de origem francesa.-----

----- Implicou a redefinição do uso do solo, alegando-se ter sido determinada pela cessação de servidões administrativas e de restrições de utilidade pública ou pela desafetação de bens imóveis do domínio público ou dos fins de utilidade pública a que se encontravam adstritos, designadamente os do domínio privado indisponível do Estado. -----

----- Por seu turno, com esta alteração simplificada do Plano Diretor Municipal de Lisboa, a CML apenas pretende viabilizar a situação patrimonial de mais um negócio privado sobre um anterior bem do Estado português.-----

----- Em suma, este processo representou mais uma alienação de património público para o mercado imobiliário, a que acresce a alteração de uso, com o qual, não concordando, Os Verdes votarão em conformidade com análogas deliberações anteriores. Muito Obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente, em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “A Mesa não regista mais inscrições.-----

----- Vamos então votar na Proposta 491/CM/2016.-----

----- **Voto da Proposta 491CM/2016** – ‘Alteração simplificada do Plano Diretor Municipal’. A Proposta 491/CM/2016 foi **aprovada por maioria** com os votos contra do BE e PEV, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, CDP-PP, MPT, PAN, PNPN e 6IND. -----

----- Vamos votar a Recomendação 14/126, que recomenda à Câmara que face ao interesse e valor patrimonial e artístico que o edifício representa, sejam tomadas medidas para que os vários elementos existentes sejam salvaguardados, nomeadamente no âmbito do cumprimento das disposições legais aplicáveis nesta matéria, nomeadamente o artigo 27º e seguintes do regulamento do PDM relativos a imóveis integrados na Carta Municipal de Património; No futuro uso a dar ao imóvel pugne por preservar, no tempo e na memória, a história militar e médica adstrita ao edifício.-----

----- Portanto, é uma Recomendação aprovada na 3ª Comissão Permanente. -----

----- Voto da **Recomendação nº 14/126** relativa à Proposta 491/CM/2016. A Recomendação nº 14/126 foi **aprovada por unanimidade**, não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDP-PP, PEV, MPT, PAN, PNP e 6IND.” -----

----- **PONTO 7. APRECIACÃO DA RECOMENDAÇÃO 1/126 (3ª CP) SOBRE A PETIÇÃO 5/2016 – PELA DEMOLICÃO DA ANTIGA FÁBRICA AMADEU GAUDÊNCIO, NOS TERMOS REGIMENTAIS; GRELHA-BASE – 34 MINUTOS; PETIÇÃO 5/2016. PARECER DA 3ª COMISSÃO PERMANENTE SOBRE A PETIÇÃO 5/2016** -----

----- (O Parecer /Relatório da 3ª Comissão Permanente relativa à **Petição nº 5/2016** fica anexada à presente Ata, como **Anexo XXVI** e dela faz parte integrante). -----

----- (A **Recomendação nº 1/126 da 3ª Comissão Permanente** relativa **Petição nº 5/2016** fica anexada à presente Ata, como **Anexo XXVII** e dela faz parte integrante). -

----- **O Senhor Presidente, em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra continuou: -----

----- “Vamos passar ao ponto 7º da Ordem de Trabalhos. -----

----- Temos o Senhor Deputado Municipal André Couto para apresentar o Parecer. ----

----- Não há ninguém que apresente o Parecer, também. -----

----- Senhor Deputado Casimiro, eu em tese concordo consigo, mas não posso obrigar ninguém a apresentar, quanto muito nas Propostas em que os diferentes Grupos Municipais, e estamos a falar de Propostas oriundas da Câmara, o solicitam expressamente, de facto, o regimento diz que o debate das Propostas se inicia pela intervenção da Câmara.-----

----- Aqui, no caso, não estamos a falar de uma destas Propostas e, portanto, se o Senhor Deputado André Couto não está em condições de apresentar o Parecer a Mesa não pode fazer mais nada.-----

----- Temos uma inscrição que é o Senhor Deputado José Moreno.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Moreno (PNPN)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Não sei se está alguém presente dos peticionários de qualquer modo, quer estejam ou não, fica aqui registado no cumprimento e o meu agradecimento pela iniciativa de tomaram, no sentido desta Assembleia Municipal tomar conta e se debruçar sobre um assunto que é, de facto, da maior importância na nossa Freguesia.--

----- É um tema que a Freguesia e eu, pessoalmente, tenho acompanhado com preocupação, a Assembleia também o tem analisado com preocupação, e é por isso que, obviamente, vamos também votar favoravelmente a Recomendação da Comissão de especialidade, sobre este assunto. -----

----- Em apelo, obviamente, à Câmara que continue, de resto é esse o sentido da Recomendação, no sentido de a Câmara continuar a acompanhar este assunto, porque, de facto, pronto, ele é suscetível de causar incomodidade e natural preocupação a todos aqueles que vivem nas imediações de fábrica. -----

----- É certo que já muito foi removido, mas ainda continuamos ali com um foco eventual de problemas, que é necessário continuar a acompanhar, portanto, apelo,

também, obviamente, ao voto favorável desta Assembleia a esta Recomendação para que a Câmara continue empenhada na resolução deste problema de uma forma definitiva. Muito Obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente, em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “A Mesa não regista mais inscrições, até porque não foi apresentado, vou passar a ler o teor da Recomendação 1/126.-----

----- É proposto pela 3ª Comissão ao Plenário da Assembleia Municipal que aprove a seguinte Recomendação à Câmara Municipal:-----

----- Que acompanhe a situação e que informe esta Assembleia e os moradores de todas as diligências tomadas.-----

----- Diligencie, se assim se justificar, que o proprietário proceda às correções das deficiências descritas no auto de vistoria, por forma a garantir que sejam acauteladas todas as questões relacionadas com a segurança e saúde pública.-----

----- Voto **da Recomendação nº 1/126** relativa à Petição nº 5/2016. A Recomendação nº 14/126 foi **aprovada por unanimidade**, não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDP-PP, PEV, MPT, PAN, PNP e 6IND.-----

----- Vamos para último Ponto desta sessão, Ponto 10.”-----

----- **PONTO 10. APRECIACÃO CONJUNTA DAS SEGUINTE PROPOSTAS DE REPARTIÇÃO DE ENCARGOS (GRELHA-BASE – 34 MINUTOS):**-----

----- **PONTO 10.1 PONTO II DA PARTE DELIBERATIVA DA PROPOSTA 645/CM/2016 – REPARTIÇÃO DE ENCARGOS PARA AQUISIÇÃO DE FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA EM BAIXA TENSÃO PARA DISPOSITIVOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, TRÁFEGO E PUBLICIDADE DO MUNICÍPIO DE LISBOA, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DAS DISPOSIÇÕES CONJUGADAS DO ARTIGO 24.º E DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, BEM COMO NOS N.ºS 1 E 6 DO ARTIGO 22.º DO DECRETO-LEI N.º 197/99, DE 8 DE JUNHO E NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, NA REDACÇÃO DADA PELA LEI N.º 22/2015, DE 17 DE MARÇO;**-----

----- **PONTO 10.2 PONTO 7 DA PARTE DELIBERATIVA DA PROPOSTA 646/CM/2016 - REPARTIÇÃO DE ENCARGOS PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA EM MÉDIA TENSÃO, BAIXA TENSÃO ESPECIAL E BAIXA TENSÃO NORMAL A INSTALAÇÕES DO MUNICÍPIO DE LISBOA, AO ABRIGO DO ACORDO QUADRO, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DAS DISPOSIÇÕES CONJUGADAS DO ARTIGO 24.º E DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, BEM COMO NOS N.ºS 1 E 6 DO ARTIGO 22.º DO DECRETO-LEI N.º 197/99, DE 8 DE JUNHO E NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, NA REDACÇÃO DADA PELA LEI N.º 22/2015, DE 17 DE MARÇO;**-----

----- **PONTO 10.3 PONTO 7 DA PARTE DELIBERATIVA DA PROPOSTA 675/CM/2016 – COMPROMISSO PLURIANUAL, COM A CONSEQUENTE REPARTIÇÃO DE ENCARGOS PARA AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO PLATAFORMA (VPI) PARA O REGIMENTO DE SAPADORES BOMBEIROS DE LISBOA, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DAS DISPOSIÇÕES CONJUGADAS DO ARTIGO 24.º E DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, BEM COMO NOS N.ºS 1 E 6 DO ARTIGO 22.º DO DECRETO-LEI N.º 197/99, DE 8 DE JUNHO E NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, NA REDACÇÃO DADA PELA LEI N.º 22/2015, DE 17 DE MARÇO;** -----

----- **PONTO 10.4 PROPOSTA 676/CM/2016 - COMPROMISSO PLURIANUAL, COM A CONSEQUENTE REPARTIÇÃO DE ENCARGOS PARA FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA EM BAIXA TENSÃO PARA DISPOSITIVOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, TRÁFEGO E PUBLICIDADE DO MUNICÍPIO DE LISBOA, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DAS DISPOSIÇÕES CONJUGADAS DO ARTIGO 24.º E DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, BEM COMO NOS N.ºS 1 E 6 DO ARTIGO 22.º DO DECRETO-LEI N.º 197/99, DE 8 DE JUNHO E NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, NA REDACÇÃO DADA PELA LEI N.º 22/2015, DE 17 DE MARÇO.** -----

----- (A Proposta 645/CM/2016 fica anexada à presente Ata, como Anexo XXVIII e dela faz parte integrante). -----

----- (A Proposta 646/CM/2016 fica anexada à presente Ata, como Anexo XXIX e dela faz parte integrante). -----

----- (A Proposta 675/CM/2016 fica anexada à presente Ata, como Anexo XXX e dela faz parte integrante). -----

----- (A Proposta 676/CM/2016 fica anexada à presente Ata, como Anexo XXXI e dela faz parte integrante). -----

----- **O Senhor Presidente, em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra continuou: -----

----- “Não sei se a Câmara quer apresentar as suas Propostas.-----

----- A Câmara prescinde, não temos intervenções na Mesa, não temos nenhum pedido de intervenção e, portanto, vamos passar à votação. -----

----- Voto do **Ponto 10.1. da Ordem de Trabalhos, Ponto II da parte deliberativa da Proposta 645/CM/2016.** O Ponto 10.1. da Ordem de Trabalhos, foi aprovado por maioria, não há votos contra, abstenções do CDS-PP, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, PEV, MPT, PAN, PNPN, 6IND.-----

----- Voto do **10.2. da Ordem de Trabalhos, Ponto 7 da parte deliberativa da Proposta 646/CM/2016.** O Ponto 10.2. da Ordem de Trabalhos, foi aprovado por unanimidade, não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNPN, 6IND.-----

----- Voto do **10.3. da Ordem de Trabalhos, Ponto 7 da parte deliberativa da Proposta 675/CM/2016.** O **Ponto 10.3. da Ordem de Trabalhos,** foi **aprovado por unanimidade,** não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNP, 6IND.-----

----- Voto do **10.4. da Ordem de Trabalhos, Proposta 676/CM/2016.** O **Ponto 10.4. da Ordem de Trabalhos,** foi **aprovado por unanimidade,** não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNP, 6IND.-----

----- Muito obrigado a todos, e damos por encerrados os nossos trabalhos de hoje.” -----

----- A sessão terminou, eram dezanove horas e quarenta e cinco minutos. -----

----- Eu \_\_\_\_\_, a exercer funções no Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal lavrei a presente ata que também assino, nos termos do disposto no n.º 2 do art.º 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, do n.º 2 do art.º 90.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa e do despacho da Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa exarado em 10 de Setembro de 2014 na folha de rosto anexa à Proposta n.º 1/SMAM/2014.-----

-----O PRESIDENTE EM EXERCÍCIO-----